

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**  
**Mestrado em História**



**Trajetórias de trabalhadoras terceirizadas da limpeza na Universidade  
Federal de Pelotas (UFPel)**

Caroline Cardoso da Silva

Pelotas, 2021.

**Caroline Cardoso da Silva**

**Trajetórias de trabalhadoras terceirizadas da limpeza na Universidade  
Federal de Pelotas (UFPel)**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
História da Universidade Federal de  
Pelotas, como requisito parcial à  
obtenção do Título de Mestra em  
História.

Orientadora: Pro.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lorena Almeida Gill

Pelotas, 2021.

**Caroline Cardoso da Silva**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S586t Silva, Caroline Cardoso da

Trajetórias de trabalhadoras terceirizadas da limpeza na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) / Caroline Cardoso da Silva ; Lorena Almeida Gill, orientador. — Pelotas, 2021.

141 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Terceirização. 2. Mulheres trabalhadoras. 3. Narrativas. 4. História oral. 5. Trajetórias e experiências. I. Gill, Lorena Almeida, orient. II. Título.

CDD : 331.09

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

## Folha de assinaturas

Data de defesa: 30 de agosto de 2021

Banca examinadora:

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill (Orientadora) - Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

---

Profa. Dra. Clarice Gontarski Speranza – Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Profa. Dra. Ana María Sosa González – Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

---

Profa. Dra. Márcia Alves da Silva – Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

---

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Lucimar, que aguenta as barras e segura as pontas comigo me lembrando sempre do quanto é importante a gente seguir em frente, mesmo com dificuldades, para que, juntas consigamos curtir, viajar para Torres e comer violinhas fritas, de consciência tranquila.

Agradeço à professora Lorena que, desde o processo de TCC com todas as turbulências, esteve prestativa e acreditando na relevância desse tema de pesquisa. Obrigada por, como diz a Taiane, ser nossa orientadora da vida, que traz temas e questões que nos instigam e nos constroem enquanto seres críticos.

Agradeço à minha tia que amadrinhei ao longo da vida, Mara, por risadas, invencionices, caipirinhas de limão e por uma parceria tão forte.

Agradeço ao meu pai, Sérgio, por ter me dado meus primeiros livros de literatura e Ciências Humanas quando eu era adolescente e por ser um parceiro de caras reflexões.

Às amigas do CAVG, que são amigas da vida, só sei ser grata por anos de amizade, cervejas e risadas.

Às amigades, professores e coleguismos do curso de História e da convivência do ICH, entre cafés, desabafos, militâncias, reflexões e elos, sinto que fizemos parte de grandes histórias juntos. Tudo isso é mais de 50% do que nos forma profissionais.

Agradeço, também, aos amigos momentâneos, colegas de simpósios e pessoas que eu nem lembro o nome, mas que de alguma forma costuraram a pesquisa junto comigo.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e ao Programa de Pós-Graduação em História - PPGH da UFPel que me deram a oportunidade de tornar essa pesquisa real.

Pelotas, agosto de 2021.

## Resumo

A presente pesquisa busca refletir sobre o trabalho de mulheres terceirizadas da limpeza, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a partir da construção de narrativas sobre suas trajetórias e experiências, especialmente, no mundo laboral, as quais apresentam novas possibilidades de se olhar para o trabalho realizado por elas. Serão trazidos os debates sobre o tempo histórico, no qual a terceirização se localiza, sobretudo, no Brasil, pensando nas origens do pensamento neoliberal até sua consolidação na década de 1990, além da entrada da terceirização na universidade pública federal, especialmente tendo em vista o caso da UFPel. Considerações historiográficas sobre o tratamento do tempo histórico, as novas formulações do mundo do trabalho, as mulheres e suas dificuldades de ocuparem um lugar na esfera pública e as questões do tempo presente são importantes para a historicização do tema de pesquisa. Além disso, o texto discute a importância da história oral para a construção de narrativas, abordando, ainda, os relatos de trabalho de campo, as mulheres e a metodologia. Essas discussões embasam o tema principal da pesquisa, ou seja, as narrativas, construídas pela história oral, das mulheres terceirizadas e suas vivências cotidianas múltiplas, que totalizam treze (13) entrevistas e conversas de campo, as quais incluem suas lutas por direitos. Serão trazidas, também, as experiências de mulheres que participaram do Projeto de Extensão de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores Terceirizados (PELEJA/UFPel) e algumas reflexões sobre mulheres, trabalho e educação. O trabalho busca entender as experiências da terceirização sendo um trabalho precarizado, mas com significados subjetivos múltiplos.

Palavras-chave: terceirização; mulheres trabalhadoras; narrativas; história oral; trajetórias e experiências.

## **Abstract**

This research seeks to reflect on the work of outsourced cleaning women at the Federal University of Pelotas (UFPel), from the construction of narratives about their trajectories and experiences, especially in the labor world, which present new possibilities of looking at the work done by them. Debates will be brought about the historical time, in which outsourcing is located, above all, in Brazil, thinking about the origins of neoliberal thought until its consolidation in the 1990s, in addition to the entry of outsourcing in the federal public university, especially in view of the case of UFPel. Historiographic considerations about the treatment of historical time, the new formulations of the world of work, women and their difficulties in occupying a place in the public sphere and the issues of the present time are important for the historicization of the research theme. In addition, the text discusses the importance of oral history for the construction of narratives, also addressing fieldwork reports, women and methodology. These discussions underlie the main theme of the research, that is, the narratives, constructed by oral history, of outsourced women and their multiple everyday experiences, which total thirteen (13) interviews and field conversations, which include their struggles for rights. The experiences of women who participated in the Outsourced Worker Youth and Adult Education Extension Project (PELEJA/UFPel) and some reflections on women, work and education will also be presented. The work seeks to understand the experiences of outsourcing as a precarious job, but with multiple subjective meanings.

**Keywords:** outsourcing; working women; narratives; oral history; trajectories and experiences.

## **Lista de imagens**

**Imagem 1: Manifestação e registro da “Invasão da Reitoria”, em 2015**

**Imagem 2: Homem mostrando a Carteira de Trabalho em manifestação e registro da “Invasão da Reitoria”, em 2015**

## **Lista de tabelas**

**Tabela 1: Entrevistas com terceirizadas**

**Tabela 2: Conversas de Campo**

**Tabela 3: Entrevistas com servidores que tangenciam os terceirizados**

**Tabela 4: Relação de contratos de serviços terceirizados no ano de 2021**

**Tabela 5: Total de empresas contratadas e número total de funcionários**

**Tabela 6: Alguns exemplos de atividades diárias de serventes de limpeza**

**Tabela 7: Alguns exemplos de atividades semanais de serventes de limpeza**

**Tabela 8: Alguns exemplos de atividades mensais de serventes de limpeza**

## Lista de siglas

AI – Atos Institucionais

ASUFPeI - Associação dos Servidores Universidade Federal de Pelotas

CAHIs – Centro Acadêmico da História

CBO – Classificação Brasileira de Ocupação

CESIT – Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central de Estudantes

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FAEM – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel

FASUBRA - Federação de sindicatos de trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições de ensino superior públicas do Brasil

FAUrb – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FEBEM – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor

FFT – Fora da Força de Trabalho

FFTP – Fora da Força de Trabalho em Potencial

FMI – Fundo Monetário Internacional

FT - Força De Trabalho

FTP – Força de Trabalho em Potencial

HE – Hospital Escola

ICH – Instituto de Ciências Humanas

IHTP - Institut d’Histoire du Temps Présent (Instituto de História do Tempo Presente)

IMR – Instrumento de Medição de Resultados

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ME – Movimento Estudantil

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NUGEST - Núcleo de Gestão de Serviços Terceirizados

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

PEJA - Projeto Unesp de Educação de Jovens e Adultos

PELEJA – Projeto de Extensão de Educação de Jovens e Adultos  
Trabalhadores Terceirizados da UFPel

PET-DT - Programa de Educação Tutorial – Diversidade e Tolerância

PIA – População Em Idade Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PIBID – Programa de Bolsa de Iniciação à Docência

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RU – Restaurante Universitário

SEEAC - Sindicato Intermunicipal Dos Empregados Em Empresas De Asseio  
E Conservação E De Serviços Terceirizados Em Asseio E Conservação No  
Estado Do Rio Grande Do Sul

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFPel – Universidade Federal de Pelotas

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 – UM PANORAMA SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS</b> .....	<b>23</b>
1.1 O Brasil contemporâneo e um panorama sobre a terceirização.....	23
1.2 A terceirização e as universidade públicas federais.....	35
<b>CAPÍTULO 2 – MUNDOS DO TRABALHO, HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E MULHERES EM DEBATE HISTÓRICO</b> .....	<b>47</b>
2.1 A reestruturação como um objeto de análise nos estudos de Mundos do Trabalho.....	47
2.2 História do Tempo Presente.....	56
2.3 As mulheres e os mundos do trabalho .....	60
<b>CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA ORAL E NARRATIVAS DE MULHERES TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA LIMPEZA DA UFPel</b> .....	<b>75</b>
3.1 História oral e mulheres, entre as reflexões de campo e questões epistemológicas .....	75
3.2 As narrativas: as experiências narradas pelas mulheres terceirizadas da limpeza da UFPel.....	90
3.2.1 Rotina de trabalho.....	92
3.2.2 As relações .....	98
3.2.3 Experiências de trabalho e de vida .....	105
3.2.4 Luta por direitos .....	110
3.3 Educação e trabalho: a experiência da educação no projeto PELEJA e as perspectivas para o futuro.....	118
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>131</b>

## INTRODUÇÃO

Quando se fala em espaços acadêmicos e universitários, a imagem que vem à mente é de estudantes e professores caminhando com suas pastas e livros, grupos conversando nos corredores, em contraponto às quietas bibliotecas. Contudo, nesses espaços existem presenças silenciosas e, muitas vezes, invisibilizadas, de pessoas que são essenciais para que a convivência ocorra natural e satisfatoriamente, sendo estas as que mantêm a limpeza, a segurança, a organização, o transporte, entre outros tipos de serviços indispensáveis. Atualmente, pode-se dizer que todas essas pessoas são trabalhadoras terceirizadas, uma categoria de funcionários que nem sempre salta aos olhos de quem convive nesses espaços, bem como de quem pesquisa segmentos sociais e, como no caso dos historiadores, que pesquisam os acontecimentos e processos históricos.

Considerando tal fato, pensei<sup>1</sup> ser interessante e necessário desenvolver uma pesquisa em História sobre a terceirização e as pessoas que vivem desse setor de trabalho, movida pela curiosidade de refletir o porquê de estarem ali, no que acarreta ser um trabalhador terceirizado e no entendimento geral do que é a terceirização e seus impactos sobre a vida dessas pessoas. Meu interesse sobre temas sociais, que ao longo da Licenciatura em História descobri serem assuntos de interesse da historiografia pelo ramo da História Social, fez com que a trajetória de pesquisa e de atividades militantes andassem juntas - mesmo que eu não me considere uma militante, sendo mais alguém que acompanhou e esteve presente em alguns momentos importantes de lutas sociais pelo Movimento Estudantil (ME), como a atuação ainda enquanto secundarista na Greve da Educação de 2012, nas Jornadas de Junho de 2013 e nas ocupações de escolas e prédios da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)<sup>2</sup>, em 2016, bem como em processos de lutas pontuais, como as eleições de Diretório Central de Estudantes (DCE), participação de gestões no Centro Acadêmico da História (CAHis), além de somar em protestos, atos e ocupações de reitorias dados por situações de reivindicações e pautas estudantis. Juntamente com essa atuação,

---

<sup>1</sup> A introdução deste trabalho será escrita em primeira pessoa, a fim de contar a trajetória da pesquisa e da pesquisadora para a escolha do tema.

<sup>2</sup> Para saber mais sobre a história da UFPel ver LONER, GILL e MAGALHÃES, 2017.

houve interesse em construir alguns diferentes movimentos de mulheres que pautavam o feminismo, dentro e fora da Universidade. Com isso, participei da organização de atos ocorridos em Pelotas no dia 8 de Março, o dia Internacional das Mulheres, na Marcha das Vadias<sup>3</sup> e, também, em reivindicações pontuais, como o caso havido em 2015 de um grupo de WhatsApp usado por colegas homens do curso de História para expor mulheres do curso e da convivência no Instituto de Ciências Humanas (ICH), a partir de fotos não consentidas e comentários de cunho machista.

Em 2014, quando ingressei no curso de Licenciatura em História, logo em seguida comecei a fazer parte do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) como bolsista, integrando o subgrupo de pesquisa em Sexualidade, Gênero e História. A partir daí, as atuações enquanto mulher, feminista e pesquisadora/extensionista começaram a andar juntas. A noção de que gênero é uma construção social, trazida pela leitura de Scott (1990) colocou em mim uma questão: se somos, homens e mulheres, seres construídos social e historicamente, por que algumas desigualdades teimam em se manter ao longo dos anos, mesmo com diferentes lutas sociais, que buscam o fim das hierarquias e opressões? É preciso se considerar, também, que a luta dos trabalhadores e trabalhadoras sempre foi presente em minha vida por ter, de berço, uma formação de esquerda, através de meus pais (ambos, professores das redes públicas de ensino). A partir desses caminhos trilhados, há o ponto de interseção entre a luta das mulheres e dos trabalhadores, que culmina em entender o papel da mulher trabalhadora no mundo atual e a história dessas pessoas. Sendo assim, a presente pesquisa tem como objetivo principal o estudo das mulheres trabalhadoras do setor de limpeza, as quais realizam suas funções através da prestação de serviços terceirizados na UFPel. O estudo busca refletir sobre o setor na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, no tempo presente, que passa pelo entendimento da reestruturação produtiva enquanto um período e processo histórico, os mundos do trabalho na contemporaneidade e a inserção das mulheres no espaço laboral.

---

<sup>3</sup> “A Marcha das Vadias é uma manifestação que protesta pelo direito das mulheres usarem as roupas e se comportarem da forma que quiserem. Começou em 2011, no Canadá, e desde então se internacionalizou”. Fragmento de reportagem retirada do site Nexo Jornal. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/academico/2019/05/01/Qual-o-papel-da-Marcha-das-Vadias-no-movimento-feminista>>. Acesso em: 15/07/21.

O modelo de terceirização é amplamente estudado pelos teóricos da atualidade e consiste, em linhas gerais, na flexibilização do processo produtivo, a partir do qual as empresas eliminam setores administrativos, produtivos ou de serviços que são considerados complementares às suas atividades fins e transferem a realização das atividades meio para outras empresas (LIMA, 2010). Assunção (2013) debate sobre a terceirização no contexto brasileiro, colocando que o país seguiu a tendência de precarização e flexibilização do trabalho como uma medida de redução de custos e aumento de lucros para as empresas. Com a inserção incisiva do neoliberalismo no Brasil, o processo de terceirização começou a avançar de maneira significativa a partir de 1990 e passou a ser reconhecido legalmente em 1993, com a Lei 8.666 de Licitação e Contratos. A partir da regulamentação dessa norma, os serviços que mais foram terceirizados no Brasil foram os de vigilância e limpeza, havendo, no último período, um *boom* no telemarketing.

Guimarães (2013) coloca que por precarização do trabalho compreende-se o processo social iniciado a partir de 1970, constituído pela ampliação e institucionalização da instabilidade e da insegurança expressa nas novas formas de organização do trabalho, no qual a terceirização e subcontratação ocupam um lugar central. Há o recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social, através das mudanças na legislação do trabalho e da previdência.

A pesquisa pretende, conforme já dito, compreender o setor de terceirização de limpeza, na Universidade, que é ocupado, em sua maior parte, por mulheres. Torna-se indispensável o aparato de teorias sobre divisão sexual do trabalho, relações entre gênero, raça e classe, precarização do trabalho feminino, correlacionando esses temas ao entendimento da sociedade de classes, após as medidas de reestruturação produtiva, que aumenta a participação feminina nos postos de trabalho, mas que não modifica significativamente sua participação em outras esferas sociais. A inserção da mulher no mercado de trabalho não anula o papel que muitas mulheres têm com a manutenção da vida da família, gerindo a alimentação, os cuidados de crianças e da casa. Tal questão reflete na realidade que, no trabalho terceirizado, as mulheres ocupem, em grande parte, os setores de limpeza e ecoa na lógica patriarcal dada pela divisão sexual da sociedade e do trabalho que ainda as

delega esse papel a elas. Em alguns casos, as mulheres são as únicas provedoras do lar, muitas vezes são divorciadas, viúvas e mães solteiras, e mesmo sendo as pessoas que alimentam uma família, ainda recebem salários baixos e desvalorizados. Pensando nessas questões é cabível a reflexão: por que há uma presença feminina majoritária no setor de serviços, que é mais afetado pela precariedade do emprego e da desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais? É importante pensar, também, que boa parte dessas mulheres são negras, sofrendo triplo preconceito e discriminação, a saber, de classe, gênero e raça.

Falar em precarização do trabalho na atualidade é abordar questões que vão além da relação Capital X Trabalho, um viés mais clássico de estudos do tema, pois há intersecções que são indispensáveis para entender os sujeitos que vivem do trabalho, suas teias de socialização e as consequências, várias vezes nefastas, que essas relações têm em suas subjetividades. Cisne (2015) coloca que entender a mulher no mundo do trabalho vai além de compreender que há mulheres entre os trabalhadores, e sim de analisar as explorações particulares atravessadas pelo gênero, raça, sexualidade, sendo uma exploração ainda mais intensa que atende diretamente aos interesses dominantes.

O texto dessa dissertação terá como objetivo adentrar no universo da terceirização e das mulheres terceirizadas da limpeza, a partir do enfoque em questões teóricas e na análise e reflexão de fontes documentais e das narrativas construídas, a partir da metodologia história oral. Através do diário de campo e das narrativas, será analisada a teia de informações coletadas, tendo em vista as conversas de campo e entrevistas, com pessoas que trabalham no setor terceirizado dentro da UFPel, sobretudo, as serventes da limpeza, bem como com pessoas que tangenciam os terceirizados, como um servidor técnico administrativo (TA), que trabalha na Universidade e trata com as empresas terceirizadas; uma TA aposentada que fez parte de diferentes mobilizações em conjunto aos terceirizados em busca de direitos; além de uma conversa de campo com outra TA, que integrou o Projeto de Extensão de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores Terceirizados (PELEJA/UFPel), desde sua origem em 2019. Outros objetivos são: entender o processo histórico no qual a terceirização se insere, a reestruturação produtiva; analisar a terceirização dentro das universidades públicas federais, e dentro do setor público, tendo o

caso da UFPel como parâmetro; adentrar em estudos teóricos e historiográficos sobre os mundos do trabalho, as mulheres e as questões pertinentes à história oral.

Em termos de metodologia de pesquisa, é utilizada a história oral temática, pelo foco da pesquisa ser a experiência do trabalho terceirizado em si, mas as trajetórias de vida se fazem valiosas para o entendimento de como essas mulheres começaram a trabalhar como terceirizadas, trazendo um pouco da história de vida delas e de suas famílias, sobretudo pensando nas mães e avós, e nas perspectivas que essas mulheres têm para o futuro. Sendo assim, é interessante a reflexão da história oral temática e de vida, ou seja, na metodologia e seus focos como um todo. Delgado define a História Oral como sendo “um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, atrás de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (DELGADO, 2010, p. 15). É necessário, para a realização da entrevista, ter em mente o que se quer saber, para ter clareza no que se perguntar. Para essa pesquisa, foi elaborado um roteiro básico, a partir do qual se busca levantar as informações sobre as trajetórias de vida e de trabalho dessas mulheres terceirizadas. Como as narrativas são fontes que trazem interpretações e visões sobre o passado, as falas serão pensadas, problematizadas e confrontadas com documentos.

A história oral pressupõe um trabalho de campo e, muitas vezes, uma caminhada que dura alguns bons anos para dar frutos maduros. O relato de Portelli (1997) sobre suas experiências de pesquisas, as quais, algumas, levaram de dez a treze anos para se concluírem, vem ao encontro de uma pesquisa que foi começada a se desenhar em meados de 2017 e início de 2018 como uma pesquisa para fins de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura em História, e que, talvez, esteja só em sua primeira etapa mais amadurecida.

Em 2018, o estudo sobre o tema de terceirização e mulheres trabalhadoras terceirizadas, por mim realizado, encontrou algumas dificuldades fazendo com que muitas pontas ficassem soltas. O principal entrave encontrado foi o medo que as depoentes sentiram em gravar suas narrativas durante a

entrevista, muito embora fosse nítida a vontade de contar, relatar e até desabafar sobre situações e percepções do dia a dia de trabalho. Tal situação, certamente, se relacionava a uma mudança da prestadora de serviços no final de 2017, a qual gerava receio e medo nas depoentes. Contudo, essas situações foram o que motivaram o projeto de mestrado a acontecer, pela demanda que surgiu a partir do medo, ou seja, o porquê de experienciar tal sentimento e aflições, que se impunham a uma conversa. Então, a partir dessas questões, a pesquisa seguiu durante o mestrado, concomitante com a participação do Projeto PELEJA, fazendo a construção de um solo mais firme e mais fértil para que o andamento da pesquisa se desse de maneira construtiva.

PELEJA, que carrega esse nome sobretudo por remeter às lutas, disputas e batalhas, e a educação é um espaço para a luta e a construção de uma vida melhor. Trata-se de projeto iniciado em 2019, que busca realizar ações educativas de preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) tendo como público-alvo as trabalhadoras terceirizadas de limpeza da UFPel. O projeto também abrange ações com temas gerais de interesse, como Saúde e Trabalho, Educação e Trabalho, Direitos do Trabalhador, entre outros, tendo como horizonte a educação popular.

A partir da convivência nos espaços educativos citados, houve a possibilidade de observação participante com o grupo de terceirizados envolvidos no projeto, que é majoritariamente feminino, sendo, então, um ambiente rico para examinar, sintetizar informações e criar laços construtivos para conversas e entrevistas. Contudo, para além da participação no PELEJA, a minha própria maturidade e a maturidade da pesquisa se construíram, pelo contato com professores, alunos, o acúmulo de leituras e filmes/documentários, enfim, todas as pesquisas têm o seu tempo e, talvez, os estudos com a história oral exijam seu próprio tempo.

É importante enfatizar que a participação no PELEJA vem a agregar no principal problema de pesquisa, que é a busca do entendimento das trajetórias e experiências no trabalho terceirizado das mulheres serventes de limpeza, para a ampliação do horizonte de transformação pela educação que toma a vida das mulheres a partir desse projeto, questão que será debatida ao final do trabalho. Para as trabalhadoras que participaram do PELEJA, as narrativas tomam outros

caminhos, e esse é um ponto crucial para o entendimento do universo em que a pesquisa se realiza.

O horizonte de realização de entrevistas de história oral, bem como de conversas realizadas em campo, tem o foco nas experiências e trajetórias de vida e de trabalho das trabalhadoras terceirizadas. Para além de um estudo, no qual é usado o conceito de gênero e a categoria de mulheres enquanto sujeitos históricos, há o entendimento das vivências laborais desse grupo enquanto uma experiência humana de quem vive situações em comum no seu cotidiano de trabalho, mas também experiências individuais diversas, por haver múltiplas questões que passam pela experiência além do fato de “ser mulher”, levando em conta, também, as particularidades individuais de cada narradora.

A pandemia de COVID-19 exigiu readequações na metodologia de história oral para que as pesquisas não parassem nesse período. Com isso, foi realizada uma entrevista presencial no final de fevereiro de 2020, quando havia apenas rumores da pandemia, e depois houve a retomada da realização de entrevistas apenas em novembro do mesmo ano, tendo passado alguns meses para a absorção dessa nova conjuntura. De novembro de 2020 a julho de 2021 foram realizadas seis ao todo, sendo quatro com trabalhadoras terceirizadas e duas com servidores Técnico Administrativos. Duas entrevistas foram feitas ao vivo com distanciamento e máscara e quatro entrevistas pela Webconf da UFPel.

No total, contando com todas as entrevistas feitas para essa pesquisa desde 2018, que serão citadas nessa dissertação para que se tenha uma dimensão de processo de campo de pesquisa e suas evoluções, há três (03) entrevistas de história oral feitas no período pré-pandêmico e duas (02) conversas de campo, bem como seis (06) entrevistas no período pandêmico e duas (02) conversas de campo, totalizando treze (13) entrevistas e conversas que serão analisadas nesse trabalho.

Abaixo há a apresentação das entrevistas e conversas de campo<sup>4</sup>:

---

<sup>4</sup> Os nomes marcados com asterisco (\*) são das entrevistas e conversas realizadas em período pandêmico. As mulheres terceirizadas serão chamadas por pseudônimos de nomes de flores, para fins de preservação de suas identidades. No capítulo 3 haverá uma explicação mais pormenorizada sobre a rede das entrevistas, bem como uma descrição de cada entrevista. Aqui, o objetivo é apenas apresentar esquematicamente quem são os narradores citados ao longo do texto.

**Tabela 1: Entrevistas com terceirizadas**

Nome (pseudônimo)	Idade	Campus/prédio	Data/local
Rosa	64	Capão do Leão (FAEM)	20/06/2018; Prefeitura FAEM
Violeta	45	Anglo	28/02/2020; Gramado em frente ao Anglo
Azaleia*	51	Odontologia	16/11/2020 Pátio Odontologia
Amarílis*	47	Centro de Artes	16/11/2020 Webconf UFPel
Begônia*	43	Anglo	17/11/2020 Saguão principal Anglo
Jasmim*	48	ICH	18/11/2020; Webconf UFPel

**Tabela 2: Conversas de campo**

Nome (pseudônimo)	Campus/prédio	Data/local
Margarida	Capão do Leão (FAEM)	19/06/2018; Corredor da FAEM
Orquídea	FAUrb	27/06/2018; Padaria Popular
Cravo* (um vizinho homem que trabalha como Encarregado de Portaria, cargo terceirizado)	Hospital Escola	Mais de uma conversa ao longo do ano de 2020; Em frente à casa
Rogéria Garcia* (cargo de Técnico Administrativo)	Anglo	14/06/21 Webconf UFPel

**Tabela 3: Entrevistas com servidores que tangenciam os terceirizados**

Nome	O porquê da entrevista	Data/local
Ernestina Pereira	Uma sindicalista do Sindicato das Domésticas de Pelotas que, na época da entrevista,	25/06/2018; Casa do Trabalhador

	lidava com um grupo de mulheres terceirizadas que trabalhavam nos Correios e que procuraram o sindicato em busca de instruções legais dos advogados.	
Everton Bonow*	Técnico administrativo que trabalha na área administrativa e de contrato de terceirizados na UFPel	16/12/2020; Webconf UFPel
Maria Tereza Fuji*	Técnica administrativa e sindicalista da ASUFPel e FASUBRA, que atuou em lutas de trabalhadores terceirizados na UFPel.	06/07/2021 Webconf UFPel

É interessante salientar o porquê de usar pseudônimos nessa pesquisa. O ocultamento dos nomes originais, em pesquisas que utiliza a história oral ou metodologias de entrevistas, é algo rotineiro. Contudo, nessa pesquisa, isso se faz mais importante pela posição em que essas mulheres estão, e que muitas vezes relatam situações que não são interessantes que tenham seus nomes vinculados, pelo perigo de demissões ou retaliações. O trabalhador terceirizado não tem um vínculo direto em seu local de trabalho, e sendo assim, se falas nas quais ele relata, conta, ou até reclama de uma situação que viveu nesse local acaba chegando aos “ouvidos errados”, seu risco é eminente. Com isso, os nomes serão trocados por nomes de flores, e os nomes citados nas narrativas serão preservados.

Feitas essas considerações iniciais e contextualizações da pesquisa, é interessante, a partir de agora, uma breve apresentação dos capítulos. No capítulo 1 serão trazidos os debates sobre o tempo histórico no qual a terceirização se localiza, sobretudo no Brasil, pensando nas origens do pensamento neoliberal até sua consolidação na década de 1990. Nesse capítulo também será debatida a questão da terceirização e a universidade pública federal, trazendo a situação da terceirização na UFPel.

No capítulo 2 serão feitas considerações historiográficas sobre o tratamento do tempo histórico das novas formulações do mundo do trabalho, as mulheres e o mundo do trabalho, e as questões do tempo presente.

No capítulo 3 serão debatidas, mais a fundo, a história oral, os relatos de trabalho de campo, as mulheres e a história oral. Também, nesse capítulo, serão trazidas as narrativas das mulheres terceirizadas e suas vivências múltiplas de dia a dia de trabalho, trajetórias, relações e lutas por direitos.

O capítulo 4 finaliza a pesquisa trazendo as experiências das mulheres que participaram do projeto PELEJA e algumas reflexões sobre mulheres, trabalho e educação.

As conclusões buscam, para além de reiterar alguns pontos e conectar questões debatidas, refletir sobre os mundos do trabalho no contexto no qual a pesquisa foi realizada, em meio a uma pandemia, com tensões políticas, o fortalecimento do negacionismo e de tendências fascistas de extrema direita. Todas essas questões influenciaram no sentido de trazer ainda mais a necessidade de se estudar sobre a precarização do trabalho e da vida de maneira geral, embora, talvez, tenha sido uma conjuntura que trouxe alguns empecilhos de ordem subjetiva e objetiva para que a pesquisa se realizasse da melhor forma possível.

## **CAPÍTULO 1 – UM PANORAMA SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS**

### 1.1 O Brasil contemporâneo e um panorama sobre a terceirização

O Brasil e o mundo passaram por diversos processos históricos ao longo do século XX, tendo um final de século que trouxe alguns aspectos novos advindos de reestruturações da produção, bem como pela formulação do ideário neoliberal no mundo social, político e econômico. Mundialmente, a Queda do Muro de Berlim em 1989, e a crise do sistema capitalista que atingiu os países capitalistas centrais ainda nos anos de 1970, impulsionaram, nas décadas sucessoras, uma série de transformações que envolveram as mais diversas esferas do mundo social. Segundo Alves (2011), a primeira grande recessão econômica, após a Segunda Guerra Mundial, acabou por inaugurar um período histórico de crise estrutural do sistema, marcado por uma sobreacumulação<sup>5</sup> e grande concorrência internacional. Sob o impulso da mundialização do capital, haja visto que o capitalismo conseguiu atingir todas as partes do globo com o fim da Guerra Fria, a qual era simbolizada pela divisão das duas potências comunistas e capitalistas, lançou-se um novo complexo de reestruturações da produção, buscando instaurar e, sobretudo, impor, até o momento, um padrão inédito de acumulação capitalista em escala planetária. O mundo, a partir de então é global – as fronteiras de Estados, de potências políticas e econômicas e, por consequência, de classes tornam-se mais fluídas, além das premissas de um livre mercado tomarem, inclusive, o imaginário coletivo e social.

Tendo como símbolo as políticas de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, a reestruturação produtiva também tem as denominações de reestruturação do trabalho ou mesmo de reestruturação do capital. Trata-se, basicamente, de uma nova etapa do modo de produção capitalista, que se molda à crise mundial do sistema, reinventando-se para o que chamamos de capitalismo global, globalização, ou, também, toyotismo e empresa flexível. Antunes e Druck (2015)

---

<sup>5</sup> Harvey (2014) coloca que sobreacumulação significa, no sistema capitalista, uma condição de excedentes de mão de obra para o trabalho, tendo como marca o aumento do desemprego, bem como o excedente de capital expresso como um excesso de mercadorias no mercado, uma capacidade produtiva ociosa, gerando um excedente de capital para o qual faltam saídas para o investimento produtivo e rentável.

definirão este momento como de uma produção diretamente vinculada à demanda, com multivariabilidade de funções, tendo como princípio o *just in time*, isto é, a produção deve ser efetivada no menor tempo possível, bem como com novas e mais fluidas hierarquias no mundo produtivo, pois há a estruturação num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas, diferentemente da relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo<sup>6</sup>, entre outras características.

Esse novo mundo do trabalho resultado da globalização traz

O aumento da importância do emprego temporário e em tempo parcial; uso generalizado da subcontratação de mão de obra; intensificação do ritmo de trabalho; crescimento vigoroso da produtividade do trabalho; enfraquecimento dos sindicatos; redução da proteção estatal do empregado assalariado (...). (HORN, COTADA, 2011, p. 15)

Para tratar das recentes transformações do mundo do trabalho, como essa dissertação de Mestrado pretende, é necessário historicizar o processo de reestruturação produtiva no Brasil e a formulação do ideário neoliberal, pensando nesses acontecimentos como pertencentes à história do tempo presente. A história do tempo presente coloca a problemática de se saber como o presente é construído a partir do tempo e na intersecção do presente e da longa duração (DOSSE, 2012). Mais à frente esse debate será melhor qualificado, todavia, é interessante pensar que o estudo sobre esse tempo histórico aproximado do tempo em que o estudo se desenvolve é pensado a partir do processo histórico do qual o capitalismo vem passando ao longo do século XX até seus meados, bem como em todas as décadas do século XXI.

Os anos de 1980 foram um período de transição para a democracia no país, tendo como marco a formulação da Constituição de 1988, que veio a substituir os decretos – organizados em 1967 em um texto constitucional redigido durante

---

<sup>6</sup> Como discorre Antunes (2001, p. 17): “o capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas, acentuou sua lógica destrutiva. Num contexto de crise estrutural do capital [...] o padrão produtivo taylorista e fordista vem sendo crescentemente substituído ou alterado pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas, das quais a chamada acumulação flexível e o modelo japonês, ou toyotismo [...] [entendendo que] taylorismo e fordismo como o padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massas, sob forte despotismo e controle fabril”.

o governo do General Humberto de Alencar Castelo Branco –, chamados Atos Institucionais (AI), que impuseram as regras no período ditatorial, que começou em 1964 e acabou em 1985. Durante os anos de 1980, a instabilidade política e econômica deu o tom, entre a morte do primeiro presidente eleito em 1985, Tancredo de Almeida Neves, a governança conservadora do seu vice, José Sarney de Araújo Costa, uma base legislativa que tinha horizontes reformistas e democráticos, além de graves problemas referentes à alta e instável inflação (FIORI, 1991).

No ano de 1989 foi eleito, com forte apelo midiático e popular, Fernando Collor de Mello, acontecimento que os cientistas sociais e historiadores tomam como a abertura neoliberal no Brasil. No ano anterior a sua posse, Collor prometia em campanha a estabilidade econômica com horizonte liberal, unida a demandas sociais, uma política inspirada em ideários social-democratas<sup>7</sup>. Como se pode ver em uma fala no programa Roda Viva em 1989, Collor assim diz:

[...] nós hoje verificamos, e os jornais noticiaram, que a indústria está crescendo bastante, que o comércio nunca vendeu como agora, que a agricultura vem produzindo muito bem, e nós estamos atolados na mais profunda crise da história republicana brasileira. Então, onde reside essa crise? A crise reside no Estado. Exatamente no Estado. E para que nós possamos lancetar o Estado, no seu gigantismo, na sua ineficiência, na sua prática corrupta, é necessário não somente um bom discurso, mas é necessário a obstinação, decisão e a coragem de poder reduzir esse Estado a um tamanho que permita ser a ele eficiente o bastante para poder, por exemplo, cumprir com suas atribuições básicas em relação a sociedade, que é poder dar o remédio quando um cidadão necessite num posto de saúde, que seja possível dar um pedaço de giz para que a professora possa dar aula, e mais do que isso, que possa pagar salários dignos aos profissionais da

---

<sup>7</sup> Há um debate interessante sobre o tema entre alguns intelectuais brasileiros. Pela definição do próprio sucessor do mandato encabeçado por Collor na presidência, Fernando Henrique Cardoso define Social-democracia em um livro sobre o ideário de seu partido, Partido da Social Democracia Brasileira, como “uma corrente política que quer corrigir as injustiças sociais e melhorar as condições de vida do povo através de reformas livremente consentidas pela sociedade, dentro de um regime democrático. [...] É luta pela manutenção e ampliação das liberdades democráticas; pela valorização do trabalho e a elevação do nível de vida dos trabalhadores; pela subordinação do poder econômico ao controle democrático da sociedade. (CARDOSO, 1990, p. 5). Já Roberto Amaral cita que a Social-democracia é, historicamente, de origem socialista e que a “luta da socialdemocracia clássica (assim denominada para distinguir-se da aberração tucana, uma socialdemocracia convertida ao evangelho neoliberal que discursa a favor das privatizações e da desregulamentação da economia, mesmo após a crise financeira dos EUA que abalou o capitalismo mundial), a luta pelas reformas, pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores (emprego, condições dignas de trabalho, previdência, descanso semanal remunerado, direito de greve, livre sindicalização etc.) no próprio quadro do regime capitalista, constitui, senão a única, a mais consentânea com as condições concretas de luta.” Texto “Dos fins do Estado: De socialismo e social-democracia” contido no site Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/dos-fins-do-estado-de-socialismo-e-socialdemocracia-8927/>>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

educação e de saúde, que hoje passam por momento de muita dificuldade.<sup>8</sup>

Fiori (1991), analisando o governo Collor ainda durante seu decorrer, ou seja, antes do processo de impeachment pelo qual o presidente passou em 1992, observa que uma crise política é desenhada a cada projeto que o presidente tentava implementar sem êxito, já que este era de um partido político com uma base governamental inexpressiva. O autor debate que o presidente não conseguia resolver os problemas da inflação e instabilidade econômica e, com isso renegou as pautas sociais. Vale apontar que o final do século XX há um aumento expressivo das populações em áreas urbanas, havendo, também, o aumento populacional como um todo (MATTOS, TERRA, 2017) sendo, com isso, um período onde as demandas sociais dos centros habitados naturalmente cresceram. A partir de medidas instáveis, Fiori trata ainda que, a partir de maio de 1991 houve “a adoção integral do que vem sendo chamado, já há algum tempo, em outros países de estratégia social de tipo neoliberal (...) privatização e internacionalização da economia” (FIORI, 1991, p. 125).

Casimiro (2013) estuda a influência de organizações liberais, empresários e intelectuais orgânicos da direita, como ele cita, na influência do discurso e das práticas políticas institucionais no Brasil dos anos 1990, comentando inclusive as discordâncias destes agentes com os textos da jovem Constituição, que havia sido criada, juntamente com críticas às leis que compunham a Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT). O que era defendido por esse setor da sociedade é o que muito vemos hoje em dia como uma novidade: o argumento de defesa dos desmontes de direitos, pois esses dificultam a economia e, também, a vida dos trabalhadores, pressupondo que sem as leis e a intervenção do Estado haveria melhorias nos índices de emprego e poder de compra. Sobre essa relação, que supostamente atende os interesses de trabalhadores e empregadores, o autor ainda coloca que:

A proposta neoliberal para as relações trabalhistas insere-se em um processo social e simbólico de desmobilização e despolitização das classes trabalhadoras sob o manto de uma visão conciliatória de “parceria” entre empregador e empregado, que na verdade, resume-se

---

<sup>8</sup> Transcrição de parte da entrevista “Fernando Collor de Mello – 08/08/1989” retirada do canal do *YouTube* do programa *Roda Viva*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JzO5yWKTgKA>>. Acesso em: 15 de abril de 2021.

à submissão do empregado aos interesses do capital” (CASIMIRO, 2013, p. 64).

Neoliberalismo, de acordo com Sampaio (2010), consiste fundamentalmente em reduzir a ação do Estado na economia, com ações de privatização, terceirização e desregulamentação, privilegiando o capital nacional e, sobretudo, o capital estrangeiro, além de reduzir os direitos adquiridos pelos empregados e pelos aposentados. Tal projeto foi sendo construído após a Segunda Guerra Mundial para abrir as economias dos países aos capitais e produtos importados.

Esse tempo histórico guiado pela planilha do neoliberalismo é a consequência mais marcante da reestruturação produtiva, citada anteriormente. Sobre as condições de trabalho desenvolvidas a partir dessa reestruturação, como a precarização e flexibilização das relações de trabalho no contexto brasileiro, Assunção (2013, p. 51) coloca que:

O Brasil seguiu a tendência de flexibilização e precarização do trabalho como forma de redução de custos e aumento de lucros das empresas. Com a inserção decidida do neoliberalismo no Brasil, o processo de terceirização começou a avançar de maneira significativa a partir de 1990 e passou a ser reconhecido legalmente em 1993. Os serviços que mais foram terceirizados no Brasil são os de limpeza, vigilância, e no último período houve um *boom* do telemarketing. Se compararmos com os trabalhadores formais ou efetivos, os trabalhadores terceirizados ganham cerca de um terço de seus salários.

De acordo com o estudo realizado por Pochmann<sup>9</sup>:

No Brasil, a terceirização ganhou importância na segunda metade dos anos 90, época de abertura comercial e de ações governamentais voltadas à desregulamentação do mercado de trabalho. [...] O grande salto nas terceirizações ocorreu depois do Plano Real, entre 1995 e 2000, quando a taxa saiu de 8,9% para 97,6% do saldo líquido dos empregos gerados.

Antunes (2018) pondera que até a década de 1980, o traço distintivo da economia brasileira se encontrava na forte expansão industrial. Porém, nas

---

<sup>9</sup> Estudo realizado pelo economista e, no período, presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) a pedido do *SINDEEPRES* (*Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo*). Publicizado no endereço virtual da revista Carta Capital em 2011. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/terceirizacao-avanca-mas-e-precario>>. Acesso em 11/01/2018.

décadas vindouras, o setor terciário vem registrando aumento na sua posição relativa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Mattos e Terra (2017) entendem que setor primário é a área de atividades agropecuárias e extrativas, o secundário é a área industrial, e o terciário abrange comércio e serviços. Por conseguinte, Mattos e Terra (2017) notam que a até a década de 1970 a metade das ocupações de emprego no Brasil era situada dentro do setor primário; e em 1990 o setor terciário era cerca de 55,4%. Já o setor secundário cresceu até os anos 1980, tendo decaído na década seguinte. Ou seja, o que movimenta os empregos do país dos anos 90 em diante é o setor terciário, o setor de serviços e prestação de atividades, no qual a terceirização está localizada. Entre 1980 e 2008, o setor de serviços cresceu o seu peso relativo em 30,6%, enquanto os setores primário e secundário perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas no PIB. A partir de estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2004 para 2015 o setor terciário teve um aumento de 25,2%<sup>10</sup>.

Krein, Oliveira e Filgueira (2019), a partir de um estudo da Central Única dos Trabalhadores (CUT)/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) colocam que, em 2013, houve 12,5 milhões de trabalhadores terceirizados com vínculo formal, representando 26,8% dos trabalhadores com carteira assinada do país. Entre 1994 e 2014, a proporção de terceirizados passou de 5,6% para 25%, como os autores apontam sobre um estudo feito em 2014 pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT). Contudo, as pesquisas, que buscam estimar a terceirização, como os citados acima, partem da:

identificação de atividades “tipicamente terceirizáveis” (como limpeza, vigilância, auditoria, contabilidade, propaganda e assessoria jurídica). Considere-se que não há meios disponíveis para uma mais direta e precisa mensuração, visto que as pesquisas existentes não contemplam questões especificamente voltadas para esse tema e, menos ainda, que estejam atentas às suas variadas formas de manifestação. Acrescente-se a isso o fato de que a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista, ambas medidas adotadas em 2017, ao liberarem a terceirização de forma irrestrita, inclusive para

---

<sup>10</sup> Informação contida na reportagem do site Monitor Mercantil. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/ocupacao-no-setor-de-servicos-cresceu-252-de-2004-a-2015/>. Acesso em: 14/07/21.

atividades-fim, tornaram ainda mais difícil tal desafio (KREIN, OLIVEIRA e FILGUEIRA, 2019, p. 105).

Pinto (2013) aponta que nos países de economia periférica – entre eles, o Brasil – os setores de trabalho precarizados basicamente movimentam os índices de emprego, mesmo que, muitas vezes, sejam empregos informais, ou que são desregulados dos parâmetros legais garantidos na justiça do trabalho. Tal fato acontece por conta do alargamento do funcionamento de multinacionais e transnacionais nos territórios periféricos. Esse processo em muito desrespeita o trabalhador, uma vez que os verdadeiros patrões, muitas vezes, nem estão no país, deixando o operário sem ter a quem recorrer e negociar. Ou seja, estudar a terceirização no Brasil atual é de suma importância para o entendimento do processo local, a partir do qual estão inseridos consideráveis quantitativos de trabalhadores.

A aplicação desse modelo não se dá de uma hora para outra no contexto brasileiro. Ainda no período de vigência da Ditadura Civil-militar os legisladores abriram concessões e brechas na Constituição para que o trabalho terceirizado fosse permitido, tanto no âmbito público, quanto privado. Como afirma Maeda (2016, p. 130):

[...] foi exatamente no período da ditadura militar que surgiu o primeiro ataque ao modelo ordinário de contrato de trabalho firmado entre empregado e empregador: o Decreto-Lei n. 200/1967, que versava sobre a organização administrativa da União, e introduziu a noção de descentralização administrativa, distanciando o trabalhador daquele para quem ele prestava serviços, ou seja, o Estado. Dessa maneira, a União pode contratar com empresas da iniciativa privada a realização material de tarefas executivas, institucionalizando a triangulação entre tomadora de serviços e trabalhador, com a intermediação de empresa interposta.

Silva (2019) debate a natureza capitalista das ditaduras ocorridas na América Latina e como essas foram laboratórios neoliberais do capital estadunidense. A autora discorre sobre a Ditadura Civil-militar brasileira ter sido o primeiro momento no qual houve a internacionalização da economia. Com a aplicação das cartilhas vindas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial houve o crescimento exponencial da dívida externa, e um período de forte arrocho de direitos e salários dos trabalhadores trazendo, em termos

políticos, o alastrar da desorganização da classe trabalhadora por meio de ataques a partidos e sindicatos.

Nesse novo contexto as relações de trabalho já não se dividem em grupos de burgueses e proletários<sup>11</sup> como de maneira mais tradicional, inclusive no campo legal, no qual mecanismos do Estado brasileiro, como a CLT, faziam com que a ordem e essas supostas classes de composição homogênea se vissem como grupo com direitos (principalmente para a classe dominante) e deveres (principalmente para os trabalhadores) onde todos tinham um dado papel. Os anos 1990, quando no Brasil as medidas reestruturantes acentuaram-se, foram marcados como “um período de liberalização econômica e mudança no papel do Estado. Tratava-se [...] de romper com a chamada era Vargas.” (GOMES *et al* 2001, p. 49). O Estado abdicou da responsabilidade de mediar as negociações entre patrões e empregados, priorizando empregos de menor duração, com direitos e remuneração flexibilizados, em detrimento do trabalho consolidado e registrado em carteira. Degradação de direitos, sobretudo trabalhistas, possibilitaram uma rearticulação econômica que transformou diretamente o mundo do trabalho com novos parâmetros legais, no qual foi “necessário reverter as conquistas que a classe trabalhadora havia obtido no período anterior e, também, as concessões que a própria burguesia tinha sido obrigada a dar” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 50).

Para o entendimento do conceito de classe, os estudos desenvolvidos por Thompson (1987) são de grande valia para a historiografia sobre os mundos do trabalho e, em muito contribui para o estudo sobre terceirizado e terceirização. O autor discorre que as classes são produzidas, a partir da experiência de grupos que, no cotidiano, agregam-se por terem interesses e vivências em comum. Thompson pontua a classe como sendo um fenômeno histórico, que acontece dentro das relações humanas, e não algo estruturado e estático. Nas palavras do autor:

---

<sup>11</sup> Marx e Engels (2002) constroem as categorias de burguesia e proletariado, de forma explícita, no texto “Manifesto do Partido Comunista”. Burgueses constituiriam a classe dos capitalistas modernos, que eram proprietários dos meios de produção social e que empregariam trabalhadores assalariados. Por proletários, entendem a classe dos trabalhadores de assalariados modernos, que, por não terem meios de produção próprios, são levados a vender sua força de trabalho.

a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujo interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente (THOMPSON, 1987, p. 10).

Mattos (2019), apresenta a tendência que coloca o fim da centralidade do trabalho como uma categoria de análise e, também, como algo que molda a experiência de vida da maioria da população. Esse argumento é relevante pelo fato de o trabalho assalariado e formal ser uma ocupação que decresce no final do século XX e durante o século XXI. Esse declínio também diminuiu a quantidade de sindicatos e movimentos de trabalhistas em geral como grupos políticos. Ou seja, a classe proletária tradicional, teoricamente, está em vias de desaparecer, para que novos tipos de ocupação sejam prioridades sociais, nas quais os jovens procurem ocupações informais e positivadas com o termo empreendedoras e os idosos vivam de suas aposentadorias<sup>12</sup>, mesmo que os valores sejam a cada dia mais baixos.

A noção de empreendedorismo é problematizada em uma entrevista de Ricardo Antunes, na qual o sociólogo coloca que falar em empreendedorismo no Brasil é um mito. Nas palavras dele:

O empreendedorismo é uma forma mistificadora que imagina poder eliminar o desemprego, em uma sociedade que é incapaz de preservar trabalho digno com direitos. E, como essas novas modalidades de trabalho são deprimentes, a mistificação torna-se o remédio que só fará alimentar a doença [...].<sup>13</sup>

Antunes, ainda nessa entrevista, aponta três fatores para entender as motivações dessa ideia positiva de empreendedorismo: que o desemprego

---

<sup>12</sup> Com a Reforma da Previdência recentemente aprovada no Brasil, os proventos de um aposentado no futuro serão bem menores que em um passado recente. Nesta reforma, algumas das principais mudanças giram em torno do tempo de contribuição e de trabalho, pois houve a fixação de idade mínima para se aposentar, sendo de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, bem como o tempo mínimo de contribuição, sendo 15 anos para mulheres e 20 para homens no setor privado e 20 para homens e mulheres no caso de servidores. Reportagem de G1 com o título de “Saiba o que muda com a Reforma da Previdência”. Publicizado no endereço virtual <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/12/saiba-o-que-muda-com-a-reforma-da-previdencia.ghtml>>. Data de publicação: 12/11/19. Acesso em 15/04/20.

<sup>13</sup> Fragmento de entrevista publicizada no site Uol com Ricardo Antunes “Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno, diz sociólogo”. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empreendedorismo.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 14/07/21.

estrutural de grande proporção ocorre em escala global; que a ideia de trabalhador empreendedor se dá a partir de um ideário neoliberal de desregulamentação do trabalho e perda de direitos sociais, sendo um “modus operandi” das corporações; e que o Estado vem cada vez mais se desobrigando de qualquer tipo de seguridade social desde o fracasso do Estado de bem-estar social. O trabalhador se vê sem saídas perante todas essas questões, e percebe como saída empreender de alguma forma, já que é isso, ou o desemprego total. Sobre isso, Castel (1997, p. 31, grifos do autor) coloca que “a chamada ‘reestruturação do aparelho produtivo’ conduz à marginalização mais de um décimo da força de trabalho, condenada ao desemprego ou à recorrência de períodos de desemprego e de empregos precários”.

Seguindo a concepção que analisa a reestruturação do mundo do trabalho com perspectiva marxista, Mattos (2019) e Antunes e Alves (2004) veem que, estruturalmente, o sistema capitalista segue sendo o mesmo, com similar lógica de extração de mais-valia, às custas da mão de obra de trabalhadores. Como discorrem Antunes e Alves, “se a classe trabalhadora não é idêntica àquela existente em meados do século passado, ela também não está em vias de desaparecimento, nem ontologicamente perdeu seu sentido estruturante” (2004, p. 336), mudando, apenas, as maneiras orgânicas disso acontecer, pois “pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas da população, mas não pode extingui-lo” (*idem*, p. 19). Por mais novas que sejam as reformas do sistema, que buscam a desvalorização do trabalho humano, é evidente que este se torna essencial para que o sistema prossiga funcionando, e para isso há a intensificação da exploração e da retirada de direitos. O capitalismo é um modo de produção localizado dentro de uma sociedade humana, e sem esta, em diferentes graus e papéis, a tendência principal é a ruína.

É fato de que o mundo do trabalho apresente muitas mudanças, contudo, a centralidade da exploração do trabalho como sendo o que move a sociedade do capital se mantém. A partir dessa concepção, há a formulação

de uma perspectiva de análise que não nega a existência de um sujeito da transformação, mas aceita como pressuposto a generalização da desindustrialização nos países de capitalismo avançado no hemisfério norte, para retomar o argumento do declínio do proletariado. Com isso,

um novo sujeito emergiria desse declínio da classe trabalhadora: o 'precariado' (MATTOS, 2019, p. 112, grifos do autor).

Standing (2011) define precariado<sup>14</sup> como o grupo social exposto a uma série de inseguranças relacionadas ao mercado de trabalho, emprego, carreira, condições de trabalho, rendimentos, aprimoramento profissional e representação coletiva, bem como sendo uma classe em formação ainda carente de consciência coletiva que lhe permita uma atuação de classe para si. Em contraponto, o autor discorre sobre o salariado, um grupo antagônico ao precariado, que goza de maior estabilidade e benefícios sociais.

Nos debates sobre a precarização e o precariado é preciso considerar inicialmente a noção de que o trabalho precarizado é aquele que vem a sofrer por medidas de fragilização das suas condições, ao longo do tempo, pelos processos da reestruturação produtiva, desvalorização e desmontes – como, por exemplo, os professores que têm seus planos de carreira modificados e seus salários atrasados ou ainda não repostos, tendo em vista as perdas inflacionárias. Há a noção de que precário é um trabalho que foi constituído a partir de uma demanda do sistema, como é o trabalho terceirizado, e que é originalmente precário, ou seja, é pautado pelas características do trabalho atípico.

Castel (1997, p. 31) define por atípicos os empregos que escapam “à forma do contrato por tempo indeterminado que representava uma segurança no tempo e uma cobertura social importante”. Esse apontamento é interessante para se pensar nos processos históricos dos quais as categorias profissionais passaram e passam nos dias de hoje. Sobre esses processos, Van der Linden (2017) discorre que o trabalho formal, que em teoria é executado majoritariamente por um homem, que recebe um salário que provê o lar<sup>15</sup> e que é assegurado por leis e representação sindical é uma anomalia histórica, haja visto que foi considerado e tornado o trabalho padrão, sobretudo na fase de bem-estar social ocorrido no século XX. O autor, a partir daí, examina o precário, o sujeito histórico

---

<sup>14</sup> O debate sobre o precariado não se limita ao que foi exposto no texto. Contudo, como o foco do trabalho é pensar em como a terceirização é uma forma de precarização do trabalho, se faz importante essa contextualização.

<sup>15</sup> Essa questão será problematizada mais adiante, haja visto que, na realidade brasileira, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres é algo que se torna expressivo sobretudo a partir dos anos de 1980.

multifacetado que sempre existiu na história das relações de produção, como a pessoa que trabalha para sua própria subsistência, pequenas produções de varejos como alfaiates, e os setores que prestam serviços em geral, como domésticas e engraxates.

Nas pesquisas sobre a terceirização, há a dimensão da precarização do trabalho e da vida. Severo (2019), em estudo sobre as trabalhadoras terceirizadas da UFPel, traz a questão da dificuldade de planejar o futuro como uma precarização da vida. Nas narrativas construídas em seu texto, a autora encontra a dificuldade de uma trabalhadora terceirizada em adquirir um aparelho eletrônico, havendo o desejo de “comprar um aparelho de ar-condicionado, porém, em razão de não saber como seria sua efetivação na nova empresa, acabou adiando a compra” (SEVERO, 2019, p. 36). Há a situação de outra trabalhadora, que conta: “quero muito ir visitar minha família que mora longe e tenho férias em janeiro, mas como me confirmaram quase em cima da hora que eu iria tirar férias não pude comprar as passagens com antecedência e agora tá muito caro”<sup>16</sup> (SEVERO, 2019, p. 36).

Para uma dimensão mais ampla sobre os mundos do trabalho e suas formas de precarização, Miranda (2017), ao estudar os mototrabalhadores (mototaxistas e motoboys), na cidade de Pelotas, traz discussões sobre os riscos de acidentes de trânsito e a fragilidade de se trabalhar sem vínculos empregatícios formais como uma forma de precarização das relações do trabalho, mesmo que, nas narrativas construídas com mototrabalhadores, essas duas questões sejam colocadas como menos importantes, já que suas rendas aumentaram em comparação aos trabalhos formais, com carteira assinada, que desempenharam anteriormente, além da liberdade de não terem um patrão. Ou seja, um trabalho formal e assegurado como o trabalho terceirizado não está longe de precarizações, como Severo (2019) encontra em sua pesquisa, e as precarizações vindas dos perigos e riscos de um trabalho informal desempenhado no trânsito traz benefícios objetivos e subjetivos na avaliação de quem vive desse trabalho, como elevação da renda e certa liberdade trazida pela não-presença de chefias, como observado por Miranda (2017).

---

<sup>16</sup> Grifo da autora em itálico por se tratar de um fragmento de narrativa das entrevistas feitas, a partir da metodologia de história oral.

## 1.2 A terceirização e as universidades públicas federais

A universidade pública brasileira vem mudando seu perfil e se adequando aos novos padrões socioeconômicos, e com isso alterando seu foco de prestações de serviços sociais, para uma lógica gerencial e empresarial (DRUCK *et al*, 2018). Para a contratação de serviços meios foram criados editais de licitações para o recrutamento de empresas prestadoras de serviços, as quais dispõem de orçamentos específicos, setores administrativos, quadro de funcionários e assim por diante. O objetivo é a contratação da empresa mais barata e com melhor qualidade de serviços e infraestrutura, em teoria, ou seja, a responsabilidade pelo serviço de limpeza e assuntos relacionados a esta área, por exemplo, fica sob o cuidado do setor privado e, com isso, esta fica encarregada dos pagamentos de salários e contratos diretos de funcionários, além da gestão desses trabalhadores e trabalhadoras. Por lei, não existem mais planos de cargos e salários e a possibilidade de contratação de pessoas para a limpeza e demais cargos de serviços meio por vias federais. A UFPel, assim como as demais universidades federais do Brasil, adota esse método há longa data, principalmente após 1993, quando a terceirização foi legalizada e efetivada no país.

É interessante pensar o que são serviços meio e quais são estes na prática. Serviços meio são as atividades que não envolvem indiretamente o serviço fim do qual a instituição cumpre com sua demanda. Vamos trabalhar com um exemplo hipotético: é criada uma empresa privada que tem o serviço fim na produção de média escala em cosméticos, e essa empresa pretende terceirizar alguns dos seus serviços meio. O produto final que a empresa irá oferecer será sabonetes, hidratantes e perfumes, então os serviços fins dessa empresa girarão em torno da criação da tecnologia para produzir as fragrâncias dos produtos, o design personalizado de embalagens, entre outros, até que os produtos estejam prontos para serem comercializados. Os serviços meio que serão terceirizados, nesse exemplo hipotético, serão de manutenção e limpeza do espaço onde as tecnologias são postas em prática –o espaço fabril/industrial-, será o de descarte e seleção das matérias prima de onde se retira as fragrâncias, será o trabalho de revisão dos textos das embalagens e publicidade, será o de limpeza e manutenção dos espaços executivos da empresa, será o de vigilância de toda

área ocupada pela empresa e portaria de todos os espaços de recepção de clientes, sócios e demais pessoas. Pode-se perceber, com esse pequeno exemplo ilustrativo, que os serviços meio, propensos a serem terceirizados, são aqueles que servem para fazer funcionar os setores produtivos, já que todas as áreas são supridas para que tudo ocorra da melhor forma. Contudo, não são serviços necessariamente qualificados, a partir do qual são necessárias instruções técnicas, formação educacional. Serviços meio são setores de serviço onde a pessoa que o desenvolve, a grosso modo, irá ocupar um espaço genérico, que qualquer outra pessoa, em teoria, pode ocupar, porque não há uma grande ciência por trás. É interessante dizer, também, que o prestador de serviços meio estará alheio ao serviço fim, já que entrará nessa cadeia apenas por uma demanda pontual, como de limpeza de algum espaço ou de manejo de alguma matéria prima, sendo uma atividade descolada da ampla razão para a qual aquela atividade é necessária para que o produto final fique satisfatório.

Feito esse exercício, pensemos: qual o produto final satisfatório é de interesse de uma universidade federal, nesse caso específico, a UFPel? A resposta passa pelo nível de excelência de ensino, de pesquisa, de extensão, no número de egressos que ocuparão cargos de trabalho e que serão aprovados em concursos e processos seletivos, bem como no número de alunos que seguirão estudando em Programas de Pós-Graduação e produzindo conhecimento, tudo isso sendo feito e acessado por uma instituição pública, gratuita e de qualidade. O serviço fim de uma universidade federal é, portanto, a formação de profissionais, no qual os responsáveis para que isso aconteça são os professores e técnicos do setor administrativo, que gerem documentos e laboratórios, produzem conhecimento, desenvolvem projetos de ensino, extensão e pesquisa. E os serviços meio dessa universidade? Acabam sendo similares aos da empresa, a limpeza dos auditórios, salas de aula, laboratórios e demais espaços de trabalho, de manutenção ou reformas de prédios, no serviço de motorista no transporte dos alunos, na vigilância e portaria dos espaços ocupados pelos campi. Até um tempo atrás havia concursos e contratos diretos para esses cargos, mas há vinte e oito anos, tendo como marco a Lei de 1993, esses serviços são terceirizados pelas universidades, porque muito embora sejam atividades indispensáveis para que o funcionamento das aulas aconteça, não são serviços como são os de teor fim, no qual é necessário

que professores e técnicos tenham uma carga de saberes teórico-técnicos advindos de uma bagagem educacional.

É interessante traçar uma trajetória da legislação do trabalho terceirizado no serviço público desde suas origens. Druck *et al* (2018) coloca que a primeira experiência de terceirização realizada pelo Estado brasileiro data do século XIX, no contexto de substituição do trabalho escravo pelo trabalho dos imigrantes pobres europeus. Um dos pioneiros nessa iniciativa

foi o grande fazendeiro e senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que, após ter importado por sua própria conta mais de trezentas famílias da Suíça e da Alemanha, resolveu se “associar” ao governo de São Paulo para trazer 1.500 colonos. Para isso, formou a empresa Vergueiro & Cia., que se tornou uma agenciadora de mão de obra estrangeira para as grandes plantações, subcontratada pelo governo que passou a financiar a vinda desses trabalhadores (DRUCK *et al*, 2018, p. 114).

Essa situação levanta a questão de que a terceirização não é uma invenção recente e que as relações entre Estado e iniciativas privadas sempre existiram no capitalismo. A reestruturação produtiva, conjuntamente com o ideário neoliberal, vem trazer a sistematização de tal prática, colocando a lógica de um Estado gerencial como regra, e não como situações isoladas.

Durante a Ditadura Civil-militar houve o Decreto-Lei n. 200/1967 que introduziu a terceirização no serviço público ao definir a descentralização da administração pública, mediante a contratação ou concessão de serviços executados por empresas privadas, sendo aprimorada pela Lei nº 5.645 de 1970, que definiu os serviços que poderiam ser contratados de forma indireta por empresas prestadoras de serviços, que são: transporte, conservação, custódia, operação de elevadores, limpeza, e outras atividades assemelhadas (Druck *et al*, 2018).

No meio desse caminho, nos anos de 1980, há a Constituinte e as pressões de movimentos sociais que persistiram em acrescentar o valor social do trabalho no Artigo 1º da Constituição<sup>17</sup> formulada em 1988, desagradando as elites

---

<sup>17</sup> Ricardo José Macêdo de Britto Pereira coloca que “a terceirização sem limites não encontra respaldo constitucional. Despreza o valor social do trabalho (art. 1º, CF) e a determinação da melhoria da condição social dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º, CF). A supressão da distinção atividade meio e atividade fim enfraquece a incidência das normas constitucionais, uma vez que sua verificação não se dá no plano meramente econômico, como descrição da segmentação do processo produtivo. Não basta o enquadramento como meio. Seu conceito

econômicas, que logo no início dos anos 1990 movimentaram o alargamento da liberalização do Estado. Em 1993 há a Lei 8.666 de Licitação e Contratos, que fundamenta até hoje a terceirização, por determinar as normas gerais para a contratação de serviços Estado, dando o suporte da legalidade, bem como o Enunciado nº 331/1993 que estabelece a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços em caso de falta de cumprimento de obrigações trabalhistas (Druck *et al*, 2018).

Na vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) se dá a reforma do Estado logo no primeiro ano, e como aponta Bednarski (2012, p. 20):

no governo de Fernando Henrique Cardoso foi editada a Lei 9.632, de 07 de maio de 1998, baseada na reforma gerencial do Estado. Nessa Lei foram extintos 101.381 cargos da administração pública brasileira, impedindo os entes públicos diretos e indiretos de contratarem mais servidores para o Estado. Então, para suprir as saídas de pessoal, os entes da Administração passaram a terceirizar os serviços antes prestados por seus servidores em exercício. A partir disso, a terceirização no setor público continuou sendo disseminada, tornando-se uma importante parceira na prestação de serviços auxiliares das instituições contratantes.

Na vigência do governo interino de Michel Temer (2016-2018) há a implementação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) e da Lei da Terceirização (13.429/17), a partir das quais há diversas mudanças no texto base da CLT, como o trabalho intermitente, no qual o pagamento é dado por tempo de trabalho, e não pelo fechamento de um mês, como anteriormente, além da possibilidade de terceirização de serviços fim, irrestritamente. Numa leitura crítica sobre a Reforma Trabalhista, Krein, Oliveira e Filgueira (2019, p. 5) colocam que:

A flexibilização externa de entrada, com incentivo a formas atípicas de contratação – contrato de trabalho intermitente, autônomo exclusivo, contratação de trabalhador como pessoa jurídica, terceirização de atividade-fim, trabalho em tempo parcial – não parecem sugerir a

---

é jurídico, importando verificar também os efeitos da terceirização nas condições de trabalho. Se acarreta profunda discrepância nos direitos dos trabalhadores, se obstrui o exercício de direitos legais e constitucionais ou possui o nítido propósito de enfraquecer sindicatos, não há dúvida de que a terceirização provoca regressão inadmissível pela Constituição. Nesse caso, a atuação dos atores encarregados da defesa dos direitos trabalhistas é imposição constitucional, independentemente da existência de lei abrandando os limites da terceirização. Fragmento do artigo “Terceirização, CLT e a Constituição” publicizado no site Jusbrasil. Disponível em: < <https://sindjufego.jusbrasil.com.br/noticias/100685813/terceirizacao-clt-e-a-constituicao>>. Acesso em: 14/07/21.

geração de emprego, como aventado, mas apenas a substituição de relações de emprego protegidas por postos de trabalho precários.

Houve uma dificuldade de entender o momento exato, a partir do qual há a inserção da terceirização na UFPel. Em entrevista com Everton Bonow e Maria Tereza Fuji, dois técnicos administrativos da Universidade, ambos comentam não saber exatamente quando começou, e nem onde poderia haver a informação dos primeiros contratos. Maria, que é servidora da Universidade desde 1977, comenta no início dos anos 2000 foi quando iniciou a terceirização em massa na Universidade. Ao ser perguntada em que ano exatamente começou, ela diz que: *“não fica muito assim... transparente, por que? Porque ela nunca começa no total, né? Ela começa aos poucos, sabe? Aí tu sabe um caso aqui, ali, conforme as pessoas vão aposentando, e conforme vão tendo necessidade, vão entrando mais, entendeu?”*<sup>18</sup>.

Druck *et al* (2018), no estudo sobre os trabalhadores terceirizados da Universidade Federal da Bahia (UFBA), apontam uma dificuldade de encontrar dados oficiais sobre a terceirização no Brasil, haja visto que há muitos tipos e níveis de terceirização. O que existe, em todos os casos na qual a terceirização adentra o serviço público, é o uso de diretrizes das leis citadas anteriormente, mas ainda é difícil mensurar um processo de implementação mais claro. Esse fato se dá pelo que Maria comenta, as sutilezas com que as medidas vão sendo tomadas entre brechas, “ao apagar das luzes”.

Do que há publicização é sobre os contratos vigentes atualmente. Sendo assim, se faz interessante o levantamento do que passa pela terceirização na UFPel. Abaixo são colocadas algumas informações as quais abordam os atuais contratos vigentes de serviços terceirizados de mão de obra continuada e exclusiva na universidade<sup>19</sup>:

#### **Tabela 4: Relação de contratos de prestadoras de serviço terceirizado no ano de 2021**

---

<sup>18</sup> As citações retiradas das narrativas e os fragmentos das conversas de campo serão grifados em itálico para fins de diferenciação das citações bibliográficas.

<sup>19</sup> Todos os dados nesse texto que citam diretamente os contratos e informações sobre o trabalho terceirizado da UFPel, bem como informações sobre o NUGEST, aparecem no site institucional da Universidade, no item Núcleo de Gestão de Serviços Terceirizados. Disponível em < <https://wp.ufpel.edu.br/terceirizados/> >. Acesso em: 08/06/2021.

<b>Empresa/vigência</b>	<b>Serviço prestado</b>	<b>Nº de funcionários</b>
MW Segurança Ltda. 10/05/2021 a 09/05/2022 (12 meses)	Serviços de vigilância armada	68
Iguaçu Desenvolvimento Ltda. 01/04/2020 a 30/09/2021 (6 meses)	Serviço de acessibilidade e inclusão	10
Iguaçu Desenvolvimento Ltda. 10/09/2020 a 09/09/2021	Serviço de portaria	107
Liderança Limpeza e Conservação Ltda. 01/02/2021 a 31/01/2022 (12 meses)	Serviços de vigia e monitoramento	102
Liderança Limpeza e Conservação Ltda. 01/08/2020 a 31/07/2021 (12 meses)	Serviços de apoio agropecuário	29
Planservice Terceirização de Serviços – EIRELI 22/07/2020 a 21/03/2022 (20 meses)	Manutenção predial e áreas externas	124
<b>Sulclean Serviços Ltda. 14/03/2021 a 13/11/2022 (20 meses)</b>	<b>Serviços de limpeza</b>	<b>148</b>
Nilson Thomaz Silva Sanchotene Junior – EPP 10/03/2021 a 09/11/2022 (20 meses)	Serviços de motorista	53
Pedro Reginaldo de Albernaz Faria e Fagundes Ltda 04/03/2021 a 03/03/2022 (12 meses)	Serviços de operador de barragem	7

Fonte: < <https://wp.ufpel.edu.br/terceirizados/contratos/>>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

**Tabela 5: Total de empresas contratadas e número total de funcionários no segmento de mão de obra exclusiva**

Total de empresas contratadas (que também é o total do número de serviços de mão de obra exclusiva)	9
Número total de funcionários (de mão de obra exclusiva)	648

No ano de 2021 há nove contratos em vigência e nove contratos encerrados. Há também seis contratos de mão de obra não continuada e não exclusiva, ou seja, de trabalhadores que cumprem determinadas demandas pontualmente. Contudo, como o foco do trabalho é as experiências dadas pelo cotidiano do trabalho dentro dos espaços da universidade, se priorizou o levantamento de dados daqueles que são de mão de obra exclusiva, atuando regularmente no dia a dia da UFPel.

A partir desse levantamento de dados sobre um quadro geral de terceirização na UFPel torna-se importante algumas considerações. Entre o ano de 2017 e 2020, sob a gestão do ex Reitor Pedro Curi Hallal, houve uma diminuição do número de trabalhadores terceirizados. Quando a pesquisa sobre terceirização se iniciou para o TCC em 2017, foi feito o mesmo levantamento apresentado em tabelas, e se percebe que, naquela data, o número de funcionários contratados para serviço continuado de mão de obra exclusiva era de 805; que a empresa contratada para o serviço de limpeza e conservação era a Click Serviços Especializados de Mão de Obra Ltda, empregando 199 funcionários para essa função. Isso significa que o total de cargos continuados diminuiu em 157, e o número de cargos na área de limpeza e conservação diminuiu em 51 postos com a vigência da empresa Sulclean Serviços Ltda.

No dia 31 de julho de 2021 uma trabalhadora terceirizada da limpeza, que atuava no prédio Cotada, a qual compunha a rede de contatos da pesquisa, mas que não construiu narrativas a partir de entrevistas, entrou em contato avisando que havia sido demitida e que seu último dia de trabalho fora em 30/07/21. Por mensagem enviada pelo aplicativo WhatsApp, ela diz que *“me mandaram embora, foi muita gente e eu fui uma delas; agora comecei a vender Avon”*. À pergunta do motivo possivelmente ser a pandemia, ela diz que *“sim [foi pela*

*pandemia]; ordens lá de cima, eles querem a metade dos funcionários”<sup>20</sup>.*

Everton Bonow, ao ser questionado sobre demissões, responde por e-mail que:

*ocorreram algumas supressões de contratos, mais especificamente nos contratos de manutenção predial, limpeza, vigia, motoristas, portaria e vigilância. Ainda no mês de maio, foram publicadas notícias sobre os cortes orçamentários nas Universidades Federais, motivo da necessidade de demissões e redução dos contratos. Diversos esforços foram adotados no sentido de conter despesas, frente aos cortes orçamentários. Com o retorno das atividades presenciais, ainda sem previsão, devem ocorrer recontrações. Os contratos que mais tiveram demissões foram Manutenção predial (17) e Limpeza (15).*

Pelo foco da pesquisa se dar em função das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, foram levantadas algumas informações sobre a empresa Sulclean. A empresa foi criada em 1993 e trabalha, para além de serviços de limpeza (limpeza e conservação, limpeza hospitalar, limpeza industrial, limpeza comercial), nos de vigilâncias, portaria, monitoramento, recepção, manutenções, apoio administrativo, atendentes, telefonistas, digitalização, copeiragem, área verde, jardinagem, office-boy, ascensorista, motorista, operador de máquinas, serviços especializados e apoio operacional. A empresa atende ao setor público e privado. Sua matriz é na cidade de Santa Maria – RS, mas há filiais em Pelotas e Porto Alegre dentro do estado, bem como em Florianópolis – SC, Fortaleza – CE, e Salvador – BA. Consta, que a empresa emprega mais de 4.000 trabalhadores, (que são chamados, no site, de colaboradores); cumprem com mais de 300 contratos, tendo mais de 100 clientes. No site, há também a informação de que a empresa é a maior fornecedora de mão-de-obra do Ministério da Educação<sup>21</sup>. Em uma rápida busca na ferramenta Google, ao abrir o site da Jusbrasil aparecem 772 processos judiciais envolvendo a empresa Sulclean, sendo que muitos tramitam no Tribunal Regional do Trabalho (TRT)4, correspondente ao Tribunal do Rio Grande do Sul.<sup>22</sup>

Explorando de maneira pormenorizada o que consta sobre os serviços de conservação e limpeza, algumas orientações gerais são feitas sobre a

<sup>20</sup> Fala grifada em itálico para diferenciar de citações bibliográficas.

<sup>21</sup> Informações retiradas do site da empresa. Disponível em: <<https://www.sulclean.com/>> . Acesso em: 16/07/21.

<sup>22</sup> Informações retiradas do site Jusbrasil. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/processos/nome/27783096/sulclean-servicos-ltda>>. Acesso em: 16/07/21.

recorrência da limpeza, e sobre quais atividades devem ser feitas diariamente, semanalmente e mensalmente. Alguns exemplos são<sup>23</sup>:

**Tabela 6: Alguns exemplos de atividades diárias de serventes de limpeza**

Diariamente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Remover, com pano úmido e produtos domissanitários adequados, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, caixilhos das janelas, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;</li> <li>- Limpar as salas de aula e quadros brancos com produtos adequados, bem como remover com pano úmido, o pó das classes, cadeiras, mesas, armários, arquivos, prateleiras e dos demais móveis existentes, no mínimo três vezes ao dia, ou seja, uma vez por turno;</li> <li>- Limpar os corrimãos, escadas e rampas;</li> <li>- Varrer as salas de aula, reposicionar as cadeiras, passar pano úmido no quadro quando for negro, ou ferramenta específica quando o quadro for branco, recolher o lixo e apagar as luzes após o término de cada turno de aula; inclusive à noite.</li> </ul>
-------------	--

Fonte: < <https://wp.ufpel.edu.br/terceirizados/contratos/limpeza/>>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

**Tabela 7: Alguns exemplos de atividades semanais de serventes de limpeza**

Semanalmente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos.</li> <li>- Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;</li> <li>- Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;</li> </ul> <p>Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral [quadros de avisos e de formatura].</p>
--------------	---

Fonte: < <https://wp.ufpel.edu.br/terceirizados/contratos/limpeza/>>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

**Tabela 8: Alguns exemplos de atividades mensais**

Mensalmente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;</li> <li>- Limpar filtros de condicionadores de ar;</li> </ul>
-------------	---

<sup>23</sup> Não serão citados exemplos de postos que se ocupam da limpeza banheiros ou áreas hospitalares, pois o universo das entrevistadas é apenas de serventes de limpeza de áreas comuns ou de educação. Serão escolhidos apenas alguns itens para exemplificação, pois a lista é extensa e detalhada.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Limpar o acervo bibliográfico duas vezes por ano, preferencialmente em período de férias letivas.</li> <li>- Limpar forros, paredes e rodapés.</li> </ul>
--	--

Fonte: < <https://wp.ufpel.edu.br/terceirizados/contratos/limpeza/>>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

Mais alguns itens aparecem em relação aos uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), produtos de limpeza, materiais para limpeza e equipamentos, mas a pesquisa não se deterá sobre esses detalhes, exceto em trazer as diferenças de uniformes de auxiliares de limpeza para diferentes fins: supervisor (cores: preto e branco); servente de limpeza geral: (cores: azul); servente de limpeza em banheiros (cores: marrom); servente de limpeza em áreas hospitalares e assemelhadas: (cores: cinza). Para além de diferenciação dos diferentes tipos de atuação, é importante pontuar as diferenças de hierarquias trazidas pelas cores dos uniformes, que se coloca de maneira mais subjetiva no imaginário social. Cada cor identifica visualmente em que posição a pessoa se enquadra. Supervisores, que estão ali numa situação de poder e vigilância vestem preto e branco, com roupas que se assemelham ao de guardas.

Everton Bonow narra em entrevista, que foi criado em 2017, na UFPel, o Núcleo de Gestão de Serviços Terceirizados (NUGEST) - do qual ele é chefe atualmente - que vem para organizar os contratos e licitações de empresas terceirizadas, já que em datas anteriores, houve grandes problemas de atrasos de salário e demais desrespeitos trabalhistas para com os trabalhadores terceirizados da universidade. Everton usa o termo “*empresas aventureiras*” para se referir a empresas contratadas em períodos anteriores que se inscreviam no edital de licitações e acabavam por ser escolhidas. Ele coloca que, pela universidade não ter uma grande referência sobre as empresas e nem seus históricos em relação ao cumprimento de seus deveres trabalhistas, houve problemas nesse sentido, problemas que o NUGEST, segundo ele, busca solucionar.

Uma das medidas para que todos envolvidos, Universidade, empresa e empregados, cumpram com seus deveres é a delegação de um servidor para fiscalizar o contrato. Estes fiscais de contrato têm as seguintes atribuições:

O conjunto de atividades [...] compete ao gestor da execução dos contratos, auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, conforme o caso, de acordo com as seguintes disposições: as atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para os serviços contratados, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avançadas e a solução de problemas relativos ao objeto (PORTARIA Nº 93, 2021)<sup>24</sup>.

Caberia ao NUGEST as seguintes delegações:

Orientação e suporte aos fiscais de contratos; intermediações entre as empresas prestadoras de serviços e UFPel; análise de documentação trabalhista, previdenciária, fiscal e conta vinculada; aplicação Instrumento de Medição de Resultados (IMR), juntamente com os fiscais; atualização e ajustes de Termos de referência para corrigir deficiências e aprimorar as contratações; atendimento às empresas, seus colaboradores e usuários dos serviços.<sup>25</sup>

Maria Tereza Fuji, em entrevista, relata que, na prática, a questão da fiscalização de contratos nem sempre traz essas medidas de bem-estar relatadas nas orientações da Portaria. Maria conta de situações de assédio que acontecem vindas de fiscais de contrato e supervisores que, em conjunto, prejudicam e sabotam trabalhadores por determinadas razões:

*nós tínhamos aí um fiscal de contrato que até no cartão ponto ele mexia pra prejudicar as pessoas que ele não gostava. Quando a pessoa ia bater o ponto, chegava, sei lá, dez pras oito, tava lá oito e quinze. Tinha um assédio, assédio... cuidavam o horário que ia no café, o horário que ia no banheiro, quantas vezes ia no banheiro por dia! Tem de tudo... [...] era fiscal de contrato [...] mas era junto com supervisor, depois a gente ficou sabendo. 'Quando eu não gosto de ti, eu dou um jeito de te prejudicar'. Isso deve continuar acontecendo, isso não é pontual. Isso acontece sempre, entendeu? Quando fiscal de contrato também quer dispensar, ele dá um jeitinho. A gente sabe. <sup>26</sup>*

<sup>24</sup>Fragmento de documento retirado do site do NUGEST. Disponível em: < [https://sei.ufpel.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=1345947&id\\_orgao\\_publicacao=0](https://sei.ufpel.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1345947&id_orgao_publicacao=0)> Acesso em 05 de junho de 2021.

<sup>25</sup>Dados sobre NUGEST. Disponível em < <https://wp.ufpel.edu.br/terceirizados/apresentacao/>>. Acesso em: 08/06/2021.

<sup>26</sup> A questão do assédio e seus diferentes tipos será debatida mais adiante.

Um dado coletado em campo assegura que mais de 90% dos cargos de limpeza são ocupados por mulheres, de que os salários são: servente com 20% de insalubridade (áreas comuns) R\$ 1.293,60 para 40hrs/semanais; servente com 40% de insalubridade (área hospitalar e banheiros) R\$ 1.509,20 para 40hrs/semanais; supervisoras, são 3 postos (2 Pelotas e 1 Capão do Leão). R\$ 1.850,40 com 20% de insalubridade<sup>27</sup>. A falta de escolaridade completa (Ensino Fundamental e Ensino Médio) não são casos isolados entre essas mulheres. Por mais que seja um trabalho digno, pois todo trabalho é um trabalho decente, e que seja nos moldes legais, com carteira assinada, nada assegura que em um dado momento a empresa atual simplesmente não desapareça, havendo o que chamam nesses contextos de troca de crachá, onde a empresa simplesmente desaparece, ou troca seu nome formal, acarretando em dispensa de férias dos funcionários, ou demissões sem justificativa, um problema que Severo (2019) traz:

em razão de que as empresas não ficam muito tempo como prestadoras de serviços na instituição, as funcionárias não conseguem concluir 12 meses de trabalho para poder gozar suas férias; ou, se completam o tempo necessário, acabam recebendo o valor e não gozando do período de férias (SEVERO, 2019, p. 48).

A questão dos diferentes tipos de contratos, licitações e falta de uma fiscalização mais atenta deixa claro que, mesmo a terceirização sendo desde os anos 1990 uma prática comum no serviço público, ainda não há uma diretriz e grupos de legislações que façam com que as experiências de terceirização em universidades federais, e demais espaços públicos, seja livre de assédios e desrespeitos com relação aos direitos trabalhistas. É preciso se dizer que tal fato não se restringe aos terceirizados, mas aos trabalhadores em geral. De toda forma, os terceirizados são bastante vulneráveis socialmente.

---

<sup>27</sup> Informação dada por Everton Bonow. Em um estudo da CUT/Dieese de 2013 com base nos dados da RAIS, há uma discrepância de remuneração, jornada de trabalho e tempo de emprego entre setores tipicamente contratantes e setores tipicamente terceirizados. A remuneração média do primeiro setor é de 2.361,15, enquanto do segundo é de 1.7776,78; a jornada semanal por horas do primeiro setor é de 40, enquanto que no segundo é de 43; o tempo médio de emprego no primeiro setor é de 5,8 anos, enquanto que no segundo é de 2,7. Informações retiradas do Dossiê Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha, disponível em: < <https://www.cut.org.br/system/uploads/ck/files/Dossie-Terceirizacao-e-Desenvolvimento.pdf> >. Acesso em: 11/07/21.

## **CAPÍTULO 2 – MUNDOS DO TRABALHO, HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E MULHERES EM DEBATE HISTÓRICO**

### **2.1 A reestruturação como um objeto de análise nos estudos de Mundos do Trabalho**

Antes de adentrar sobre os estudos de mundos do trabalho, é interessante refletir: o que é trabalho? Albornoz (2008) pensa sobre os sentidos múltiplos do trabalho. Em linhas gerais, trabalho se referencia a uma atividade humana de transformação da natureza em objetos de cultura. Trata-se de transformar uma matéria-prima em algum objeto para algum fim, fim este que está inserido em alguma cultura; “é o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo [de] vinculações com a natureza” (ALBORNOS, 2008, p. 8).

Os sentidos dados mais contemporaneamente sobre o trabalho se relacionam ao advento do assalariamento, que consiste nas pessoas venderem sua força de trabalho para quem detém algum meio de produção, a fim de receber uma compensação por isso. A partir dessa relação forjada pelo modo de produção capitalista, entende-se por trabalhador o indivíduo integrado nos mundos do trabalho, que participa da etapa de produção de bens, de objetos e de mercadorias. Uma crítica que se faz é a conseqüente alienação do processo de produção desses bens e objetos, já que o sentido mais “clássico” de trabalho é o do homem enquanto um transformador da natureza, como já dito. A partir do momento em que ele vende sua força para a produção, ou para a etapa da produção de algo, ele está alheio a relação humano X natureza. Essas noções são um resumo simples do que as ciências humanas e a literatura marxista e marxiana analisam há décadas, os sentidos ontológicos do trabalho.

Na História Social do Trabalho, a busca de entendimento de articulações sociais, captando vinculações e relações significativas de parcelas muitas vezes pequenas de pessoas tornam possível a visualização de grupos agindo nos acontecimentos históricos. A pesquisa dessas articulações evidencia que cada força atuante é vinculada a um sistema indissociável, como uma teia de sociabilidades, na qual os grupos se desenvolvem e se relacionam com uma relativa autonomia por terem motivações próprias (CARDOSO, BRIGNOLI,

2002). Desse modo, a presente pesquisa, tendo como foco as trabalhadoras terceirizadas da limpeza da Universidade Federal de Pelotas, buscará analisar não apenas a trajetória dessas trabalhadoras, como também tentará construir um melhor entendimento sobre a situação dos trabalhadores terceirizados no Brasil.

É importante dizer que essa abordagem que está sendo feita não seria possível há alguns anos. Como coloca Ferreira (2018), a historiografia de paradigma estruturalista, ao valorizar o estudo das estruturas e dos processos de longa duração, atribuía às fontes seriais e às técnicas de quantificação uma importância fundamental. Com isso, havia a desvalorização do papel do indivíduo, da cultura e das conjunturas, e condenava-se a subjetividade, levantando-se dúvidas sobre supostas visões distorcidas que apresentavam, enfatizava-se a dificuldade de se obter relatos fidedignos. Os estudos de tempos mais aproximados aquele vivido pelo pesquisador também eram criticados, chamados de história do tempo presente<sup>28</sup>. Já

nas últimas décadas do século XX, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa, resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares (FERREIRA, 2018, p. 84).

Hobsbawm (2000) propunha algumas considerações metodológicas para os estudos de trabalho e do movimento de trabalhadores. Ele abordava que para se fazer este estudo é essencial que se tenha em mente as relações de classes, que uma classe não existe sem a outra, havendo a relação dialética destas; de que a história operária é multifacetada, existem trabalhadores, movimentos, bases, líderes, níveis socioeconômicos, entre outros elementos, ou seja, não é interessante se praticar reducionismos nem generalizações; de que é necessária uma balança entre história quantitativa e qualitativa, pensando que dados, por mais que estejam disponíveis, não necessariamente respondem questões importantes à história social. Loner (2016) trabalha com a ideia da construção de

---

<sup>28</sup> Haverá mais adiante um debate mais aprofundado sobre isso.

classe, como algo que dialoga para o estudo da classe trabalhadora de qualquer período histórico. A autora coloca que:

A formação da classe operária é um processo em contínuo andamento e sujeito a inúmeras diferenciações, conforme os condicionantes econômicos, culturais e políticos atuantes na sociedade na qual se insere. Por isso, cada episódio de formação de classe é uma experiência histórica concreta, condicionada e condicionante da sociedade em que se situa (LONER, 2016, p. 13).

Pensando em experiências e construção da consciência de classe, Thompson (1987, p. 10) diz que:

[...] consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Poremos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

O debate sobre experiência trazido por Scott (1998) complementa a análise pretendida por essa pesquisa, pois a autora busca entender as experiências na história não como uma maneira de apenas essencializar, isto é, categorizar atributos imutáveis ao que é vivenciado por grupos sociais, sejam os trabalhadores, as mulheres, os podres, os negros, e assim por diante. Nas palavras da autora,

o projeto de tornar a experiência visível impede o exame crítico do funcionamento do sistema ideológico em si, suas categorias de representação [...] como identidades imutáveis, suas premissas sobre o que essas categorias significam e como elas operam, de suas ideias de sujeito, origem e causa (SCOTT, 1998, p. 302).

Tratando das questões da sexualidade, Scott (1998) coloca o perigo de se pensar na história, de maneira geral, como uma cronologia que torna as experiências visíveis em que as categorias aparecem, entretanto, como a-históricas. Scott cita as vivências da homossexualidade, heterossexualidade, feminilidade, masculinidade e mesmo práticas sexuais sendo tomadas como

entidades fixas, vivenciadas através do tempo, mas que são em si próprias, historicizadas. A autora, sobre a noção de experiência de classe em Thompson (1987), discorre que ele traz a importante questão de considerar as questões estruturais e as psicológicas para pensar na ideia de agentes históricos. Contudo, a autora coloca que:

ao fazer uso do termo, que em última instância é moldado pelas relações de produção, a experiência torna-se fenômeno unificador, dominando outros tipos de diversidade. [...] O aspecto unificador da experiência exclui amplos domínios da atividade humana ao simplesmente não considerá-lo como experiência, isto é, não traz nenhuma consequência para a política ou organização social. Quando a classe se torna uma identidade que desconsidera o resto, as outras posições dos sujeitos são subsumidas por ela, e as de gênero por exemplo (ou, em outras instâncias desse tipo de história, raça, etnia e sexualidade) (SCOTT, 1998, p. 310).

As múltiplas noções de experiência são muito interessantes para pensar o tema da pesquisa aqui presente, bem como o tempo histórico no qual ela está inserida, ou seja, refletir sobre as mulheres trabalhadoras terceirizadas, a partir do contexto que estas estão colocadas e como elas se formam enquanto uma categoria de trabalho, que integra um grupo mais amplo. É importante pensar que uma servente de limpeza é uma mulher, que tem uma raça, que tem uma vivência de sexualidade, além de outras questões que a formam enquanto um ser humano individual e único.

A classe trabalhadora não é homogênea, formada com as mesmas experiências individuais e coletivas, e há muitos estudiosos que focam no horizonte de colocar uma lupa nas experiências de grupos, que vivem da sua força de trabalho. Linebaugh e Rediker (2008), por exemplo, analisam a história dos operários que transitavam no Atlântico entre XVII e começo do século XIX, pensando nas experiências de homens livres, muitas vezes desassistidos de leis ou contratos, ou que, muitas vezes por serem negros, eram encaixados nesse meio social como escravizados, vivendo entre navios e espaços portuários invisibilizados –remetendo ao argumento de Van der Linden (2017) sobre os precários serem uma constante na história humana-.

Os estudos sobre mundos do trabalho são importantes nas discussões dentro das ciências humanas e sociais na atualidade. Contudo, pode-se dizer

que os sociólogos tiveram certo pioneirismo na investigação sobre o tema, se tratando da produção intelectual brasileira. Ao exemplo de trabalhos da Sociologia com viés histórico, Mattos (2004) discorre sobre os trabalhos que Ricardo Antunes desenvolveu com análises sobre movimento operário de 1930-1935 valendo-se de jornais, atas sindicais e outros documentos, que são fontes centrais no trabalho de investigação histórica. Como aponta Mattos (2004) há, então, na historiografia o caráter interdisciplinar na literatura especializada sobre movimento sindical e estudos sobre mundo do trabalho, vindo de influências especialmente das Ciências Sociais, como a Antropologia e a Sociologia.

Uma marca dos estudos recentes na área de história sobre trabalhadores e sindicatos é “o avanço das pesquisas para os meados do século XX e, até mesmo, períodos mais próximos da atualidade” (MATTOS, 2004, p. 3). Tratando-se de movimento operário e sindical, de início, os estudos de classe trabalhadora tinham a noção de caracterização da origem como fator determinante dos padrões de sua coletividade. Depois, valorizavam as concepções e práticas da vanguarda política na explicação dos caminhos da ação sindical. Ambos os casos viam o movimento operário como pouco combativo e atrelado ao Estado. A partir dos estudos que colocaram a importância da agência histórica dos sujeitos e sua experiência, tendo o horizonte de contribuições de Edward Thompson, a historiografia guinou em não mais ver a classe operária em uma perspectiva negativa e o sindicalismo totalmente conformado à estrutura sindical oficial, e sim procurando enfatizar a relação entre atores desiguais, mas onde não há apenas um Estado todo-poderoso e nem uma classe passiva que tudo acatava. A palavra que aparece, a partir dos estudos sobre agências, é a de resistência, apesar de todas as adversidades, que os trabalhadores vivenciam em seus cotidianos.

Como aponta Guimarães (2009) tratar desse assunto é abordar um ramo das Ciências Humanas e Ciências Sociais fortemente pautado pelos desafios da agenda social. Os recentes processos de reestruturação macroeconômica tiveram efeitos importantes, não apenas no que tange às relações sociais nos locais de trabalho, mas ao mundo do trabalho como um todo. Ainda nas palavras do autor,

tem sido crescente o interesse da sociologia brasileira pelos estudos do mercado de trabalho e das formas e experiências associadas ao desemprego, depois de um longo período de jejum intelectual durante o qual haviam dominado as análises sobre as condições de organização e uso do trabalho no cotidiano das empresas e sobre as formas da ação coletiva sustentada pelos sindicatos (GUIMARÃES, 2009, p. 151).

Estudos sobre mundos do trabalho e História possuem nomes consagrados em pesquisas nacionais e internacionais, sendo o livro de Hobsbawm (2000), “Mundos do Trabalho”, um exemplo. Há, também, as contribuições mais atuais de Antunes (2018) e Druck (2018) que são importantes, pois trabalham esses temas, juntamente com a terceirização, dentro da Sociologia do Trabalho. Alguns livros de compilações contendo textos destes e outros intelectuais são indispensáveis para servir de norteador desses temas, tais como: Carrion e Vizentini (2000) com o título de “A Crise do Capitalismo Globalizado na Virada do Milênio”; Katz e Coggiola (1996) chamado “Neoliberalismo ou crise do capital?”; Gomes (2001) intitulado “O Trabalho no Século XXI”. Há, também, o livro esclarecedor de Pinto (2013) chamado “A organização do trabalho no século XX”, que traz um apanhado do processo histórico entre o Taylorismo, Fordismo, até o desenvolvimento do Toyotismo.

Há o interesse da historiografia em retomar fontes e dados para refletir sobre greves, motins e revoluções de cunho classista ao longo do século XX, época, se tratando de Brasil e América Latina, na qual ideologias de esquerda como o Anarquismo e o Socialismo<sup>29</sup> chegavam no continente, a partir da imigração. Esses imigrantes, em parte, iam trabalhar em fábricas com os trabalhadores nacionais, e nesse ambiente conseguiam trocar impressões sobre

---

<sup>29</sup> Nas palavras de Corrêa (2013, p. 12) “o anarquismo é uma ideologia revolucionária que se fundamenta em princípios determinados, cujas bases se definem a partir de uma crítica da dominação e de uma defesa da autogestão; em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em estratégias, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão”. O anarquismo se coloca contra o Estado e pensa que a sociedade só será livre com os preceitos da autogestão, democracia direta, entre outros. Há diferentes correntes dentro das linhas teóricas e prática políticas, sendo uma delas a do Anarcossindicalismo, uma linha muito presente no movimento operário brasileiro no início do século XX. Por socialismo, entende-se uma linha de pensamento que, num primeiro momento, nasce com os ideais da Revolução Francesa, e a conceitualização mais conhecida e usada nas ciências humanas é a que Marx e Engels (2002) trazem, a de organização socioeconômica baseada na propriedade coletiva dos meios de produção, onde “as proposições teóricas [...] não se baseiam de forma alguma em ideias, em princípios inventados ou descobertos [...] e sim a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes já existente. [...] Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria nessa única expressão: abolição da propriedade privada” (MARX, ENGELS, 2002, p. 60).

as condições de trabalho, bem como a socialização de cartilhas políticas que tinham no horizonte a ruptura com o sistema vigente, e, conseqüentemente,

[...] grupos expressivos de trabalhadores urbanos buscaram nas “sociedades de resistência”, ou sindicatos, uma forma de organização coletiva que respondesse à demanda por representação dos seus interesses junto aos patrões e ao Estado, no que diz respeito às questões do mundo do trabalho. Através dos sindicatos, multiplicaram-se os momentos de luta coletiva organizada, como as greves, um instrumento do qual os trabalhadores brasileiros já vinham lançando mão, embora em escala bastante restrita, nas décadas anteriores (MATTOS, 2003, p. 8).

A fábrica e a convivência entre operários era um ambiente fervilhante para a luta de classes e para a tomada da consciência. Por luta de classes, entende-se um dos pontos principais para a literatura marxista, de maneira geral. Marx e Engels (2002) já citavam que toda história é a história da luta de classes. Para Thompson (1987), numa visão mais contemporânea, que leva em conta as experiências de classe, a luta de classes é quando esses grupos, de classe trabalhadora e classe burguesa, que são antagônicos, mas não estáticos, disputam interesses distintos, de si para si.

Na primeira metade do século XX com partidos políticos, sindicatos, associações de trabalhadores e demais aglomerações de esquerda sendo construídas, com tendências ao anarquismo e comunismo, que cresciam nos centros urbanos e fabris brasileiros, Getúlio Vargas toma o poder e, com ele, veio a tentativa de uma organização da sociedade brasileira para que esta se visse integrada e harmonizada, caminhando para o progresso e o desenvolvimento nacional. Para tanto, foi necessário criar-se medidas<sup>30</sup> que buscassem a conciliação desses grupos de pautas revolucionárias com a burguesia nacional. Mattos (2003) aponta que o modelo de CLT é uma ideia importada dos regimes nacionalistas (e fascistas) da Europa. Maeda (2016) acrescenta que, sobre o contrato de trabalho, com a CLT e a instituição do

---

<sup>30</sup> Em 1925, há a lei de férias de 15 dias. Em 1927, o código de menores. Em 1930, então, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) que surge em meio a crise de 1929 e aos ápices da Revolução de Outubro. Em 1932, há a criação de Inspetorias do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento e Comissão Mista de Conciliação. Porém, o momento mais emblemático do período, que faz a fama do ex-Presidente Getúlio Vargas como um símbolo político do trabalhismo foi quando, no dia 1º de maio de 1941, este faz um discurso acalorado no Estádio do Vasco da Gama, onde instala oficialmente a Justiça do Trabalho, mesmo que só em 1946 esta seja integrada, de fato, ao Poder Judiciário (BIAVASCHI, 2011).

salário-mínimo, ocorridos durante a vigência do governo autoritário de Vargas estas foram medidas feitas com a finalidade de promover o processo de industrialização nacional, com a atuação estatal, buscando reduzir a desigualdade social.

Cardoso (2019, p. 4) discorre sobre a sociabilidade e a construção da sociedade de trabalho no Brasil. Para o autor:

não apenas a sociabilidade capitalista moldou-se pela inércia da ordem escravista, como o próprio Estado capitalista construído no IV século brasileiro estruturou-se pela e para sustentar a escravidão, transferindo muito de sua dinâmica (e inércia institucional) de uma geração a outra, dificultando e retardando a problematização da questão social como relevante para a sustentabilidade da ordem. Getúlio Vargas, nesse sentido, representará importante ruptura com a dinâmica herdada da escravidão, ao renovar as estruturas do Estado capitalista para incorporar aquela questão em seu próprio âmago, ainda que de forma subordinada e autoritária.

Segundo o mesmo autor, a sociabilidade escravista consolidou um padrão de violência estatal e privada que sobreviveu ao fim da escravidão, transferindo-se para diversas esferas da relação entre Estado e o “mundo do trabalho” no país.

Esse clima conciliatório proposto por Getúlio Vargas teve seus altos e baixos desde os anos de 1930, até o início dos anos 1990. Porém, mesmo em meio à Ditadura Civil-militar, até nas emblemáticas greves de metalúrgicos do ABC paulista, as principais pautas trabalhistas tinham como base legal a CLT<sup>31</sup>, tanto para manter direitos que existissem e que estivessem sofrendo ameaças, quanto para justificar ações como greves e paralisações. Contudo, a partir da radicalização da lógica neoliberal nos anos 1990, essas concretudes no campo

---

<sup>31</sup> As medidas anteriores à CLT de 1943 são registradas por grandes lacunas, informalidades legais e ambiguidades, por ter o fio condutor de um Direito em construção em um país de capitalismo tardio. Os pleitos (processos) tinham o anseio da esperança da estabilidade. Em 1935, então, há a primeira ponta de esperança concreta para os trabalhadores, a Lei nº 62/1935, que assegurava ao empregado uma indenização quando não exista prazo estipulado para o término do contrato e quando o empregado fosse despedido sem justa causa. Chamou-se Lei da Despedida. Antes, a Abolição da escravatura introduziu o direito de ir embora; na Lei da Despedida, era assegurado o direito de ficar, de permanecer empregado. Essas medidas são diretamente relacionadas com as noções de dignidade humana, pontos de partida e fundamentos do novo Direito Social, mais tarde o Direito do Trabalho (BIAVASCHI, 2011).

trabalhista tiveram a lógica reinventada, pois o caos e a confusão eram a nova ordem.

Em meados do século XX, os movimentos sociais e a esquerda como um todo viviam outros pontos de crise, pois no aspecto da conjuntura mundial, “do fim do chamado ‘bloco socialista’ os países capitalistas centrais vêm rebaixando brutalmente os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores, dada a ‘inexistência’, segundo o capital, do perigo socialista” (GOMES *et al*, 2001, p. 21). O fim da URSS e “o fim do socialismo” também acarretaram no desnorteamento dos próprios movimentos, bem como “a crise do mundo do mundo do trabalho [...] ao desmoronamento da esquerda<sup>32</sup> tradicional da era stalinista.” (*idem*, p. 21). Era o suposto fim da utopia, onde os movimentos precisaram (e ainda precisam) reorganizar suas pautas, bandeiras e cartilhas.

Nesse contexto, no qual muitos trabalhadores que tinham ocupações fixas ficam sem espaço e com seus ofícios obsoletos, surgem eufemismos criados pelos aparelhos ideologizantes a serviço do Estado burguês para o desemprego em massa. Há novas terminologias que se referem aos trabalhadores como “flexíveis”, “autônomos”, “empreendedores”, além de criar aparatos como as “microempresas individuais”. Em linhas gerais, o mundo do trabalho sofreu e ainda sofre profundas mudanças, as quais vão excluir, a cada dia, um maior número de pessoas.

Por consequência, houve, também, mudanças no cenário das causas e de luta de classes. Resistências, de caráter pontual, como as greves reivindicatórias, bem como as lutas por pautas maiores, como greves políticas e de solidariedade, entre outras ações, são presentes ao longo da história, sobretudo que abarca o trabalho assalariado. Contudo, dizer que houve mudanças não significa dizer que esses movimentos acabaram. O horizonte de

---

<sup>32</sup> De acordo com Silva (2014) o uso dessa terminologia tem raízes na forma como os membros tomavam assento na Assembleia Nacional, na Assembleia Legislativa e na Convenção Nacional na França, quando do processo revolucionário francês do final do século XVIII. Os sentados à esquerda eram contra as normativas do antigo regime e ficou definida, a partir daí, como o espectro ideológico que pretende empoderar grupos sub-representados nas esferas de poder, se caracterizando pela defesa de uma maior igualdade social. Normalmente, envolve uma preocupação com os cidadãos que são considerados em desvantagem em relação aos outros e uma suposição de que há desigualdades injustificadas que devem ser reduzidas ou abolidas.

embates e reivindicações é uma constante no mundo social e, sobretudo, no mundo social engendrado no capitalismo, mesmo que, no entanto, a força dos sindicatos é a cada dia menor, tendo em vista que a sociedade de hoje aposta em alternativas individuais. No item sobre a luta por direitos trazidas nas narrativas das trabalhadoras terceirizadas esse debate será desenvolvido.

Nesse contexto de reestruturação, a terceirização do trabalho, que já vinha sendo construída desde um tempo anterior - como se verificou no caso da Ditadura Civil-militar - mas havia sido barrada pelo apelo sindical, foi em grande medida retomada e, dessa vez, carimbada pelos poderes público e privado em conjunto, causando mudanças no mundo do trabalho, tendo em vista a retirada tanto das garantias legais, como da greve, da organização, do direito das férias, remuneração e afins, quanto a quebra das medidas de classe mais subjetivas, como a articulação, reflexão e a tomada de consciência de classe, redes protetivas entre trabalhadores. Maeda aponta que, na perspectiva da justiça do trabalho, houve:

[...] algumas consequências [...] como, por exemplo, a superexploração do trabalhador, a redução de proteção legal, a fragmentação da classe trabalhadora e a discriminação do terceirizado em relação ao *status* do empregado diretamente contratado. E distanciar a figura jurídica do empregado da do real empregador é atacar uma das bases do direito do trabalho, uma vez que isso afasta o princípio da proteção (MAEDA, 2016, p. 128).

O objetivo foi de forjar um trabalhador perdido em seu contexto, isolado de outros trabalhadores e alienado do processo produtivo como um todo, no qual terceirizado acaba atuando em uma parcela separada do processo total, sem noção do contexto que está inserido, ou seja, sem a tão perigosa possibilidade de se empoderar e desenvolver consciência e identidade de classe, que há muito já haviam incomodado os patrões e a ordem vigente.

## 2.2 História do Tempo Presente

Esse projeto de pesquisa caminha por um campo complexo de estudos sociais, sobretudo para a História: a História do Tempo Presente. Esta adquiriu notoriedade e aos poucos foi se tornando mundialmente conhecida a partir de 1978, quando foi criado na França o *Institut d'histoire du temps présent (IHTP)* (CARDOSO e VAINFAS et al, 2012). No Brasil as reflexões sobre o tempo

presente são inauguradas com estudos sobre o golpe de 1964 e seus desdobramentos, unindo os estudos da história do tempo presente com os estudos usando a metodologia de história oral (FERREIRA, 2018). Contudo, mesmo com a comunidade acadêmica tendo se apropriado, gradativamente, desse recorte teórico-temporal-metodológico, não significa que há menores controvérsias ao seu entorno e, sobretudo, nos seus primeiros anos houve:

[...] dúvidas sobre a pertinência de se estudar a história do próprio tempo pelos historiadores. Ela [a História do Tempo Presente] foi objeto de desconfiança quando de seu nascimento, já que para muitos ela estaria ancorada em testemunhos diretos, em depoimentos recolhidos no que se convencionou chamar de história oral. Havia razões para a desconfiança, pois escrever sobre o presente é escrever sobre si mesmo, ou melhor, sobre a leitura que você tem daquilo que observa, suas escolhas, suas lembranças e seus esquecimentos. Nesse sentido, a história do tempo presente estaria contaminada pelo próprio historiador com seus conceitos e preconceitos (CARDOSO e VAINFAS et al, 2012, p. 31).

O estudo da história trata com as durações do tempo, a partir de longas ou curtas durações. Há, também, a dimensão de se estar próximo ou distante do objeto analisado. Koselleck (2014) pensa, assim como outros autores, nas dimensões das temporalidades na história e a noção da diacronia. O autor coloca que

Como sabemos, as sequências de eventos não são totalmente aleatórias. O antes e o depois, ou o cedo demais e o tarde demais, constituem sequências obrigatórias. Podemos chamá-las de estruturas diacrônicas. Elas nos permitem comparar as sequências de revoluções, guerras ou histórias constitucionais num determinado nível de abstração ou numa tipologia (KOSELLECK, 2014, p. 305).

Na contemporaneidade, os estudiosos das ciências humanas têm a clareza que o tempo é uma construção histórica, além de ser vivenciada de modos distintos por diferentes culturas. O tempo linear como condutor do progresso é uma criação do Iluminismo europeu, a partir do qual os historiadores criaram essa suposta linha do tempo que parece, muitas vezes, impossível de superar (CARDOSO e VAINFAS et al, 2012). Essa clareza facilita pensar os estudos sobre história e, nesse caso, especificamente, sobre mundos do trabalho, em recortes temporais tão recentes. A partir de alguns balanços na produção

acadêmica sobre mundos do trabalho e temas tangíveis, como sindicalismo, movimento operário, história dos partidos políticos, tem-se percebido que o período mais estudado, a partir dos anos 1990 no Brasil, é o período republicano (aí inclusa a Nova República). Como coloca Mattos (2004, p. 14):

De um ponto de vista internacional, a tendência ao avanço dos estudos históricos para o período do pós-guerra, terreno antes interdito pelo preceito tradicional da necessidade do distanciamento ante o objeto, já é sólida o suficiente para que na França, por exemplo, se estabeleça com reconhecimento institucional uma 'história do tempo presente'<sup>33</sup>.

No sentido cronológico oposto, os historiadores e pesquisadores também começaram a perceber a importância e a necessidade de estudar momentos anteriores aos da República Velha, a fim de obter um entendimento do processo da formação da classe trabalhadora no Brasil, ainda em vigência na escravidão (MATTOS, 2004).

Cardoso e Vainfas (2012), ao refletirem sobre a obra de Hobsbawm, colocam que o estudioso afirma que toda história seria uma forma de história contemporânea disfarçada. Para eles,

[a expressão] 'história do seu próprio tempo' implica que sua experiência individual seja também coletiva, e o fato é que, embora a maioria das pessoas não vivencie os marcos da história mundial ou nacional em seu tempo de vida, elas aceitam como consenso (CARDOSO e VAINFAS, 2012, p. 31, grifos dos autores).

Uma marca da história do tempo presente é a provisoriedade de interpretações e de marcos temporais. Como coloca Ferreira (2018), a história do tempo presente é feita de moradas provisórias, significando com isso que ela se reescreve constantemente a partir das possibilidades de acréscimos de análises, fontes, revisões e correções.

Lohn (2019) coloca a história do tempo presente como o estudo do vivido e do vivo por demarcar temporalidades em construção. De acordo com o autor,

trata-se não de uma prática do que pode ser chamado de luto social, como se apenas o mundo dos mortos coubesse à historiografia, mas do envolvimento com as lutas pela sobrevivência e seus conflitos em sociedades marcadas pelo capitalismo e pelas desigualdades sociais

---

<sup>33</sup> Grifos do autor.

(...) uma escrita da história voltada ao tempo presente tem como significado básico uma atitude política na qual a historiografia se expõe ao debate público em um momento em que diferentes narrativas buscam reescrever o passado com vistas a utiliza-lo como arma política. Mais do que nunca, uma história comprometida e interpelada pelo presente está diante de questionamentos que envolvem a interação entre narrativa histórica e campo político (LOHN, 2019, p. 11).

O ponto em que o autor discorre sobre a disputa de narrativas sobre o passado com as questões políticas vem ao encontro dos argumentos que colocam os estudos sobre o presente, utilizados da história oral em busca de construção de narrativas, como uma demanda por discutir e entender os processos ditatoriais na América Latina e no Brasil que, para além de serem acontecimentos que estão próximos no tempo, estão cercados de disputas que ocorrem no mundo político e no senso comum.

Os estudos sobre a história do tempo presente vêm no sentido de entender esses contextos e demarcar um espaço onde os ocorridos recentes são problematizados, estudados e historicizados de maneira comprometida, para além de uma disputa de narrativas maleáveis que atendem objetivos e reforçam discursos. Esse lugar demarcado e comprometido com o saber histórico vale para todos os debates contemporâneos em que há disputas de discursos e narrativas, sendo as recentes transformações do mundo do trabalho um desses pontos. Sem os apontamentos críticos desse processo histórico que se inicia sobretudo em 1970 com a reestruturação produtiva e que adentra o século XXI, pode-se reduzir facilmente como um momento de modernização das relações de trabalho, onde os desmontes da CLT acabam sendo vistos como benéficos ao trabalhador. Ao se fazer o exercício histórico-crítico sobre essas questões, pode-se ver os usos políticos desses argumentos e a partir daí, contra-argumentar sobre a importância das lutas sociais dos trabalhadores brasileiros, ao longo do século XX, para que essas conquistas tenham ocorrido. A história do tempo presente, então, cumpre a tarefa de descortinar e problematizar questões recentes da história e oferecer “densidade à análise social (LOHN, 2019, p. 13).

Terra (2019) coloca, numa perspectiva de História Social do Trabalho e alguns temas recentes de análise, que de 1980 para cá há uma mudança da perspectiva de estudos de uma história do movimento operário para uma

história da classe trabalhadora. O autor aponta para os debates de trabalhadores ligados com outras questões, de gênero, raça, sexualidade, regionalismos e demais intersecções, ao fator de que houve uma alteração no perfil dos estudantes das universidades, a partir dos anos 2000:

dados do INEP apontam que entre 2012 e 2015, o número de alunos de escolas públicas ingressantes nas universidades federais saltou de 28.835 para 78.350. Já o número de estudantes que se declararam pretos ou pardos e passou de 933.685 para 2.172.634 no mesmo período.<sup>20</sup> A mudança no perfil dos estudantes possivelmente impacta na demanda de novos temas a serem tratados nas pesquisas e cursos acadêmicos, e pode ajudar a explicar o crescimento de estudos sobre trabalhadores negros e sobre o trabalho doméstico, por exemplo (TERRA, 2019, p. 88).

Contribuindo ao debate, Pedro, Freitas e Veras (2019) abordam que os estudos das intersecções que se deram da década de 1980 em diante construíram um caleidoscópio útil para entender o campo da história na produção de conhecimento, assim como sua função na transformação social.

Para Dosse (2012, p. 7) a história do tempo presente não é uma novidade:

Se mergulharmos nos momentos de emergência da disciplina histórica, na Antiguidade, constatamos que esta abordagem já tem o peso de uma longa tradição. Assim, segundo Tucídides, que ouvia o relato das guerras do Peloponeso, não há outra história que a do tempo presente e é em seu nome e suas exigências que ele critica com veemência Heródoto, chamado de logógrafo e de mitólogo. O contrato de verdade, próprio ao discurso do historiador, pressupõe, segundo Tucídides, a testemunha ocular.

Ter clareza das razões para que determinado fato tenha sido divulgado, enquanto outros foram sublimados ou mesmo ocultados, exige domínio do tema a ser estudado. Para tal, a reflexão histórica só pode ser bem-sucedida caso assentada na erudição factual e historiográfica. Nesse sentido Hobsbawm (1998) coloca que o fundamento da disciplina histórica é a supremacia da evidência; o historiador precisa ser fiel a esse pressuposto. Embora o autor cite a inseparabilidade da historiografia em relação à ideologia e política, a historiografia não pode abandonar os critérios teórico-metodológicos, nem isolar partes da história, seja por desatenção, seja por escolhas de pertinência.

### 2.3 As mulheres e os mundos do trabalho

Um livro clássico sobre o tema de mulheres e capitalismo escrito por Saffioti (1969) é “A mulher na sociedade de classes”, um texto que, se tratando de entendimento do processo teórico sobre estudos de divisão sexual do trabalho e de gênero dentro de classes, é um livro com grande peso intelectual. Também de Saffioti (1990) há o livro “Rearticulando gênero e classe social” que, numa perspectiva de História Social, busca refletir sobre essas duas categorias de pensamento em diálogo.

Um texto norteador para pensar essas questões é o artigo escrito por Nogueira (2010) “As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução”, quando esta discorre que:

as relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução. De certa forma, essa articulação nos remete ao binômio da exploração/opressão de gênero confirmando a nossa opção de refletirmos, sobre a divisão sócio-sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo, pois, dessa forma, temos a oportunidade de salientar as dimensões objetivas e subjetivas, individuais e coletivas existentes nessa relação. A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

O livro de Nogueira (2011) chamado “O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras no telemarketing” é imprescindível, pois neste a autora articula analiticamente as categorias “trabalho” e “reprodução”, utilizando-se de autores clássicos como Lukács para discorrer sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho contemporâneo, que vem a precarizar suas condições de vida.

Já Assunção (2013) é organizadora de um livro que traz colaborações pertinentes ao tema, “A precarização tem rosto de mulher”, no qual há o debate sobre as mulheres e demais grupos oprimidos no mundo do trabalho. Em suas palavras: “Em primeiro lugar, podemos apontar que o processo de precarização do trabalho e terceirização tem como principal alvo os grupos socialmente subordinados na sociedade como as mulheres, os negros [e as mulheres

negras], os homossexuais (homens e mulheres) e os imigrantes (ASSUNÇÃO, 2013, p. 50). Pode-se considerar, assim, que esse capitalismo com novas facetas marcado pelo neoliberalismo se apropria dessa condição para inserir esses grupos no mundo do trabalho de maneira direta, porém reforçando seus postos de subalternizados. Se há uma feminização do mundo do trabalho, esta é dada nos moldes de um trabalho precário e desvalorizado, reforçados pela lógica patriarcal e, muitas vezes, racista.

A classe trabalhadora no Brasil neoliberal tem outra cara que precisa ser entendida pelos historiadores e demais pesquisadores da sociedade. Tratando-se de estudos com o recorte temporal do capitalismo mais clássico, os estudos sobre famílias operárias entendiam o homem enquanto provedor e a mulher, mesmo que operária, com um papel mais secundarizado. Engels (2006) cita em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” que no âmbito familiar em ordens patriarcais ocidentais, o homem representa o burguês, e a mulher o proletariado; outro fato é que em muitas fábricas do final do século XIX e início do século XX tinham sua maior parte de mão de obra de trabalhadores brancos e imigrantes. Contudo, na classe trabalhadora atualmente, sobretudo nos setores precarizados, o sujeito central são as mulheres, e mulheres negras, que são as provedoras de muitos lares, ou seja, além de ser falar de classe é necessário pensar em raça e gênero.

Muitos são os pontos que envolvem a vivência das mulheres no mundo social. No caso das mulheres trabalhadoras, as questões referentes às suas trajetórias laborais são marcadas pelo fator gênero e atravessadas por raça, etnia, sexualidade, além das vivências individuais e subjetivas para além dos traços identitários, entre outras infinitudes de variáveis que marcam seu espaço social, como suas vivências e circunstâncias de sua vida pessoal. A realidade do trabalho precário é presente na sociedade contemporânea, e isso passa pela ocupação de postos de trabalho informais ou formais, mas com baixa remuneração e acesso a direitos, como o trabalho terceirizado, além da realidade do desemprego que é uma constante e crescente.

Colocando uma lente sobre o trabalho terceirizado e as mulheres, como aponta Pinto (2013) os trabalhadores subcontratados como terceiros compõem o maior contingente de trabalhadores da atualidade e este setor tem o aumento expressivo da presença de trabalho feminino ao longo dos anos, em que os

serviços terceirizados foram sendo aderidos pelo setor público e privado no Brasil. Tal situação se dá não apenas nos ramos tradicionais, como nas indústrias têxteis, mas também em ramos de prestações de serviços, continuados e temporários, como faxineiras e serventes, sobretudo, e ramos da indústria microeletrônica.

Tanto nas repartições públicas, quanto nas privadas, um dos setores que vem sendo terceirizado em sua totalidade é o da limpeza. Por não ser um trabalho onde o empregado gera um produto final palpável, é um alvo fácil para que esse processo de desvalorização aconteça. É preciso se considerar ainda que, historicamente, os trabalhos de limpeza são praticados por mulheres, que pela divisão sexual do trabalho, acabam, muitas vezes, atuando em ramos relacionados ao trabalho do lar que, por muito tempo, não foi considerado um trabalho de fato. Nesse sentido, as atividades mais precárias são as reservadas para as mulheres, já que a força de trabalho feminina tem articulações com as relações de poder presentes na já naturalizada ideia de que trabalho de mulher tem menos valor em virtude de suas supostas aptidões naturais para mãe e esposa (NOGUEIRA, 2010), além de seu salário ser considerado complementar ao dos homens, ainda que análises indiquem um crescimento no número de lares chefiados por mulheres, a partir da configuração das chamadas famílias monoparentais, considerando que muitas mulheres trabalhadoras, inclusas as terceirizadas, fazem o papel de provedoras do lar, seja pelo abandono masculino em situações de gravidez, de infidelidade, de abuso e agressão, por exemplo. Algumas mulheres nessas situações se veem obrigadas a trabalhar em qualquer emprego, mesmo que este seja degradante e precarizante, em vários aspectos.

Pereira, Figueiredo e Ramos (2021) colocam que as origens da família monoparental se dão sobretudo pelo abandono, viuvez e divórcios. Os autores abordam que contemporaneamente, esse fenômeno se intensifica no Brasil, sobretudo, porque as mulheres começam a participar mais efetivamente do mundo social e econômico, além do surgimento de novas formulações de família, como as construídas a partir de relações homoafetivas. Contudo, há a dimensão de vulnerabilidade que a família monoparental traz, na medida que um

fator complexo inerente à família monoparental são as dificuldades relacionadas à educação, saúde física e emocional do filho menor. A pessoa que fica responsável para com o filho, além das

responsabilidades financeiras, fica com as tarefas de casa sozinho, como ir à escola, em reuniões, a médico, dentre outras atividades que seriam divididas entre ambas os genitores. Em muitos casos, o progenitor chefe de família fica dividido entre o trabalho fora de casa que o remunera, tendo em vista que sua carga horária precisa ser maior para compensar a unilateralidade dos recursos financeiros, e as atividades em que o filho necessite de acompanhamento<sup>34</sup>.

Há, também, a dimensão da guarda dos filhos, que de acordo com um estudo do IBGE de 2010, em 89, 5% dos casos de divórcio a guarda dos filhos permanece com a mãe (PEREIRA, FIGUEIREDO E RAMOS, 2021). Conforme já dito há situações das chamadas mães solo:

Mesmo essa estatística sendo grande, quando o assunto é debatido, a primeira questão levantada são os casos de “mães solteiras”, ou seja, adolescentes que engravidaram e que os pais não assumiram a paternidade do filho, ou que mesmo quando assumem a paternidade, não constituem um relacionamento que inclua a mãe. Essas situações acopladas às situações sociais vulneráveis remetem às mulheres que tem seus filhos e os criam sozinhos, ou com pequenas participações dos genitores, a discriminação. Tal situação não planejada leva essas mulheres muitas vezes a largarem seus estudos ou se submeterem a trabalhos de domésticas ou ainda outros considerados inferiores<sup>35</sup>.

Cisne (2015) debate sobre o imaginário de que as mulheres são propensas a serem mães e esposas e contrapõe isso pela interpretação, da qual ela defende, da construção histórica dos papéis de gênero, onde a socialização se dá de maneira desigual sobretudo porque, nessas designações supostamente naturais da mulher na composição da família, há a justificativa dos papéis subordinados da mulher em nome da propriedade privada, dos valores monogâmicos e da dominação masculina.

O emprego, ou a falta dele, está intimamente ligada a várias questões que envolvem a vida das mulheres. As pessoas que vivem do seu trabalho para

---

<sup>34</sup> Fragmento do artigo “Família monoparental como entidade familiar” de Pereira, Figueiredo e Ramos (2021) publicizado no site Jus.com.br. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/88058/familia-monoparental-como-entidade-familiar>>. Acesso em: 18/07/21.

<sup>35</sup> Fragmento do artigo “Família monoparental como entidade familiar” de Pereira, Figueiredo e Ramos (2021) publicizado no site Jus.com.br. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/88058/familia-monoparental-como-entidade-familiar>>. Acesso em: 18/07/21.

sobreviver e ir além, buscando ocupar espaços, como os de sociabilidades, os espaços educacionais, além de conseguir construir uma situação confortável para si e sua família, como um lar que tenha o mínimo de estrutura, só consegue o acesso a esses itens citados a partir de um bom trabalho que lhe dê segurança para o mínimo. Ou seja, as mulheres que vivem do seu trabalho, sendo responsáveis por si e por suas famílias, necessitam, muitas vezes, de mais de um emprego que dê as garantias para viver bem. A partir do momento em que a maioria das mulheres trabalhadoras vive em situação de desemprego, ou empregadas, mas ocupando setores de trabalho precarizados, sua vida se torna, então, mais precária. Um exemplo prático disso é a realidade de mulheres que vivem em situação de violência doméstica, onde estas se mantêm nessa na convivência com seus agressores, muitas vezes, pelas dependências materiais e financeiras, por não terem um meio de sobreviver, como um emprego e uma casa. A ocupação em um emprego minimamente estável pode estar diretamente ligada com o bem-estar das mulheres trabalhadoras, tanto no acesso dos itens citados anteriormente, quanto à garantia de uma vida digna e livre das opressões que assolam sobretudo as mulheres.

Refletindo sobre a pandemia da COVID-19 e as crises materiais que esta traz, é interessante a publicação do IPEA, redigida por Costa, Barbosa e Heckshe (2021), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Os indicadores mostraram que as mulheres seguem em desvantagem em relação aos homens. No segundo trimestre de 2019, a taxa de ocupação delas (46,2%) era inferior à do sexo masculino (64,8%). No mesmo período de 2020, houve redução para 39,7% no caso das mulheres e 58,1% para os homens. Mesmo antes da pandemia, as mulheres já possuíam uma maior chance de mudar da situação de ocupada para inativa e também uma menor chance de entrar na condição de ocupada; no entanto, a crise intensificou ainda mais essas probabilidades. As crises também contribuíram para o aumento dos diferenciais por cor/raça. A diferença na proporção de ocupados entre negros e brancos correspondia a 2,4 pontos percentuais, em 2015, e subiu para 5,3 pontos percentuais, em 2020. No caso dos negros, a taxa de ocupação passou de 55,1%, em 2015, para 45,9%, em 2020, enquanto, no caso dos brancos, o percentual também caiu de 57,5%, em 2015, para 51,2%, em 2020. O estudo comprova que houve aumento tanto na transição para desemprego e/ou inatividade quanto a redução na entrada para ocupação de forma mais intensa para os negros em 2020.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 2018 traz definições e diferentes tipos de desemprego: a categoria de desemprego aberto, que são pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista feita para a pesquisa e não exerceram nenhuma atividade nos últimos sete dias; há o desemprego oculto pelo trabalho precário, que compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam alguma atividade não remunerada de ajuda em negócios de parentes, ou realizam alguma função recebendo exclusivamente em espécie ou benefício; e, por fim, o desemprego oculto pelo desalento, que são pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Retomando o foco do estudo sobre o setor de limpeza e às mulheres que nele trabalham, trata-se de uma parcela da classe trabalhadora que é marcada por estigmas, além da sua condição de classe havendo o fator de gênero e, muitas vezes, de raça. Há a busca por entender as trajetórias de vida e de trabalho de mulheres nesse setor e, em contrapartida, como essa situação de ocupação laboral precarizada influencia na vida social dessas mulheres, já que a atividade de trabalho interfere consideravelmente em toda vida e subjetividade do trabalhador. No que tange ao debate sobre a divisão sexual e a feminização do trabalho, o apontamento colocado por Nogueira (2011) se faz interessante. Para a autora, a divisão sexual do trabalho deve ser compreendida como as situações e relações entre homens e mulheres que vão além das determinações biológicas, indo principalmente por diretrizes e construções sociais,

isso porque homens e mulheres são mais que uma coleção de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Enquanto tal, as relações sociais de sexo, “como todas as relações sociais, têm uma base material”, dada pelo trabalho, e se expressam através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamado, de forma mais concisa, de divisão sexual do trabalho (NOGUEIRA, 2011, p. 16, grifos da autora).

Nogueira (2010) coloca que as relações sociais de gênero, que são desiguais, contraditórias e hierarquizadas, sejam pelos fatores da exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina,

acabam por mostrar a articulação fundamental da produção e do trabalho reprodutivo. De certa forma, essa articulação remete ao binômio da exploração/opressão de gênero sobre a divisão social e sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo, pois, dessa forma, se tem a oportunidade de salientar as dimensões individuais e coletivas, objetivas e subjetivas, existentes nessa relação. Nas palavras da autora:

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não” (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

O debate sobre os salários desiguais entre homens e mulheres, com o agravamento das questões étnico-raciais, ainda é muito presente nos mundos do trabalho. Mattos e Terra (2017, p. 202), a partir do censo IPEA de 2010, trazem que:

Os homens brasileiros recebiam em geral 42% a mais que as mulheres. No caso dos trabalhadores brancos, o salário mensal médio era de R\$ 1,538,00, na época do Censo, e o dos descendentes de asiáticos era de R\$ 1,574,00, o que correspondia a quase o dobro do recebido pelos brasileiros negros (R\$ 834), pardos (R\$ 845) ou indígenas (R\$ 735).

Sobre o debate racial e de gênero em busca de melhores condições no mercado de trabalho, Carneiro (2003) coloca que as pautas de igualdade de gênero ficam muito restritas a uma disputa de mulheres brancas que querem melhores remunerações e posições, tendo a luta das mulheres negras, indígenas e mulheres não brancas, em geral, o ponto de partida em desigualdade para o alcance dos padrões de realização social alcançados pelos sujeitos racialmente dominantes, os homens e mulheres brancos, já que as mulheres brancas, mesmo em desigualdade, vêm a frente dos homens negros. Ela coloca, com isso que:

para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas (CARNEIRO, 2003, p.119).

Dresch, Zanardine e Faux (2015), a partir de um estudo com trabalhadoras terceirizadas atuantes na UFPR, refletem que nas visões do senso comum e até entre as mulheres terceirizadas a ideia é de que, para um homem pai de família e provedor, se tornaria difícil conseguir se manter recebendo apenas esse salário. Contudo, na contemporaneidade, embora muitas mulheres trabalhem fora e, por vezes, sustentem sozinhas as suas famílias, o trabalho feminino é usualmente visto como secundário, o que justificaria esse baixo valor, já que na prática as mulheres são, muitas vezes provedoras, ainda que seus salários sejam tratados como um complemento da renda principal. As mulheres precisam dar conta de várias demandas para conseguir manter uma família com tão pouco. Não é à toa que tantas se ocupam com atividades extra<sup>36</sup> para o complemento da renda.

É importante trazer alguns dados sobre o trabalho terceirizado e a participação das mulheres, com base de dados da RAIS, para o debate,

o que diz respeito às características sociodemográficas dos trabalhadores terceirizados, em 2006 havia 7,3 milhões de terceirizados. Desse total, 4,6 milhões (63,0%) eram do sexo masculino e 2,7 milhões (37,0%) correspondiam à participação feminina. Em 2018, o número de postos de trabalho elevou-se para 11,9 milhões, dos quais 6,9 milhões (58,7%) eram ocupados por homens e 4,9 milhões (41,3%) por mulheres. Ademais, denota-se aumento da participação absoluta e relativa das mulheres, enquanto dos homens se pode observar perda da participação em termos relativos. Isso decore da maior demanda do mercado por atividades de limpeza e conservação (setor de serviços), nas quais é possível verificar a massiva presença feminina. De maneira preliminar, essencialmente devido às desigualdades de gênero que ainda determinam as divisões ocupacionais no mercado de trabalho (RODRIGUES, SANTOS, SILVA, 2020, p. 173).

A questão do assédio no ambiente de trabalho é um tema presente em investigações dentro das Ciências Humanas e Sociais. De acordo com uma cartilha do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE)<sup>37</sup> de 2010,

o assédio moral e sexual no trabalho caracteriza-se pela exposição dos trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e relativas ao exercício de

---

<sup>36</sup> Mais à frente haverá um maior debater mais sobre isso.

<sup>37</sup> O Ministério do Trabalho, que fora criado em 1930, foi extinto em 2019 no rearranjo ministerial proposto pelo recém eleito presidente, Jair Bolsonaro.

suas funções. Tais práticas evidenciam-se em relações hierárquicas autoritárias, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas geralmente de longa duração” (MTE, 2010, p. 11).

A partir de estudos realizados pelo Programa de Educação Tutorial – Diversidade e Tolerância (PET - DT) da UFPel, há dois tipos distintos de assédios mais presentes: o assédio moral e o assédio sexual. Assédio moral consiste na repetição deliberada de gestos, palavras e/ou comportamentos de natureza psicológica, as quais expõe o indivíduo a situações humilhantes e constrangedoras, capazes de causar ofensa à personalidade, à dignidade ou à integridade psíquica ou física. Já o assédio sexual é definido como o ato de constranger alguém, com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico (SANTOS, ÁVILA e GILL, 2020).

Pensando em mulheres e mercado de trabalho, como dito, há uma dupla, e, muitas vezes, tripla opressão, marcadas pela classe, gênero e raça. Por exemplo, algumas questões biológicas do corpo humano que afetam sobretudo as mulheres são apropriadas como discursos para assediar moralmente trabalhadoras, como a questão da gravidez e do período de recesso pós-parto (ASSUNÇÃO, 2013). Contudo, a própria objetificação do corpo da mulher é o primeiro marcador para que esta seja desrespeitada na sociedade como um todo, bem como no seu ambiente de trabalho.

Como veremos mais à frente, a questão do assédio que anda juntamente ao abuso de hierarquias é uma realidade presente no cotidiano de trabalho das trabalhadoras terceirizadas da limpeza que constroem a rede de entrevistas e conversas dessa pesquisa, já que há, muitas vezes, desrespeitos objetivos vindos sobretudo de supervisores diretos, bem como desrespeitos objetivos e subjetivos vindos de professores, alunos e demais categorias. O trabalhador terceirizado, por ser visto, muitas vezes, como inferior e subalterno aos demais, passa por múltiplas questões de assédio. Entre as mulheres terceirizadas o problema é ainda mais grave.

Na lógica de dinamização e coisificação das pessoas, as terceirizadas “recorrentemente [são] perseguidas pelas chefias para que não engravidem ou até mesmo que [façam] um aborto forçado” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 67). Esses discursos se dão porque supostamente uma trabalhadora grávida ou de licença

maternidade acaba criando um déficit no rendimento produtivo. Isto é, além de violações trabalhistas, essas trabalhadoras passam por uma violação dos direitos pessoais e reprodutivos em nome da lucratividade. Por medo de perderem o emprego, acabam se submetendo a essas imposições. A mulher trabalhadora se vê, além de oprimida pela questão de classe, também pela questão de gênero e de raça.

Historicamente, as mulheres tiveram menos espaço e direitos que os homens, sendo um pior quadro para mulheres negras, conforme já dito, mas é falha algumas leituras que se faz de que só há algumas décadas elas tiveram inserção no mercado de trabalho. As mulheres de estratos sociais mais baixos, pobres desprovidas de bens e de famílias abastadas, sempre exerceram atividades para ter ou complementar a renda de sua casa (DRESCH, ZANARDINE, FAUX, 2015 p. 123). Os trabalhos extra renda básica, os domésticos, as vivências de opressão, tudo isso são fatores que marcam a história desses sujeitos, que viveram, muitas vezes, ativa e conscientemente processos históricos de reivindicação social. A consciência coletiva de que uma enorme carga de trabalho “invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2000, p. 2) eram realizados gratuitamente pelas mulheres fora um dos pontos de origem para que os movimentos feministas começassem a se formar.

Como visto, a categoria colocada como mulheres não é homogênea. Como aponta Biroli (2018), a identidade do grupo mulheres vêm sendo modificada de maneira sistemática pelas feministas negras e pelas feministas socialistas, pelo menos desde os anos 1960. Com essa modificação, o entendimento da divisão sexual do trabalho também ganha uma expansão de análise, percebendo, então, os fatores de raça, idade, etnia, sexualidade e nacionalidade como pontos que interferem a sociabilidade. Biroli (2018) ainda argumenta que a ideia de que trabalho remunerado viria a libertar as mulheres foi vista por feministas negras como uma pauta que levava em conta apenas a experiência de mulheres brancas. Historicamente, muitas mulheres negras assumem postos de trabalho, sobretudo invisíveis e precários, como o trabalho doméstico de avós e mães solteiras, assim como os trabalhos mal remunerados com ocupações de domésticas, lavadeiras ou faxineiras. Ou seja, a pauta de carteira assinada como uma conquista de direito para todas as mulheres é irreal, pois para as mulheres

negras a realidade do trabalho sempre esteve presente, mas em contrapartida, quase nunca tendo a valorização e os direitos que mulheres brancas almejaram e acabaram por conquistar.

Faz-se interessante trazer alguns dados sobre as mulheres negras do mercado de trabalho brasileiro:

No 4º trimestre de 2020, a população brasileira estimada foi de 211,6 milhões de habitantes, de acordo com os dados da PNAD Contínua do IBGE, com a seguinte subdivisão de cor ou etnia: população negra representou 54,6% do total, sendo 45,9% de cor parda e 8,7% de cor preta [...] observa-se que as mulheres negras foram numericamente o maior grupo na População em Idade Ativa (PIA) (28,3%) em comparação com os outros três grupos (homens negros, 25,9%; mulheres brancas, 24,9%; e homens brancos, 20,9%) no 4º trimestre de 2020. No entanto, a representatividade das mulheres negras se reduz substancialmente entre as pessoas na Força de Trabalho (FT) (23,4%) e entre as pessoas ocupadas (22,0%). A dos homens negros e brancos, no entanto, se eleva com relação às suas participações na PIA (para 30,6% e 30,7% para os homens negros na população na FT e ocupada, respectivamente, e 24,6% e 25,8% para os homens brancos, respectivamente). Como as mulheres negras, as mulheres brancas também tiveram uma participação menor na FT (21,4%) e nas pessoas ocupadas (21,5%) do que na PIA (24,9%). Para as demais subcategorias da PIA, as mulheres negras voltaram a figurar com a maior participação com relação aos outros 3 grupos e com uma participação bem maior do que apresentam na PIA: pessoas subocupadas (34,6%), pessoas desocupadas (32,2%), Fora da Força de Trabalho (FFT) (34,6%), na Força de Trabalho Potencial (FTP) (39,3%), pessoas indisponíveis (39,8%), desalento (38,9%), Fora da Força de Trabalho Potencia (FFTP) (33,8%), subutilização da força de trabalho ampliada (35,2%) [...]. As taxas de desocupação, subocupação e subutilização para o Brasil e para o conjunto das mulheres já se encontram em patamares elevados, mas a situação da mulher negra se realça ainda mais quando comparada com os demais grupos que, sobretudo no caso dos homens brancos, exibem um quadro muito distinto, por se mostrar muito menos desfavorável (FILLETI, GORAYEB, CARDOSO DE MELO, 2021, p. 9-24).

Sobre a lógica de que os trabalhos mais precarizados, pior remunerados e que historicamente são de servir a alguém, Gonzales (1984) satiriza dizendo que “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados” (GONZALES, 1984, p. 226). Todos esses argumentos racistas e machistas servem para legitimar o preconceito a todo momento, e a mídia, enquanto pertencente aos meios que propagam ideologias hegemônicas (GRAMSCI, 1978), ao disseminar essas

notícias sensacionalistas só reforça uma sociedade de opressões mascaradas de uma suposta democracia racial.

Haraway (2004) debate sobre como nas Américas as mulheres negras não foram construídas como mulheres, sendo vistas, racial e sexualmente, como fêmea marcada, animal, sexualizada e sem direitos. Já as mulheres brancas, foram construídas como mulher por serem consideradas humanas, esposas em potencial, dignas de conduzir o nome do pai. No século XIX as feministas brancas notáveis eram casadas com homens brancos, enquanto que as feministas negras eram propriedade de homens brancos. Desde sempre a luta por conquistas de direitos das mulheres fora dado de pontos de largada em desigualdade.

Davis (2016) discorre sobre a necessidade de pensar a divisão sexual do trabalho de maneira diferente entre mulheres negras e brancas, pois nas senzalas, lugares de socializações de pessoas escravizadas nas Américas coloniais, a divisão de tarefas não era organizada de forma hierarquizada, já que todos cumpriam um papel e todas as funções eram importantes. Na divisão sexual do trabalho, então, os patrões e a classe burguesa em geral se usam de ideologias racistas e sexistas, mesmo que indiretamente, para justificar a mal remuneração de mulheres, sobretudo mulheres negras. Há, também, o histórico de escravização de mulheres negras como escravizadas da casa, onde estas faziam todos os afazeres domésticos, perpassando nos dias de hoje para a categoria de trabalhadoras domésticas e, também, para faxineiras – estão, aí, inclusas as trabalhadoras terceirizadas da limpeza.

Existem diferentes maneiras de se apresentar enquanto mulher, e essas mulheres constituem grupos distintos entre si, como as mulheres negras, as mulheres negras e latino-americanas, as mulheres brancas, as mulheres ricas, as mulheres pobres. Para o entendimento dessa complexidade, há um conceito no feminismo, estudos de gênero e história das mulheres chamado interseccionalidade, que busca entender as relações entre raça, gênero e classe. Por interseccionalidade, entende-se um viés de análise, que busca correlacionar gênero, raça e classe para estudos sobre a sociedade e os agentes da história e “foi desenvolvida nos países anglo saxônicos a partir dessa herança do *Black Feminism*, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras” (HIRATA, 2014, p. 62).

As produções que buscam escrever a história das mulheres começam em 1970, “dando atenção às mulheres do passado e o reconhecimento de que a condição feminina é constituída histórica e socialmente” (PINSKY, 2009, p. 160) sendo o conceito de gênero uma escolha assertiva para que essa escrita seja feita com o senso crítico necessário à historiografia. O debate sobre gênero é largamente realizado no meio acadêmico e social e, como coloca Scott (1990), muitas vezes o termo gênero é tratado como sinônimo de mulheres, equivocadamente. Para a autora, assim como para outros historiadores e intelectuais, o gênero constitui-se como construções sociais produzidas entre homens e mulheres, que são constituídas a partir do sexo biológico. As relações de gênero são hierarquicamente desiguais, pois culturalmente as mulheres ficam abaixo dos homens, sobretudo na sociedade moderna e capitalista.

Saffioti (2013), em seu estudo clássico sobre a mulher na sociedade de classes, visa estudar os mecanismos de como o fator sexo opera nas sociedades pré-capitalistas e na sociedade de classes que é iniciada pelo capitalismo, com os modelos de trabalho assalariado, pensando que cabe às mulheres o papel doméstico e que estas são lançadas no mercado de trabalho por uma demanda capitalista, muito embora seus papéis sigam sendo majoritariamente desempenhados no lar. Nas palavras da autora:

O capitalismo se dá, pois, em condições adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, 66).

Cisne (2015) coloca que não é por acaso a origem do antagonismo de classe coincidir com a dominação do homem sobre a mulher, e que é interessante pensar as relações entre classe e sexo, argumentando que esses antagonismos “coincidiram no tempo histórico não por conta de uma determinação natural, mas para atender aos interesses dominantes de garantia e reprodução da propriedade privada, bem como da força de trabalho” (CISNE, 2015, p. 24). Ainda nas palavras da autora,

A divisão sexual do trabalho, por conseguinte, não pode ser compreendida apenas como uma diferença entre os trabalhos realizados por homens e mulheres e sim como a base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, e que se expressam nas desigualdades existentes, dentre outros aspectos, nas carreiras, nas qualificações<sup>6</sup> e nos salários entre os sexos (CISNE, 2015, p. 74).

Como coloca Pinsky (2009), teorias sobre o patriarcado tendem a explicar a subordinação da mulher de maneira universal e até determinista, tendo uma consequência essencialista, ao fixar a oposição homem/mulher. Já as correntes feministas marxistas apontam, por sua vez, para o peso da necessidade capitalista de controlar a força de trabalho feminina na divisão sexual do trabalho. Mesmo que os estudos sobre gênero e classe tenham que ter no horizonte a relação de Capital X Trabalho e como isso afeta as mulheres, essas perspectivas duras e ortodoxas de análise “não avançam no sentido de explicar historicamente a diversidade das formas de relações entre os sexos e as representações distintas do masculino e do feminino existentes em vários contextos e culturas” (PINSKY, 2009, p. 163).

## CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA ORAL E NARRATIVAS DE MULHERES TRABALHADORAS TERCEIRIZADAS DA LIMPEZA DA UFPEL

### 3.1 História oral e mulheres, entre as reflexões de campo e questões epistemológicas

*A História Oral trata da subjetividade, memória, discurso e diálogo.*  
Alessandro Portelli

Como dito no capítulo introdutório, a história oral é a construção de fontes históricas feitas através de narrativas e conversas guiadas por um roteiro prévio, que são gravadas para que haja uma materialidade. A partir da transcrição dessa entrevista - não entrando no mérito dos tipos de transcrição, que são variados<sup>38</sup> -, a fonte para análise do objeto da pesquisa é construída, cabendo ao historiador interpretá-la e contextualizá-la. Como é sabido, a história oral lida com as falas, que são carregadas de sentidos simbólicos, discursivos e subjetivos para quem narra e, também, para quem escuta e busca a interpretação. Sendo assim, é necessário que o pesquisador esteja munido de uma certa bagagem, que dê o tempo que a pesquisa necessite, e que esteja com uma mentalidade flexível para os percalços que o trabalho de campo pode trazer.

Sabe-se que há pesquisas em história oral nas quais todas as etapas se desenvolvem sem maiores problemas, como se tudo “se encaixasse”: o contato que se faz para entrevista, é comunicativo, tem disponibilidade para marcar dia e horário para a entrevista, não tem nenhum empecilho nem objetivo e nem subjetivo que o faça não discorrer sobre o assunto, e com todas essas circunstâncias a pesquisa se desenvolve qualitativamente. Contudo, é possível deduzir que essas situações não são a maioria, ainda mais quando o tema que se quer pesquisar é um tema sensível, como acontecimentos traumáticos que marcaram a história da sociedade ou de algum indivíduo, momentos de exceção, vivências de ditaduras, histórias de vida marcadas pela violência,

---

<sup>38</sup> Para saber mais sobre os tipos de transcrições ver o texto: GILL, Lorena e Silva, Eduarda. Perspectivas para a História Oral. In: Pedro Robertt; Carla Rech; Pedro Lisbero e Rochele Fachineto. (Org.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje: Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação**. Jundiaí, Santa Catarina: Paco Editorial, 2016, v. 2, p. 107-126. <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2021/05/Perspectivas-para-a-Historia-Oral-.pdf> Acesso em 25 de junho de 2021.

acontecimentos trágicos, entre outras. Meihy (2006) argumenta que a história oral na América Latina vem junto com a democracia, já que há necessidade de entendimento e de debate sobre os temas envolvendo as ditaduras militares pelas quais os países sobretudo do ConeSul passaram.

O interesse por vivências de trabalho em setores precarizados da sociedade, por mais que, num primeiro momento, não seja uma situação tão extrema, pode trazer variadas dificuldades de campo, e essa pesquisa desde que foi iniciada em 2017 passa por algumas situações adversas. Um estudo que busca narrativas de mulheres trabalhadoras passa por vários entendimentos, como a situação de assédio que algumas passaram e passam, que fazem com que tenham medo de expor a situação e serem demitidas. É necessário refletir a metodologia da história oral no contexto da pesquisa, ou seja, como essa funcionou na prática e quais dificuldades ou facilidades possibilitou. Como marco inicial para a discussão, é interessante pensar o que são narrativas.

Ricoeur (1994) coloca que a narrativa se faz valiosa por trazer os esboços e os traços da experiência temporal. Essa noção é interessante para pontuar o que se quer, nessa pesquisa especificamente, com as narrativas de trabalho e de vida de trabalhadoras terceirizadas. Estas mulheres, que são sujeitos históricos, passaram por diversos acontecimentos, de maneiras diretas e indiretas, passiva ou ativa, enfim, elas são fruto de um tempo histórico. Com faixas de idade entre 40 e 60 anos, significa que essas mulheres são nascidas entre os anos de 1960 e 1980, um espaço de tempo que, como vimos, foi marcado pela Ditadura Civil-militar, pela retomada da democracia, e pelas grandes tendências econômicas do neoliberalismo que eram implantadas na América Latina e no Brasil. A vida dessas mulheres está localizada em um tempo histórico no qual a terceirização foi forjada, e que acaba por fazer parte, pela baixa escolaridade e faltas de opções, pelo meio em que essas mulheres vão ganhar a vida. Ou seja, as narrativas dessas mulheres são um retrato de um tempo histórico, o tempo presente, e as experiências individuais e coletivas são o foco do entendimento, mesmo que trazendo toda carga de dificuldades metodológicas.

Portelli (1997) traz um ensinamento importante de ser citado na íntegra, pois colabora muito para o contexto das dificuldades citadas:

Acredito que devemos nos esquecer do mito de obter informações totalmente completas, ou de esgotarmos nosso assunto com os entrevistados. Sabemos que ninguém consegue obter todas as informações a nosso respeito, portanto, por que o faríamos com eles? Invariavelmente conseguiremos um fragmento daquilo que sabem, um fragmento daquilo que são. E acredito que deveríamos nos dar por felizes em consegui-lo; precisamos empenhar-nos em obter mais informações, e aceitar. [...] Aceitar o fato que podem estar enganados, aceitar os silêncios, aprender com estes. Trata-se do relato deles, daquilo que não sabemos. Os silêncios (...) têm tanta importância quanto as palavras, em todas as formas de comunicação. (...) quando me deparo com um muro ou encontro sólida resistência, não interfiro, é melhor deixar como está. [...] Todos os obstáculos constituem descobertas. Exemplificando: e quanto ao fato de as pessoas não se lembrarem? Esse não é um problema, é o insight que conseguimos, pois é a memória o que estamos aprendendo. E o fato de as pessoas mentirem? E o fato de as mulheres se recusarem a me contar determinadas coisas? Muito bem. Quais são as coisas que as mulheres se recusam a contar a um entrevistador? Tais coisas provavelmente são definidas, na vida das mulheres, como medo, que não é revelado a algum desconhecido, a um homem desconhecido. Por outro lado, quais são as coisas que elas contam para mim, e não para os respectivos maridos? Isso acontece com frequência – as pessoas fazem, a um desconhecido, revelações que não fariam nem mesmo a um vizinho. (PORTELLI, 1997, p. 45 – 46).

A principal dificuldade encontrada no contexto é o receio com as gravações, que apareceu desde o princípio do processo, e a própria Jasmim fala logo no início da conversa quando comentado sobre alguns percalços “*algumas têm medo de falar...*”. Begônia, ao ver o roteiro da entrevista, comenta “*Que é isso aí? Eu não sei se eu vou saber responder...*”. Margarida, ao ser falado sobre a gravação, pergunta com receio: “*ah, eu vou aparecer?! Mas eu nem sei falar nada direito...*”. Rosa, que não colocou atenção sobre a entrevista ser gravada, quando percebeu o gravador simplesmente travou, falando “*não, eu não gosto que seja gravado, né? Porque... não que a empresa... mas assim, porque gravado assim, eu pensei que fosse uma conversa mais, assim... né?*”. Orquídea, que despistou as colegas na saída do Centro de Artes, tomando outra rua até a Padaria que era o local de encontro, e chega um pouco exasperada dizendo “*não quero que elas me vejam falando com alunos...*”. Essas dificuldades, para além de serem entraves para o andamento de pesquisa, acabaram por trazer abalos psicológicos à pesquisadora, que na época ainda não tinha os acúmulos adquiridos com as disciplinas, leituras e vivências de campo. Mesmo que, nesse caso, a pesquisadora seja uma mulher, o fato de revelar-se para uma desconhecida causa o mesmo que Portelli relata e que, com

o tempo, se percebeu ser mais um dado de pesquisa, do que uma dificuldade em si.

No contexto pandêmico que vivemos desde o início do ano de 2020, foi necessário, para todos os pesquisadores que usam da metodologia de história oral, parar e refletir sobre o que se tinha como fundamental, a questão da necessidade de realizar entrevistas ao vivo, com um olhar sensível aos gestos, olhares, silêncios e empolgações, as interferências do local da entrevista, as possíveis interrupções, basicamente, sendo “a entrevista (...) o encontro de duas subjetividades, de dois conjuntos de saberes, de dois repertórios linguísticos, etc., mas inclusive – e no meio de tudo isso – o encontro presencial de dois corpos” (SANTHIAGO, MAGALHÃES, 2020, p.3). Para que a pesquisa se realizasse, foram realizadas quatro entrevistas on-line, duas com trabalhadoras terceirizadas e duas com servidores da UFPel, uma com o responsável pela administração dos contratos com as empresas terceirizadas e outra com uma servidora Técnica Administrativa aposentada, integrante de sindicatos que fizeram caminhadas por direitos com terceirizados, realizando essas duas entrevistas com o objetivo de construir narrativas com pessoas que, de alguma forma, podiam dar alguma perspectiva, informação ou relato de uma situação vivida, desde os anos 1990 até os dias de hoje, contribuindo para construir o período histórico, no qual a terceirização começou a ser presente na vida dos brasileiros.

Traçando uma trajetória, é interessante o relato mais aprofundado do diário de campo e como foram os bastidores de cada entrevista. Em 2018 houve o contato com Rosa<sup>39</sup>, uma trabalhadora terceirizada que, naquele ano, era alocada no prédio da Faculdade de Agronomia (FAEM) da UFPel. Com Rosa, as primeiras conversas correram bem. Ela comentou que antigamente trabalhava em outro departamento, e que agora estava ali (no de Solos) e em meio a conversa, comentou sobre existirem professores que “*são meio chatos*”, em relação à limpeza dos laboratórios. Falou que costumava ficar no prédio da prefeitura nos horários de almoço, dando a localização para encontrá-la, e que os trabalhadores terceirizados do prédio tinham uma salinha no primeiro andar

---

<sup>39</sup> Para referenciar as trabalhadoras terceirizadas, serão usados os pseudônimos de flores, a fim de preservar a identidade dessas mulheres, conforme já dito.

que foi retirada, complementando que “eles [os chefes] *tão tirando tudo*”. Foi avisada que a entrevista seria gravada e concordou com o procedimento.

A entrevista se deu no dia 20 de junho de 2018 e, minutos antes de começar, quando perguntado se ela preferia ocultar seu nome [na época, como era o início da pesquisa de TCC, ainda não havia a definição que todas entrevistadas que trabalham como terceirizadas teriam seus nomes originais trocados por nomes fictícios], ela assim comentou: “*essa empresa é muito assim ó... não pode mesmo*” [pois, antes, comentou que não queria o nome registrado porque a empresa “*por qualquer coisinha demite*”]. Quando comecei a entrevista, por algum motivo Rosa ficou surpresa quando foi ativada a gravação. Ela disse que não lembrava que eu tinha avisado que seria uma entrevista gravada, sendo que foi deixado claro na primeira conversa que seria, que teria uso do gravador do celular para não usar uma aparelhagem mais invasiva, mas que era preciso gravar. Anteriormente, ela não havia mostrado nenhuma ressalva, porém no dia da gravação estava claramente insatisfeita e com medo, o que fez com que mudasse e ocultasse informações que há minutos antes tinha falado o contrário, deixando suas falas um tanto contraditórias. Toda a entrevista se deu de maneira tensa, desestabilizando e afetando consideravelmente o ritmo da conversa.

No meu primeiro contato direto com Margarida, ela se mostrou muito simpática, mas pareceu receosa, sem falar com certeza se iria ou não dar a entrevista. Comentou que tem um filho graduando do curso de Artes Visuais da UFPel e mostrou alguns desenhos feitos por ele. Foi avisada que seria uma entrevista gravada. Numa segunda oportunidade de conversa, comentou que estava num momento conturbado, pois havia um parente doente, e em seus horários de almoço ela e sua irmã revezavam para ficar de cuidadora no hospital. Comentou, também, que naquela semana iria procurar um advogado junto a um parente, pois o último salário havia atrasado, e que iria fazer isso provavelmente no horário de almoço.

Orquídea é uma trabalhadora terceirizada do prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da UFPel e o primeiro contato direto se deu no seu local de trabalho, no ano de 2018. Ela estava, naquele momento, varrendo o saguão do prédio e foi então que houve uma abordagem surpresa. Ela estava um pouco receosa, mas disse que aceitava dar a entrevista.

No outro dia houve a espera por ela no local de encontro, a cozinha do prédio. Ela disse que naquele dia não iria acontecer, pois tinham ficado salas de aula atrasadas que teriam aulas em breve. Então, sem nenhum comentário, ela pediu para entrar em uma sala de aula, porque estava sofrendo perseguições de suas colegas e não queria ser vista conversando. Supostamente, entraram novas serventes no prédio, e estas “*estavam de marcação em cima dela*”, conforme contou. Ficou claro, naquele momento, o porquê de ter ficado apreensiva no primeiro contato. Foi marcado um encontro na padaria A Popular, que se localiza nos arredores do prédio do ICH da UFPel, para o dia seguinte.

No encontro ocorrido na padaria, a conversa passou por vários pontos sobre muitos assuntos, mas logo no início foi dito da necessidade de gravar. Então, ela disse que ficava complicado, pois tinha medo de sofrer retaliação de suas colegas que já estavam a hostilizando. Comentou que “*se cai nas mãos delas, aí que vão me judiar*”<sup>40</sup>. Então, seguiu-se conversando sem o gravador.

Em 2019, numa aula no seminário intitulado Memória, Identidade e Construção de Narrativas, uma disciplina optativa do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel, a Elisabeth Conill, colega apelidada por Beth comentou que tinha amigas que trabalhavam ou, ao menos, já tinham trabalhado como terceirizadas na UFPel. No dia 27 de fevereiro de 2020, logo depois de passado as férias acadêmicas e o carnaval, foram iniciados os diálogos com essas mulheres por intermédio de Beth. E deu certo. No dia seguinte Violeta concedeu uma entrevista, que durou um pouco mais de meia hora na frente do Campus Anglo, nas sombras das árvores de jamelão.

Logo de início foi perguntado o porquê de Violeta ter se prontificado, sem maiores problemas para fazer a entrevista, ao que ela respondeu: “*porque a Beth me pediu, sabe, a Beth foi uma pessoa muito boa comigo quando eu estava aí dentro, foi uma das pessoas que eu mais me identifiquei dentro, porque tem uns que te olham até de cara torta*”. A conversa correu de maneira inesperadamente

---

<sup>40</sup> Judiar significa “escarnecer, fazer sofrer, atormentar, maltratar”. O verbo judiar é formado de “judeu” mais o sufixo “iar”. É, portanto, um verbo de carga depreciativa, pois seria “tratar como os judeus foram tratados”, ou seja, “maltratados como os judeus. Reportagem contida no site do G1. Disponível em: <

tranquila, mas Violeta deixou muito claro que não havia problemas, nem em dizer sobre as situações que passou, nem de permitir a gravação da conversa. Ao explicar um pouco sobre minha pesquisa, e dizer que havia encontrado dificuldades em outros momentos com outras tentativas de entrevistas, pelas outras mulheres terem medo de serem gravadas, ela disse:

*[Não falam] por medo de ir pra rua. Mas mesmo se eu tivesse, eu ia falar igual. porque não... como diz a outra, eu não sou de passar a mão por cima, sabe? Aconteceu, aconteceu. Se eu tivesse aí dentro eu ia falar igual, não quero nem saber.*

A partir de um formulário aplicado no final do ano de 2019 para avaliação do projeto PELEJA, documento através do qual foi questionado se havia interesse de realizar uma entrevista ou conversar sobre o trabalho terceirizado, dez participantes aceitaram e deram o e-mail e/ou o telefone para contato. Contudo, novas dificuldades se apresentaram nesse ano em função do isolamento social, que acontece em função da pandemia em que o mundo se colocou devido à Covid-19. No contexto de como a pandemia afetou e ainda afeta os alunos e alunas da UFPel, foi realizado um estudo, entre abril e julho de 2020, de Oliveira, Langhans e Gill (2020), a partir do qual as autoras discorrem como objetivamente e subjetivamente a pandemia vem afetando a vida dos acadêmicos que integram a Universidade, já que a questão da incerteza com o futuro veio a causar dificuldades econômicas somadas com problemas de ansiedade e depressão. Isso se dá a partir das readequações dos estudos em modo remoto, a instabilidade econômica dos que trabalham e precisam sair de casa correndo o risco de contrair o vírus, havendo, também, os que tiveram que parar de trabalhar ou sentiram a diminuição da sua demanda de trabalho.

Foram modificados e atrasados os calendários acadêmicos, como as atividades de extensão do PELEJA, dificultando os encontros ao vivo de acontecer, e a pesquisa sofreu logo em seguida da entrevista com Violeta, num primeiro momento, uma pausa, para em seguida serem necessárias readequações. Das dez que deram o retorno positivo anteriormente, apenas duas aceitaram o convite para a entrevista em épocas pandêmicas, Begônia e Jasmim. Cinco dos contatos, ou num primeiro momento responderam que aceitariam, e depois não responderam mais, ou o contato foi sendo postergado

em função de algum familiar ter contraído COVID, ou simplesmente não houve resposta.

As entrevistas com Begônia, bem como com Azaleia, ocorreram presencialmente em seus locais de trabalho em horário de almoço, o Anglo e a o prédio da Odontologia, respectivamente, entre os dias 16 e 17 de novembro de 2021. Azaleia entrou no universo das entrevistadas por intermédio da professora Lorena Gill, por ambas terem envolvimento com o cuidado dos gatos, que habitam o pátio da Odontologia. As duas entrevistas foram feitas com distanciamento, com uso de máscara, fazendo com que, mesmo sendo presencial, a questão espontânea de um diálogo tivesse ressalvas. Begônia em dado momento espirrou, e logo foi se justificando que era por conta da rinite. Azaleia portava sua marmita vazia pós almoço.

As entrevistas feitas virtualmente foram com Amarílis e Jasmim, Amarílis sendo uma das amigas da Beth, que mesmo depois de algum tempo do intermédio da mesma, concordou com a entrevista. As duas experiências, mesmo marcadas pela dificuldade com as quedas de Internet, com as falhas de áudio, e com demais interrupções, acabaram sendo tão interessantes quanto as entrevistas presenciais, e em alguns sentidos até mais relevantes. Mesmo com tudo sendo novo e experimental, uma questão se revelou muito importante, a partir dessa experiência: as entrevistas feitas de maneira virtual foram mais ricas em detalhes, mais longas e as entrevistadas pareceram se sentir mais confortáveis. Jasmim, uma das entrevistadas nesse período pandêmico, cita que *“se fosse ao vivo, eu só ia responder o que tu me pergunta e deu, não ia ter muita conversa...”*. Tal fato gera algumas reflexões, como pensar que, como o público das entrevistas são de pessoas simples, trabalhadoras comuns com histórias comuns a função do encontro, da gravação, das formalidades, acaba por inibir a fala, por envergonhar as narradoras, por fazer com que elas achem que não é interessante contarem as coisas como elas querem contar – salientando que colocar como pessoas simples e comuns não quer dizer que são histórias simplórias, ou sem importância e complexidade, já que Portelli (1997) coloca que justamente essas singularidades como a riqueza da história oral, e Thompson (1998), em seus vários estudos sobre a cultura popular, traz a questão da história vista pelo olhar dos de baixo- Não ver o pesquisador, não ver o gravador, faz com que, talvez, elas conversando pelo celular, estando em suas casas, algumas

com apoio dos filhos no trato das tecnologias, não houvesse uma diferença tão grande entre quem pesquisa, quem pergunta e quem, de certa forma, traz importunação sobre essa prática. É como se pudessem, com liberdade e na segurança de seus lares, contarem suas histórias sem se sentirem diferentes por ocupar um cargo de trabalho historicamente subalternizado, cumprindo o papel de servir, de limpar, um trabalho invisível, mas indispensável.

Santhiago e Magalhães (2020), ao refletirem sobre a prática da história oral e tentar romper o isolamento a partir dela, fazem um levantamento sobre pesquisas que usaram de entrevistas *online*, que não necessariamente eram usando a metodologia, e como estas se sucederam, bem como a reflexão das próprias experiências das quais a entrevista fora feita de modo *online* pela impossibilidade do encontro presencial. Os autores pontuam que:

essas quatro experiências em que nos envolvemos com entrevistas à distância levaram – para nossa surpresa – a resultados positivos. No entanto, não tiveram nem terão caráter substitutivo, nem encaminham uma defesa de seu uso indiscriminado. A mera conveniência do pesquisador, por exemplo, não deve ser tomada como justificativa plausível para sua adoção. Porém, as novas tecnologias não podem ser ignoradas, sobretudo em situações nas quais consistem na única forma de viabilização da pesquisa. O recurso virtual deve ser entendido como mais uma ferramenta a aproximar entrevistador e entrevistado, um recurso de coligação útil, um caminho para o entendimento das complexas interações e dos pontos de vista sobre a história que não estariam disponíveis de outra forma (SANTHIAGO e MAGALHÃES, 2020, p. 11).

Santhiago e Magalhães (2020) ainda colocam que as aproximações da história oral e do mundo virtual, suas experiências, debates e avaliações ainda estão em aberto, em função da situação de isolamento social, de limitação de locomoção, de suspensão de atividades, de transformação das condições de trabalho, todas circunstâncias dadas pela pandemia da COVID-19, sendo o artigo, então, uma contribuição inicial.

Como dito anteriormente, essa pesquisa de mestrado foi iniciada em 2019, ou seja, até a metade do curso foi realizada em período normal e pré-pandêmico, e logo em seguida, no início de 2020 em diante, é realizada em período pandêmico. Mesmo com essa circunstância, a experiência acaba por ter mais resultados positivos do que resultados negativos na realização das entrevistas. A partir de alguns dados, há alguns apontamentos sobre entrevistas de história oral e como estas se adequam ao contexto pandêmico. A entrevista mais longa

feita presencialmente durou 35 minutos e 45 segundos; a entrevista mais curta feita presencialmente durou cerca de 15 minutos, que aconteceu em 2018 quando realizava a primeira entrevista para o TCC; a entrevista mais longa feita virtualmente durou 1 hora, 33 minutos e 79 segundos; por fim, a entrevista mais curta feita virtualmente durou 50 minutos e 41 segundos. A partir dessas informações, pode-se perceber que as entrevistas online foram mais interessantes e até mais longas, pois as narradoras se sentiram à vontade para contar sobre diferentes aspectos do seu cotidiano de trabalho, com somas de histórias de sua vida, e isso juntamente ao fato de que uma narradora literalmente comenta que, se fosse ao vivo, não teria sido bom como foi, uma interpretação preliminar é que estar em casa, com suporte de familiares, sem a pressão de um encontro, faz com quem o andamento da conversa ocorra de maneira mais tranquila, para ambas as partes. Isso considerando, é claro, apenas o universo da pesquisa aqui desenvolvida. Por se tratar de uma metodologia que lida com subjetividades e particularidades, outras experiências de história oral em contexto de isolamento podem mostrar resultados contrários a esse.

Além das entrevistas e conversas de campo com trabalhadoras terceirizadas da limpeza, além de Cravo, que traz uma breve narrativa sobre sua experiência como trabalhador do HE, houve duas entrevistas de história oral com dois servidores técnico administrativos da UFPel, e uma conversa de campo com uma técnica ocupante da mesma categoria.

A entrevista com Ernestina Pereira foi motivada inicialmente por saber que ela havia sido procurada à época por um grupo de mulheres terceirizadas atuantes no Correios que buscavam advogados na Casa do Trabalhador em função de atrasos de salários. A partir dessa conversa, a sua própria vivência como doméstica tomou a narrativa, em muitos momentos, pelas aproximações desse trabalho com o das serventes terceirizadas da limpeza e então, essa parte da entrevista se fez pertinente à integração na pesquisa.

A entrevista com Everton Bonow se dá em função de entender como os processos de licitação acontecem, a busca pela resposta sobre quando, exatamente, a terceirização começou na UFPel e sobre o funcionamento e atribuições do NUGEST, núcleo do qual o narrador é chefe. A partir dessa entrevista, de uma estudante de História para um gestor e, também, mestre em

História, a conversa passa por vários pontos interessantes, os quais são corroborados pelas duas outras narrativas, e alguns também contraditos.

A entrevista com Maria Tereza Fuji, que além de uma servidora técnico administrativa é, também, uma militante sindicalista da Associação dos Servidores Universidade Federal de Pelotas (ASUFPEL) e da Federação de sindicatos de trabalhadores técnico-administrativos em educação das instituições de ensino superior públicas do Brasil (FASUBRA) vem colaborar para as lutas de fraternidade, como ela se refere, ao contar um pouco sobre as solidariedades prestadas pela ASUFPEL aos terceirizados da Universidade em momentos de demissões, atrasos de salário e demais faltas para com direitos.

A conversa de campo com Rogéria Garcia se dá pela motivação de entender os primórdios do Projeto PELEJA, além de relatos que sabe sobre as relações de trabalho entre os alunos, servidores e terceirizados, já que ela é uma militante de vários movimentos e uma pessoa ativa na vida social da Universidade.

Para além de entender sobre como, metodologicamente, uma pesquisa é trabalhada, é interessante entender como questões impactam na prática do pesquisador. Portelli (1997) discorre sobre a importância das entrevistas, e da escuta proporcionada pelas histórias das pessoas, trazer mudanças para ele mesmo como pesquisador. A história oral por ser uma via de contato direto com pessoas, de construção de narrativas, a partir de conversas, a maneira com que se conversa faz com que o resultado seja alterado. Peguemos desde o início da pesquisa sobre trabalhadoras terceirizadas, onde havia muitas inseguranças quanto ao contato, como seriam feitas, como eu iria se conduzir, enfim, inseguranças de uma jovem pesquisadora. Isso impacta diretamente no resultado da pesquisa. Já em 2019 e 2020 com o amadurecimento da própria pesquisa, a partir do trabalho de campo e do acúmulo teórico que as disciplinas e contatos com a orientadora proporcionaram, os resultados foram outros. Mas os resultados foram outros porque a aplicação metodológica estava mais amadurecida. Esses fatores podem influenciar em todas as pesquisas de ciências humanas, mas se tratando de uma maneira de pesquisa tão intimamente ligada com o contato, com a interlocução e com a confiança que se estabelece para que a narrativa seja construída, ou seja, que a fonte histórica

seja forjada a partir dali, é uma construção que requer um cuidado e sensibilidade que se construíram a partir da experiência.

O exemplo de Jasmim, onde o contexto de distanciamento traz certo benefício à pesquisa por ela dizer ter gostado da conversa e que, se fosse ao vivo, talvez não teria sido tão proveitosa, lembra a experiência tida por Gill e Silva (2016, p. 7):

[...] ao longo de pesquisas realizadas, as autoras deste capítulo observaram que o convite para a entrevista, em alguns casos, é percebido pelo entrevistado como um momento de valorização/reconhecimento da sua trajetória de vida ou do seu trabalho para com a comunidade, os quais, muitas vezes, no caso das pessoas comuns, nunca cederam um relato para ser gravado. Para muitos narradores, a entrevista torna-se um instante de prazer, por compartilharem suas trajetórias e terem a oportunidade de pensar sobre suas escolhas.

Em termos de metodologia de pesquisa, há a perspectiva do uso da história oral temática juntamente com as trajetórias de vida. É necessário, para a realização da entrevista, ter em mente o que quer se saber, para saber o que se deve perguntar. Para essa pesquisa, foi elaborado um roteiro básico, onde se busca levantar as informações sobre as trajetórias de vida e de trabalho dessas mulheres terceirizadas. A história oral apoia-se em métodos de realização de entrevistas e construção do diário de campo que, em alguns dos casos, revela pontos muito mais interessantes que a entrevista em si. Movendo-se em terreno interdisciplinar, essa metodologia usa da memória construída, a partir da narrativa como fonte principal. Traz ensinamentos e relatos da época pesquisada, quando se trata de história oral temática, a partir da qual os depoimentos buscam relatos e versões sobre fatos históricos, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido. Portanto, trata-se de produção de fontes, as quais cruzam subjetividades, inclusive do próprio historiador/pesquisador.

Na História Oral Temática (HOT) o diálogo gira em torno de um tema (o da pesquisa). As perguntas não principiam desde a infância do narrador (...) a menos que esta questão tenha importância para o tema pesquisado. O roteiro básico tem um papel fundamental e deve ser bem planejado e elaborado para abordar com amplitude e profundidade o objeto-problema (GILL, SILVA, 2016, p. 7).

Delgado traz a conceitualização de trajetórias de vida como uma categoria de subanálise da história oral de vida e da coleta qualitativa, na qual a singularidade é priorizada. As entrevistas de trajetórias de vida costumam ser mais focadas e mais longas, pois como a principal questão a ser sanada é algo desconhecido parcialmente ou completamente pelo pesquisador, é necessário um domínio maior de ritmo de entrevista, entender o *timing* para a realização de perguntas, e a controle em ouvir os relatos sem intervir, deixando que o depoente se sinta à vontade para explicitar suas opiniões e vivências “despertando [no entrevistado] o desejo de significar experiências vividas, que não retornam mais” (DELGADO, 2010, p. 30). Sendo assim, a gravação da entrevista é o momento auge prezado pela metodologia, pois é a gravação em si que torna a pesquisa palpável e científica, como constam em variados manuais, como o “Manual de história oral”, de Alberti (2004), bem como o “Manual de história oral” de Meihy (1996), que evidenciam as três principais formas para a metodologia: História temática, história de vida e tradição oral.

Para a História Oral, as memórias e a identidade (e os manejos destas) são as principais matérias-primas de estudos e a história do tempo presente é, sem dúvida, o lugar mais visível e privilegiado para a análise do embate entre história e memória, pois a persistência do rigor científico trazido por historiadores e os desencontros que, muitas vezes, os relatos de memória colocam a esse rigor, é o que faz o desafio ser difícil, mas rico em termos de análise e sínteses. Trata-se de uma via de pesquisa pertinente para construir narrativas e perceber fragmentos do cotidiano, impressões sobre fatos históricos, experiências vividas. Possibilita perceber, através da análise das entrevistas, como os depoimentos pessoais podem contradizer ou trazer novas perspectivas, ao exemplo dessa pesquisa, cujos estudos revelam as características nefastas do trabalho pós reestruturação produtiva, que com esta, viram algo padrão dentro do mundo do trabalho. Para os cientistas, isso é um problema social, mas para os indivíduos que vivem desse trabalho, talvez não seja.

As mulheres entrevistadas relatam que o trabalho terceirizado em si não é o problema, é “só mais um trabalho”, como algumas delas dizem. Talvez a ocupação nesse setor de trabalho seja, para algumas, uma maneira, mesmo que precária, de conseguirem uma certa autonomia financeira (SEVERO, 2019). Não se trata apenas de pensar que o trabalho terceirizado é bom ou ruim, sim pensar

nas experiências desse trabalho, no que leva as pessoas a desempenhá-lo, uma visão que só a fala de quem vive disso pode trazer.

Para os debates sobre o mercado de trabalho formal, a feminização do mundo do trabalho, olhando por um panorama geral e estrutural, se dá por uma demanda do próprio capitalismo de se renovar, em decorrência das crises fomentadas pós grandes guerras mundiais. Contudo, enfocando a análise de maneira mais microanalítica, há a agência de movimentos sociais de mulheres, que pautavam o trabalho assalariado há décadas. O que, para um pesquisador pode ser analisado como as facetas prejudiciais da lógica do sistema de se multifacetar criando postos de trabalho para mulheres de maneira precarizada, para alguma pessoa a ocupação no trabalho de servente pode ser o que a tirou de uma situação de violência doméstica, por exemplo. Isso é uma questão a se considerar.

Pensando em questões subjetivas dos sentidos do trabalho, hooks<sup>41</sup> (2018) coloca que “se uma mulher é economicamente autossuficiente, ela é mais propensa a terminar um relacionamento cuja norma seja a dominação masculina, quando escolhe libertação. Ela sai do relacionamento porque pode” (hooks, 2018, p. 64). Contudo, a autora problematiza essa questão e coloca que estar no mercado de trabalho não necessariamente traz a autonomia financeira, já que a questão da desvalorização e baixa remuneração é uma questão presente. Há, também, um sentido subjetivo de alcançar uma autoestima em participar de atividades que vão além dos cuidados da casa, sendo esses cuidados uma maneira de trabalho não remunerado, que não traz nenhum benefício direto para a mulher que o desempenha. Nas palavras da autora:

A bibliografia feminista registrou que os benefícios positivos alcançados por uma multidão de mulheres que entrou no mercado de trabalho têm mais a ver com o aumento da autoestima e da participação na comunidade. Não importa de que classe fosse, a mulher que trabalhava como dona de casa ficava frequentemente isolada, sozinha e deprimida. Ainda que a maioria dos trabalhadores, seja homem, seja mulher, não sinta segurança no trabalho, eles sentem que fazem parte de algo maior que si mesmos. Enquanto os problemas em casa causam grande estresse e são difíceis de solucionar, os problemas no local de trabalho são compartilhados com

---

<sup>41</sup> O nome da autora bell hooks é propositalmente escrito em letra minúscula. hooks opta em usar esse nome, que era nome de sua avó, para que, dessa forma, o conteúdo sobre o qual escreve seja mais importante que quem o assina.

todo mundo, e a tentativa de encontrar uma solução não é uma coisa isolada. Enquanto os homens faziam a maioria do trabalho, as mulheres trabalhavam para tornar o lar um lugar confortável e relaxante para os homens. A casa era um lugar relaxante para mulheres apenas quando o marido e as crianças não estavam presentes. Quando as mulheres, em casa, dedicam todo o tempo a atender às necessidades dos outros, o lar é local de trabalho para ela, não é local de relaxamento, conforto e prazer (hooks, 2018, p. 64).

Retomando argumentos anteriormente expostos sobre o olhar atento da interseccionalidade, Patai (2010) também coloca que três categorias conceituais são essenciais para pensar as percepções históricas no Brasil: o gênero, a raça e a classe. Contudo, a autora afirma que ela e os demais entrevistadores precisam estar atentos e sensíveis ao clima do encontro e a maneira pela qual o indivíduo entrevistado se porta e se envolve com a situação, ou seja, não é interessante perguntas que podem ser constrangedoras e que tenham algum apelo para debates sobre essas categorias, deixando que a conversa flua para que seja favorável essa problematização. Ao exemplo disso, Costa (2014) escreve um artigo relatando a experiência da realização de uma entrevista de história oral com Rufino Silva, um homem nordestino militante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que mesmo sendo negro, proferia, em seu depoimento, várias frases de cunho racista. Quando a entrevistadora aponta isso, ele fica extremamente incomodado, e diz que nunca foi racista. Essa experiência de pesquisa coloca as variadas janelas que se abrem a partir da pesquisa que usa a história oral, que são aberturas propensas a se abrirem com qualquer pesquisador que se permita esse intercruzamento de falas e subjetividades, um campo aberto, e às vezes uma Caixa de Pandora, que o historiador abre por curiosidade, sem ter certeza se dá conta de fechar. Algumas questões pautadas na vida das pessoas se relacionam à bagagem cultural que adquiriram durante a vida, sendo, portanto, bastante difíceis de modificar. Talvez por isso ele não se visse como racista, pois havia sido criado a partir de determinados pressupostos e não conseguia enxergar que havia problemas com relação a isso, como falas naturalizadas em ambiente familiar, em frases e piadas de senso comum, que reforçavam o discurso racista, entre outras questões.

A noção da interseccionalidade é importante, pois das seis entrevistadas para a pesquisa, duas são negras, uma é parda e três são brancas, fazendo com

que os relatos destas sejam, em algumas vezes, marcados por intersecções de classe e de raça. Ou seja, por mais que no universo das entrevistadas, todas sejam mulheres, a maneira de experienciar suas vivências de trabalho são marcadas por particularidades.

Alberti (2004) teoriza sobre a pesquisa de experiências históricas e a importância destas para a História Oral. A autora coloca que realizações de entrevistas de história oral podem ser usadas no estudo da forma como as pessoas e grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo as situações de aprendizagem e decisões estratégicas, entendendo, então, como os grupos e pessoas experimentaram e experienciaram o passado.

De acordo com Patai (2010) o ato de contar uma história de vida envolve uma racionalização do passado conforme ele é projetado e levado para o presente. Uma versão especial da história de vida de alguém pode tornar-se um componente essencial do senso de identidade desta pessoa. A partir da construção e retomada de memórias e reações possíveis estimuladas pela situação de entrevista, o entrevistado seleciona e organiza certos temas, episódios e lembranças, então comunicados de maneira particular e organizado com seu sentido próprio e, sem dúvida, a memória em si é gerada e estruturada de maneira específica.

### 3.2 As narrativas: as experiências narradas pelas mulheres terceirizadas da limpeza da UFPel

Por mais que a pesquisa tenha o caráter qualitativo de sobretudo ouvir histórias singulares de vida, foi possível traçar alguns padrões dentro desse universo de entrevistas do qual a pesquisa se baseia, as trabalhadoras terceirizadas da UFPEL: são mulheres; todas mães de pelo menos um filho; acham o trabalho relativamente tranquilo, tendo relações de carga afetiva com colegas e, sobretudo, alunos, no qual algumas destas extrapolam de apenas socializações dadas nos lugares de trabalho; idades em torno de 43 e 64 anos; elas têm pouca escolaridade (sendo as que acessaram o PELEJA as que recentemente colocaram o horizonte da formação e estudos em suas vidas); fazem atividades extra para complementar a renda (“bicos”), ou estão à procura de algo nesse sentido.

É interessante pensar em estudos com bases da RAIS sobre a escolaridade entre os trabalhadores terceirizados no país, de forma geral:

Considerando o nível de instrução dos trabalhadores terceirizados, a maioria tem o Ensino Médio completo até o Superior incompleto. Em 2006 esses eram 43,3% o total de ocupados, aumentando para 56,5% em 2018. Isso se deve às políticas educacionais implementadas nos últimos anos no Brasil, visando à universalização do ensino na idade certa, à diminuição da evasão escolar, à correção das distorções de idade/série, à educação de jovens e adultos e à gestão escolar [...]. Com relação aos trabalhadores com Ensino Superior completo, chama atenção o aumento de terceirizados com respectivo nível de instrução no período em apreço. Em 2006, apenas 12% dos trabalhadores terceirizados formais tinham Ensino Superior completo. No ano de 2018, eles representavam cerca de 20% do total de ocupados. Claramente, esse resultado expressivo é fruto da demanda do setor por trabalhadores mais especializados e qualificados para serviços de apoio técnico, informática, contabilidade e jurídicos, áreas que estão em ascensão nos serviços terceirizados [...]. É importante frisar que apesar da diminuição de trabalhadores terceirizados com baixo nível de instrução (sem instrução até Ensino Médio incompleto), nota-se que esse grupo supera o percentual de admitidos com escolaridade mais elevada (Superior completo) nos dois anos em análise. Fato é que ainda predominam no mercado de trabalho terceirizado empregados com pouca qualificação (Ensino Médio incompleto até Superior incompleto) para a prestação de serviços. Premissa que contraria a tese que os serviços realizados pelos empregados terceirizados seriam mais especializadas e eficazes do que os realizados internamente pelos funcionários contratados diretamente pelas organizações (RODRIGUES, SANTOS, SILVA, 2020, 176) [...].

A partir dos relatos das narradoras, pode-se perceber que a empresa que está contratada para cumprir as demandas de serviço terceirizado desde 2017, a Sulclean Serviços Ltda, com CNPJ: 06.205.427/0001-02<sup>42</sup> é uma empresa que cumpre com salários em dia, que disponibiliza materiais, que não desrespeita direitos, algo que não ocorreu em outros momentos e que acarretou em movimentos e paralisações de trabalhadores (tema que será debatido mais a frente no item sobre a luta por direitos), ou seja, a Sulclean é, num primeiro olhar, tudo que se espera de uma contratante terceirizada, sobretudo que atua numa universidade federal. Contudo, observando as vivências dessas trabalhadoras

---

<sup>42</sup> Informações contidas na área de Superintendência de Infraestrutura do Núcleo de Gestão de Serviços Terceirizados da Universidade Federal de Pelotas, do site da UFPel. Disponível em < <https://wp.ufpel.edu.br/terceirizados/contratos/> >. Acesso em 08 de junho de 2021.

com mais atenção, e se usando da ideia de Benjamin (1994) de estudar e analisar a história escovando-a a contrapelo, para que algumas nuances venham à tona, muitas questões difíceis aparecem nas peculiaridades de cada prédio da universidade, no dia a dia de trabalho, de pequenos abusos de poder vindo de pessoas de ordem superior, ou de preconceitos subjetivos que vem de alunos. Tal fato mostra que a terceirização, mesmo sendo um trabalho formal, não está livre da precarização, sendo esse caso agravado pelo fato de que assédios não são questões vinculadas apenas à terceirização, mas comumente às mulheres como um todo.

Tendo em vista a percepção desses padrões, é interessante um foco especial e direcionado para o que aparece nas narrativas particulares sobre o trabalho como serventes de limpeza de uma universidade federal, pois muitas questões vêm à tona naturalmente, conforme a conversa se desenvolve. A partir de questionamentos sobre a rotina de trabalho, sobre as experiências com colegas, supervisores, professores e alunos, sobre as ocupações anteriores, inclusive sobre as batalhas anteriormente feitas em busca de direitos, consegue-se desdobrar as análises em muitos aspectos. Para tal, o texto se divide aqui nesses grandes temas, que muitas vezes se relacionam, para que se consiga entender mais profundamente o que é ser uma trabalhadora terceirizada da limpeza e por onde essa experiência passa.

### 3.2.1 Rotina de trabalho

A pesquisa, por se relacionar aos serventes de limpeza, traz as informações mais diretas sobre o que é desempenhado por essas trabalhadoras, e suas impressões sobre o trabalho. As informações em comum sobre a rotina, o tempo e os trabalhos desempenhados são de que o trabalho tem carga-horária de oito horas por dia, duzentas horas por mês. As chamadas banheiristas, por exemplo, recebem 40% de insalubridade em seus salários, e as serventes a metade disso, 20%. Pelo que foi percebido, os afazeres do trabalho terceirizado na limpeza costumam ser intensivos e rotineiros e ter um caráter de trabalho manual, onde “a ocupação das serventes da limpeza ilustra muito bem esse fator: quase todas seguem uma rotina diária, têm sempre as mesmas salas, banheiros e andares para limpar” (DRESCH, ZANARDINE E FAUX, 2015, p.

130). Elas vão todos os dias para o mesmo lugar, seguindo um roteiro de limpeza estipulado pela demanda do local. Azaleia comenta que, na sua experiência de trabalho no prédio da Odontologia, há prioridade para a limpeza das salas de aula, depois outros espaços, já que é onde há maior circulação e concentração de pessoas. Jasmim também tem um relato parecido em seu prédio de atuação, o Instituto de Ciências Humanas, “*primeiro as salas de aula, depois corredores, depois departamento*”. Há algumas particularidades sobre a limpeza de laboratórios, onde tanto Rosa, da FAEM, quando Begônia, do primeiro andar do Anglo, comentam que limpam o chão e retiram o lixo apenas, evitando mexer em quaisquer itens das paredes e mesas/bancadas.

A narrativa de Amarílis é interessante porque ela faz uma descrição das atividades de limpeza com um tom de autoridade de quem desempenha essa função há longa data:

*Eu entro de manhã, a primeira coisa que eu tenho que fazer, porque é mais rápido, eu entro na sala, eu vou varrer, eu passo pano nas classes (...) tiro o pó de tudo, varro o chão, limpo o quadro e tiro o lixo. Nesse primeiro horário, né. No decorrer se virarem café, chimarrão eles me chamam, subo lá, limpo só ali onde sujou mesmo (...) e limpeza de vidro, parede, que a gente lava parede, lava vidro, e tira as... usa aqueles vassorão pra limpar o teto são quando entram em férias, então nas férias de julho, quando é, né, no meio do ano, e no final do ano, que a gente faz aqueles faxinão quando tá só nós [serventes] dentro do prédio. Tem que varrer todos os dias o corredor e todo os cinco lances de escada, passar pano no corrimão por causa do pó, eu limpo os quadros de corredor, das formaturas (...) é um monte de coisinha, mas dá, a gente tá lá das sete da manhã às quatro da tarde.*

Uma questão que pareceu recorrente em quase todos os relatos é do trabalho na universidade ser, em geral, tranquilo. Amarílis comenta que o trabalho na UFPel é bom “*porque trabalhar de segunda a sexta é bom (...) é, carteira assinada, agora, graças a deus essa empresa, a Sulclean que a gente tá agora é bom, cumpre com tudo*”. Azaleia e Begônia respondem sem muita hesitação que o trabalho e a rotina são tranquilos e a experiência é melhor do que outros trabalhos que tiveram. Jasmim responde um pouco reticente: “*gosto... gosto...*”. O relato que colabora com a dita tranquilidade geral, mas que destoa por uma peculiaridade de local de trabalho é o de Violeta, que atuava no quarto andar do Anglo, o andar da reitoria, pouco tempo antes da entrevista:

*Bom, vou te dizer assim, tô desempregada, me oferece qualquer coisa, menos pra mim voltar pra cá [se referindo ao Anglo]. Isso aqui é um inferno trabalhar aqui. Qualquer outro prédio, nos outros que eu tive, é tranquilo. Agora aqui... é um horror.*

Durante todo encontro da entrevista ela tinha a necessidade de contar e até de denunciar situações pelas quais havia passado quando trabalhou nos espaços da UFPel, sobretudo no Campus Anglo, no qual atuou durante um ano até ser demitida. Tratando-se do quarto e último andar, que funciona como uma espécie de vitrine, já que é no gabinete da reitoria no qual são recebidos gestores, empresários, políticos e demais pessoas relacionadas ao poder, a cobrança pela limpeza e ordem é redobrada. Por ter sido demitida pouco tempo antes da realização da entrevista, o tom dos relatos é diferente das demais, pela revolta em decorrência da demissão, e por não haver mais o medo de retaliações, já que a vinculação com a universidade e a empresa havia acabado. O trabalho terceirizado aqui é entendido, conforme já dito, como a precarização do trabalho e da vida das pessoas que vivem da sua força de trabalho. Violeta, em sua narrativa, conta um pouco de seu quadro debilitado de saúde quando o assunto foi sobre seu dia a dia:

*Era serviço, minha filha! Porque, eu não sei se tu sabes, já que tu tá fazendo a pesquisa agora, porque mudou também que agora era tantos metros por cada pessoa, entendeu? Aumentou o serviço e diminuiu os funcionários. Então quer dizer, quando eu peguei nessa firma, na Sulclean, eu já tinha o problema que eu tenho no túnel do carpo<sup>43</sup> nas duas mãos, e eu já tinha feito cirurgia na mão direita, então por ser sobrecarregada de serviço, eu piorei. Então quer dizer, a cirurgia não adiantou de nada, por isso que eu fui parar no INSS, então era de tudo que tu fazias, até essas janelas aí oh, do quarto andar nós limpava, tá? Claro, a gente não passava pra fora, mas tinha que dar um jeito de ser limpa...*

A questão da saúde e trabalho é largamente debatida nas ciências humanas e sociais e o adoecimento é mais uma das faces da precarização. Violeta em seu depoimento também coloca que:

---

<sup>43</sup> Síndrome do túnel do carpo é uma neuropatia resultante da compressão do nervo mediano no canal do carpo, estrutura anatômica que se localiza entre a mão e o antebraço. *A síndrome provoca dormência, formigamento e é causada principalmente por lesões relacionadas a esforço repetitivo.* Reportagem contida no site do Dr. Drauzio Varella. Disponível em: < <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-do-tunel-do-carpo/>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2020.

*fora o túnel do carpo, eu fiz duas ressonâncias e as duas deu doença degenerativa [na coluna], então quer dizer, tu não sente nada, mas tu agacha, tu levanta, tu faz outras coisas, mas daqui a pouco tu sente alguma coisa, então eu já me levanto com vontade de me deitar, me levanto de manhã já com vontade de me deitar de novo [RISOS].*

Essa pesquisa não se aprofundará nas questões de mundos do trabalho e adoecimento de trabalhadores, seja adoecimento físico ou mental, mas essa fala é essencial para se pensar em como o trabalho terceirizado faz com que todos os níveis da vida das pessoas sejam tocados pela precarização das relações de trabalho. Tal situação vem à tona também na fala de Ernestina, que muito embora tenha sido procurada à época para falar sobre a procura de terceirizadas do Correios por advogados na Casa do Trabalhador, a sua própria vivência como doméstica veio à tona em muitos momentos pelas aproximações dessa atividade com a das serventes terceirizadas da limpeza.

*e o [trabalho] das domésticas então? O que tem de agência de emprego ganhando dinheiro das domésticas. Criam uma agência, botam uma empregada, escrevem uma empregada. Vai pagar cinquenta pila pra empregada, pro empregador ele cobra 150, 200. Eles só ganham dinheiro em cima da que vai trabalhar quase de graça, [...] então tem esses prédios novos que se constroem, tem toda a limpeza grossa pra fazer, resto de cimento, limpar e raspar azulejo, limpar vidro, tudo, e entra tudo no trabalho da diarista. E os caras que agenciam pagam pouco, e ganham muito bem, obrigado! Ser humano como mercadoria. [...] porque quem tá administrando é ser humano, né, e tá jogando com pessoas ali... que não tem muita discussão, visão de mundo, mas tá lá pra 'burro de carga', escova, limpa, o cimento é cinza mas tem que ficar branco, e aí? É a energia do corpo delas que tá indo, eu tenho esse problema que me adormece as mãos, tenho que fazer massagem com cremes [RISOS]... me aposentei antes dos sessenta por problemas de doença, né [...] e essa questão do esforço repetitivo, às vezes a pessoa tem pouca idade e tá falida por causa desse trabalho de burro, trabalho pesado que desgasta muito. Trabalhando de graça, e quem só mentaliza, faz os planos pra ganhar dinheiro, tá muito bem e ainda dizendo 'pô, mas o serviço de vocês não rendeu hoje' né... (ERNESTINA).*

Quando explicado sobre o tema da pesquisa ser voltada para as mulheres da limpeza, ela diz: “é, parece que mulher já nasce com panela, bombril, vassoura nas mãos”.

Lisboa (2004) aponta que a categoria de trabalhadoras domésticas se aproxima das trabalhadoras de limpeza de ramo terceirizado, pela noção de

trajetórias ocupacionais de mulheres. A escassa mobilidade social e a permanência efetiva em funções consideradas de baixo prestígio fazem com que muitas mulheres comecem a trabalhar entre 12 e 14 anos cuidando crianças, ou como empregadas domésticas, em alguns casos apenas trocando o uniforme, quando mais velhas, para seguir as funções como faxineiras ou serventes de limpeza. A principal causa que dificulta a mobilidade social e ocupacional dessas mulheres é o baixo nível de ensino [...] pois algumas só sabem escrever o nome” (LISBOA, 2004, p. 164).

Jasmim também narrou que houve diminuição no número de terceirizadas e que ela limpava todo Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) sozinha. Para cessar a curiosidade sobre o porquê dessa experiência no Anglo ter sido tão ruim, foi perguntado se o fato de ser o prédio da reitoria que fazia esse clima hostil, e Violeta responde que *“é que é um prédio onde fica todos os poderoso chefão, entendeu? Ali tá todos eles unidos, então ali tem muito mais olho pra te cuidar, muito mais gente pra puxar o saco, sabe?”*. Indo ao encontro disso, Amarílis fala que colegas realmente comentam sobre o Anglo ser um prédio mais complicado para trabalhar. Em informações retiradas do trabalho de campo das impressões de TAs é dito que, de fato, há uma diferença de prédio para prédio no que tange à questão do tratamento com os terceirizados, e o que consta é que, em prédios mais elitizados, as relações são mais difíceis, pois há uma diferença muito grande de *status* e de poder aquisitivo entre alunos/professores e terceirizados, sendo a reitoria o supassumo de tal situação.

No relato de Rosa, esta comenta que trabalha há dez anos na UFPel, tendo atuado anteriormente como comerciária. Ela coloca que *“chega uma certa idade, o comércio já não, já dá preferência pra, pra pessoas mais jovens, né?”*. A narradora diz que gosta da sua rotina de trabalho, que é um trabalho que não é forçado e *“dá pra ti desempenhar bem”*, nas palavras dela. Rosa fala que há um cuidado por parte da empresa para o desempenho de tarefas mais arriscadas, e que ela não precisa do uso de equipamentos de proteção individual, além do macacão e das luvas, já que, quando é um trabalho mais pesado, ela pede para outra pessoa o realizar. Nesse ponto do depoimento, o que ela dá a entender é que, por ser uma senhora mais idosa, inclusive sendo a entrevistada mais velha dessa pesquisa, pode deixar de fazer alguma tarefa e passá-la para outra pessoa mais apta fisicamente.

Há uma valorização do trabalho terceirizado sendo ele minimamente estável por ser formal, e tranquilo por ser na universidade. Aparecem nas narrativas que, mesmo sendo na faxina, não há motivos de vergonha, pois é um trabalho digno como qualquer outro. Na pesquisa já citada na UFPR, Dresch, Zanardine e Faux (2015) citam que:

Enquanto conversávamos com as trabalhadoras, foi frequente nos depararmos com um discurso de que o trabalho delas era digno, em várias partes do questionário. Raquel, por exemplo, em resposta à pergunta “o que você mais gosta no seu trabalho?” disse que não tinha que gostar ou não gostar da profissão dela, o que importava é que era um serviço digno. As trabalhadoras também afirmaram que não tinham vergonha de seu trabalho, em diferentes questões que não necessariamente estavam atreladas a essa temática. Durante a conversa com Carmem, ela disse: “não tenho vergonha de dizer que fui zeladora”. Já Márcia, durante a participação na pesquisa, afirmou: “não tenho vergonha de trabalhar com limpeza, o importante é não roubar. As pessoas precisam da gente (DRESCH, ZANARDINE e FAUX, 2015, p. 131, grifos das autoras).

Uma questão presente na UFPEl é as idas e vindas das trabalhadoras em prédios distintos, que acontecem sem um motivo aparente. Violeta fala que isso acontece “*porque quando tu assina o contrato ali diz que tu pode ser remanejada pra qualquer posto, entendeu?*”. Jasmim comenta que ficou um ano no Casarão 8, o resto do tempo no ICH, e que isso ocorreu em função de uma crise (que será relatada mais à frente no debate sobre as relações). Um ponto percebido ao longo da pesquisa é que um motivo para o remanejamento de funcionários é quando estes começam a criar vínculos e “víncios” no seu local de trabalho, nas palavras do Everton Bonow. Ou seja, a partir da construção de relacionamentos entre terceirizados, e entre todas as categorias, alunos, professores, técnicos administrativos e terceirizados, isso tende a acomodar e distrair o trabalhador que está ali contratado para cumprir tarefas e serviços. Esse é um ponto de diferenciação entre os grupos, pois o espaço educacional também é um lugar de socialização, mas essa socialização é negada aos serventes e demais cargos contratados por via terceiras.

No período pandêmico, a questão de remanejamentos foi a de cumprir demandas pontuais, onde alguns funcionários que já trabalhavam em prédios que não fecharam continuaram trabalhando, como é o caso de Azaleia; já Amarílis, que trabalha no Centro de Artes, foi chamada para atuar em diversos locais, no Setor

de Transporte, no Arquivo Morto, além de ser chamada no Campus II, em função das eleições para reitoria. Jasmim relata uma realidade similar a de Amarílis.

### 3.2.2 As relações

Esse item pode se subdividir entre as relações com os colegas terceirizados, os supervisores, os alunos e os professores/TAs, aqui colocados juntos porque estes são referidos por algumas de “os federais”. Entre colegas, as narradoras colocam que tudo é tranquilo, em geral. Violeta diz que “*me dou com todos eles [...] não saí brigada com ninguém*”. Begônia cita que colegas “*são tranquilos...*”. Rosa, na linha de não poupar elogios, fala que “*eu... eu tenho um bom relacionamento ali no meu departamento, né? Tanto é que faz dez anos que eu tô ali no departamento... tanto com professores, como com colegas, eu me dou bem com todos... funcionários, né? [...] eu me lido muito bem com eles*”.

Jasmim cita que, entre os colegas,

*a nossa relação aqui é familiar, esse grupo que tá agora é muito bom, sabe? [...] a gente já se conhece pela fisionomia, pelo ‘oi’ que dá de manhã a gente já sabe ‘oh, a fulana não tá bem’ aí a gente deixa passar um tempo, vai lá, pergunta o que aconteceu [...] mas o grupo é muito bom, é muito unido mesmo! A gente se ajuda quando precisa, não tem aquela coisa assim, ‘ah, não vou ajudar’, porque a gente se ajuda, é um grupo muito bom mesmo, é uma família”.*

Em seu relato, dá para se perceber a relação de amizade e coleguismo que existe entre os terceirizados. Há algumas situações, contudo, que destoam dessa relação de coleguismo. Orquídea, na conversa de campo, relata perseguição de colegas e de supervisores a ela e a outras trabalhadoras mais antigas do prédio e do Centro de Artes, havendo uma diferença de critérios entre os trabalhos. Dela, segundo seu relato, eram feitas mais cobranças na eficiência de seu serviço, mas para outras havia concessões, como fumar no pátio, ter intervalos no meio do expediente e assim por diante. Procurando entender o porquê disso foi perguntado a ela se tinha alguma desconfiança em saber o porquê de isso acontecer, se essas mulheres tinham algum tipo de “conchavo” com a chefia, se ganhavam algum privilégio diferenciado. Ela disse que não sabia de nada, mas que de um tempo para cá o ambiente tinha ficado muito complicado.

Na entrevista feita com Violeta, essas diferenciações de tratamento também apareceram:

*era assim ó, tu faz e faz e não tinha outra opção [RISOS] ou tu faz, ou tu faz. Claro né, tu tá ali pra trabalhar, não vou dizer que tu vai vir pra cá te sentar, tu tá ali pra trabalhar, só que também existia aquela coisa de passar a mão por cima, entendeu? De alguém sabe... tinha a panelinha, sabe, que tu via dentro da... dentro da terceirizada. Com os próprios funcionários. Tinha a panelinha que tu procurava, tavam todos escondidos tomando mate enquanto os outros tavam ali, ralando. É e era ela mesmo a que fazia o ajuntamento ali na pecinha [se referindo a supervisora], se encerrava e a gente batia pra pedir uma luva, alguma coisa, aí batia e ninguém atendia, claro, porque tavam tudo tomando mate, entendeu?*

Em relação aos supervisores, que são trabalhadores terceirizados encarregados de vigiar os demais terceirizados que desempenham a função de serventes, vigilantes, é onde aparecem diversos relatos de abusos e de problemas nos relacionamentos. Ainda na narrativa de Violeta, esta coloca que:

*a supervisora, olha, vou te contar. Horrora, horrora. Sempre em cima, e aí eu peguei ela mandando, ela mandou um guri daqui lá pro Prédio da Cotada, e disse pro guri assim "tira foto, eu quero fotos". [...] não, e daí ainda botava os outros, entendeu, a fazer o serviço dela. A chave do depósito mesmo pra pegar material ela sempre entregava pra um, sendo que era serviço dela. E aí sempre tinha que ficar um ou outro, inclusive hoje tem a<sup>44</sup> aí, que é a que fica com a chave do depósito pra entregar o material de limpeza, coisa que é ela que tinha que tá aqui pra entregar.*

Nessa narrativa, a questão do assédio moral vindo de um superior direto se faz presente. A situação se vincula diretamente ao que é tratado em cartilha do MTE (2010):

[assédio moral] trata-se da exposição de trabalhadoras e trabalhadores a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes durante o exercício de sua função. É o que chamamos de violência moral. Esses atos visam humilhar, desqualificar e desestabilizar emocionalmente a relação da vítima com a organização e o ambiente de trabalho, o que põe em risco a saúde, a própria vida da vítima e seu emprego (MTE, 2010, p. 13).

---

<sup>44</sup> O nome citado será preservado.

Jasmim coloca que sempre se deu bem com todas as supervisoras e, então, sobre atritos, se lembra:

*aliás, tive com uma [...] foi quando eu fui transferida até [para o Casarão 8] [...] pra ti ser supervisora tu não precisa subir em cima dos funcionários, né? Tem que ter uma educação, né? Não é põe tu é supervisora que tu vai falar o que tu quer [...] gritar como se tivesse falando com um filho teu em casa [...] tanto que em seguida essa supervisora foi pra rua.*

Ela comenta que se passa por ela na rua, ela troca de calçada. Jasmim fala algo interessante: *“não sei se é porque ela era negra também, quis se mostrar...”*. Tal situação faz lembrar o clássico texto “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, onde ele discorre como os oprimidos podem hospedar os opressores dentro de si e acabar por reproduzir seus comportamentos, ocorrendo isso quando não há uma plena clareza de o porquê ocorre essa opressão (FREIRE, 1987).

Violeta mostra ter uma maior consciência de que entre ela, enquanto servente, e entre as terceirizadas da supervisão não há uma grande diferença, pois mesmo que esses superiores mais diretos deem ordens, *“tu até escuta uma coisinha e outra, agora tu não vai sair humilhada sempre e ficar quieta. E eu, pra mim ela é uma qualquer igual a mim. Não é porque ela ganha cem, duzentos pila a mais que ela é melhor que nós”*.

Jasmim cita, então, que quando foi remanejada de volta ao ICH a supervisora nova *“era como uma mãe”*. A entrevista de Jasmim, como descrita na parte anterior desse texto, foi uma entrevista feita pela plataforma virtual de WebConferência da UFPel e que traz várias reflexões pertinentes. As analogias feitas de relações familiares, como os colegas que são uma família, e a supervisora que foi uma mãe, é muito interessante. Talvez reflita como as relações de trabalho ainda são calcadas em uma lógica paternalista.

Amarílis relata outro tipo de relação com sua supervisora atual quando perguntado se havia muita cobrança e vigilância: *“ela vem muito pouco... já vou me exibir, mas acho que ela confia muito em mim e na minha colega...”*. Mas comenta, que *“foi muito difícil no início, era outra supervisora, ela não era legal...”*. Ao que tudo indica, ela e sua colega criaram um coleguismo para além das fronteiras hierárquicas, e a relação delas, nesse sentido, tem uma espécie de cumplicidade, tanto que quando comentado sobre algumas colegas sofrerem

perseguição das supervisoras, ela fala de alguns “*que passam muito tempo no café [...] tem umas muito folgadas, não dá pra dar confiança...*”.

Sobre a relação com os professores e TAs ter, ou não, uma indiferença ou arrogância vinda destes para com os terceirizados, Violeta coloca que:

*ah, sempre. Vem dos federal, né? Só porque tu é da faxina ali acham que tu é inferior a eles. Tinha bastante gente, sim. Lá em cima mesmo [referente ao prédio Anglo no andar da reitoria], no quarto andar eu fiquei um monte de mês lá na reitoria, do lado de cá, essa bem da ponta aqui, e ali tinha bastante gente assim.*

Azaleia, que em geral falou sobre o trabalho ser tranquilo em todos os âmbitos, disse que por atuar no prédio da Odontologia “*nariz em pé [...] sempre tem*”. Ela relata um problema que teve com uma professora “*que foi mais áspera*” e que

*ela não chegou a se redimir pra nós, mas ela foi chamada [pelo contexto, a professora foi repreendida pelo diretor do Instituto] [...] porque eu falei o que tinha acontecido pra nossa chefe e ela foi chamada... porque achei absurdo o que ela fez, [...] faltou respeito com a funcionária da limpeza, seja o que seja, tu tem que respeitar as pessoas em primeiro lugar, né? Daí hoje ela passa e até é bem gentil, acho que aprendeu... [RISOS] mas tudo bem tranquilo.*

Jasmim coloca que, em geral, não teve problemas grandes com professores, mas que “*é... eu não tenho o que reclamar [...] claro, tem um e outro que passam por ti como se tu não existisse*”. A questão do trabalho invisível foi estudada por Costa (2008), onde, ao longo de seis anos, o próprio pesquisador desempenhou o ofício de gari, a partir da etnografia participante, seguido da etapa da realização de entrevistas de história oral de vida. Costa (2008), a partir da pesquisa, relatou que o ofício de gari pareceu intensamente marcado por um fenômeno intersubjetivo de invisibilidade pública, no qual há um desaparecimento psicossocial dos garis entre as outras pessoas. Nas palavras do autor:

Bater o ponto, vestir o uniforme, executar trabalhos essencialmente simples (como varrer ruas, cortar mato, retirar o barro que se acumula junto às guias), estar sujeito a repreensões mesmo sem motivo, transportar-se diariamente em cima da caçamba de caminhonetes ou caminhões em meio às ferramentas ou lixo, são as tarefas delineadoras do trabalho daqueles homens. Tarefas nas quais

podemos reconhecer ingredientes psicológicos e sociais profunda e fortemente marcados pela degradação e pelo servilismo. São atividades cronicamente reservadas a uma classe de homens proletarizados; homens que se tornam historicamente condenados ao rebaixamento social e político (COSTA, 2008, p. 11).

Há aproximações do trabalho de gari com a atuação das trabalhadoras terceirizadas da limpeza, tanto pelo uso dos uniformes parecidos, macacão e botina, quanto pela própria atividade laboral voltada a limpar espaços. Pelo relato de Jasmim, a invisibilização causada pelo uso desse macacão e pelo desempenho desse tipo de trabalho coloca os trabalhadores e trabalhadoras em situações de subalternidade com os demais, e sujeitos subalternizados são colocados como invisíveis, a partir das construções culturais e valorizações de posições de mais prestígio e menos prestígio.

Jasmim reflete que sente isso também de alunos, e que percebe que há, para além de uma indiferença por ela ser terceirizada, um racismo velado por ser negra. Já Begônia, que também é negra, coloca que a relação com professores é *“bem tranquila; até me dou bem com uma daqui, era diretora da [faculdade de Engenharia] Hídrica. Me dou bem com todo mundo...”*. Jasmim, como ela mesma diz, valoriza muito seu cabelo, usa solto formando cachos mais volumosos ou utiliza tranças. Talvez sua negritude traga mais afrontamento aos racistas velados, oferecendo a ela, também, mais consciência do seu lugar enquanto mulher negra e, por conseguinte, ela consiga captar os traços de racismo presentes nas atitudes das pessoas.

Sobre as relações de terceirizados com alunos, em geral é onde elas parecem mais gostar. Azaleia comenta que sobre o *“nariz em pé”*, entre os alunos é bem menos, sendo estes mais legais com os trabalhadores. Amarílis afirma sobre professores e alunos *“adoro!”* e diz estar com saudades, já que está acontecendo o período de isolamento social em decorrência da pandemia. Cita que foi e seguidamente é a funcionária homenageada dos cursos de Música e Dança (graduações que realizam suas atividades no prédio onde ela trabalha) e que eles sentem como se ela fosse uma mãe para eles e que eles fossem como seus filhos. Begônia também comenta que alunos *“são ótimos! Uma vez até fui no churrasco deles, né? [RISOS] é bem tranquilo também”*. É interessante que, ao que parece, ser chamada de tia para elas mostra algo positivo, pois elas

comentam, por exemplo, situações em que os alunos elogiam algo que elas estão usando, ou brincam sobre alguma coisa dizendo “*olha como a tia tá bonita*”, bem como a fala de Amarílis sobre ser quase uma mãe, e os alunos serem quase seus filhos. Esses fragmentos de narrativas reforçam, mais uma vez, essa questão de aproximações de pronomes de tratamento de familiares no ambiente de trabalho, sendo estes muito ligados a essa figura maternal, querida e segura, algo muito corriqueiro que é falado pelas crianças que chamam monitoras, cozinheiras e demais funcionárias das escolas de “tia”. Mesmo que a universidade seja um espaço educacional habitado sobretudo por adultos, esses vícios que envolvem as mulheres que trabalham no ambiente escolar/de educação em relação aos alunos acaba por se reproduzir.

A fala de Jasmim já destoa desses relatos. Ela diz que “*também nunca tive problemas nenhum [...] tem uns que passam que tem aquela indiferença que a gente sente, não vou dizer que não*” e que sente um ar de superioridade maior vindo dos alunos em vez de professores, “*de tá varrendo, passa em cima do lixo!*”. É interessante que ela usa muito a expressão “*boto pras costas*”, significando que ela repara nessas pequenas coisas, mas tenta não se afetar com isso.

Quando há a pergunta se já aconteceu alguma situação mais grave envolvendo alunos, ela conta que com ela “*não, grave não...*” mas que lembra algo com uma colega depois de fazer um exercício de recordação:

*Olha... deixa eu pensar... uma funcionária, que ela chamou até, não vou dizer o nome do diretor, porque sabe assim, né? Que ela limpou um banheiro, um aluno foi lá e esscarrou, e ela ficou olhando porque ela ainda tava dentro do banheiro... [e então ele fala para ela] “ah, tu tá aqui pra limpar!” aí essa situação mexeu com todas nós, entendeu?*

As diferenças hierárquicas entre terceirizados, alunos, professores e TAs acabam por aparecer em muitas narrativas, sobretudo com trabalhadores terceirizados que atuam em prédios de mais *status*, no qual existem cursos tradicionais. Mesmo que não seja o foco da pesquisa, a fala de Cravo, que é encarregado de portaria no Hospital Escola (HE), se faz essencial, por ele conviver com os chamados “doutores” em seu cotidiano de trabalho. Ele conta que existem muitos desses doutores, que são os médicos atuantes no HE, que

são “gente boa” com um lado mais humano, mas há alguns que não estão “nem aí pra nada nem pra ninguém”. Duas situações que ele traz são interessantes: na época das eleições da reitoria, na qual ele comenta que o nível arrogância piorou, além de algumas “farpas” entre os próprios colegas pelos embates políticos; e uma situação de um médico que desrespeitou os protocolos de segurança com uma paciente grávida, no qual este andou com a paciente pelo hospital, ambos sem máscara, e se descobriu logo após que essa mulher testou positivo para a COVID-19. O médico, antes disso, havia supostamente ignorado as falas que o repreenderam alegando que “ele era o médico ali, que não tinham que dar ordens pra ele”. O status gerado, a partir da profissão da medicina é algo bastante evidenciado estando no senso comum. Esse relato traz à tona, para além disso, os abusos de poder e as questões dos “egos inflados” que acabam por prejudicar ou trazer consequências nocivas para um local de trabalho e convívio.

Violeta, a partir de uma questão feita sobre alguma memória que ela tivesse sobre situações de discriminação, comenta:

*uma coisa que me aconteceu, não foi só comigo, foi com todos aí dentro, foi que a gente foi proibido de comer na cozinha. Sendo que a cozinha é popular, é pra todos, tá? Mas aí foi a firma, a Sulclean que proibiu nós de tomar café. Ah é! O café nós não podia tomar, agora lembrei, nós tomava escondido. Se tomasse café, era advertência. Café tinha que tomar na tua casa antes de sair. Aí tu pegava as sete, soltava meio dia, aí tu imagina, sete horas sem comer nada, tá? Aí nós fomos proibidos de comer na cozinha. Aí vamos comer embaixo das árvores então, né?! Já que não podemos comer na cozinha. Mas aí foi feito, (...) por esses que a gente mais se dava, sabe? Os grandão ai dentro, aí chegou no reitor e o reitor expediu uma nota dizendo que a cozinha era popular, era de todo mundo, e que nós tava... que era pra nós almoçar ali se fosse preciso, fazer as refeição ali. Até colaram uns cartazes e deram uma cópia pra cada um dos funcionários. Mas é essa firma que tá ai que queria proibir nós de comer. Então quer dizer, é separar o pobre do rico, né. É discriminação isso aí. Não é porque tu tá ali limpando que tu é um bandido, um marginal.*

Amarílis, que pareceu um pouco contrariada em responder sobre essa questão de proibirem a cozinha no Anglo responde que “sim”, aconteceu isso; “a \_\_\_\_\_<sup>45</sup> [supervisora] umas ela deixa, outras ela não deixa... [usar a cozinha]”. Depois disso ela comenta sobre um boato: “comentam que tem uma banheirista

<sup>45</sup> O nome citado será preservado.

que comenta tudo pra \_\_\_\_\_<sup>46</sup> como se ela fosse uma olheira”. Mas que não sabe maiores detalhes, e depois reitera que com ela é uma boa relação.

Uma fala sobre a Sulclean de Violeta traz à tona algumas questões:

*é, eles [da empresa] saíram do shopping com uma história de serviços escravos e maus tratos aos funcionários. Quando eles chegaram aqui no Anglo, a gente já sabia disso. Mas, como todo mundo precisa trabalhar, é o que eu te disse, não dá pra tá escolhendo, aí eu paguei pra ver né, e vi (RISOS). Ali mesmo na Beth, ali naquele lado da Beth [departamento de Letras], depois que eu me acostumei ali, que eu consegui organizar tudo, botar tudo no seu devido lugar, depois que eu me acostumei ali eles foram lá e me tiraram. Aí eles tiram as pessoas pra tu não ter vínculo com os federais, sabe. Teve uma época que a gente não podia nem falar com os federais ali dentro. Eu nunca vi disso, eu acho que quanto mais tu de der melhor com as pessoas, melhor por teu serviço evoluir.*

Aqui podemos ver mais uma vez a questão de que o remanejamento de funcionários acontece quando estes criam vínculos com as demais pessoas que convivem naquele espaço, e de que as questões trabalhistas envolvendo o trabalho terceirizado são muito complexas, tornando a vida de quem trabalha difícil. A estabilidade trazida nesses tempos de Sulclean é relativa, haja visto os relatos de perseguições, abusos de poder e outras questões citadas.

### 3.2.3 Experiências de trabalho e de vida

O interesse nesse item é entender a experiência de trabalho ligada a uma experiência maior, tanto do que fazem além do trabalho na UFPel para construir a renda mensal, seu nível de escolaridade, o que faziam antes da UFPel, e isso tudo ligado com suas famílias, seus locais de nascimento e onde moram atualmente. O foco, mesmo sendo na terceirização, não pode ignorar o fato que essas mulheres possuem identidades múltiplas, pois são mães, filhas, netas, donas de casa, amigas, e isso tudo constitui elas enquanto pessoas.

O debate sobre identidade é pensado a partir de várias perspectivas nos estudos históricos. Woodward (2009) traz a questão de que os indivíduos vivem no interior de diferentes instituições e campos sociais, como famílias, grupos de amigos, ambientes escolares e de trabalho, ambientes comunitários e políticos,

---

<sup>46</sup> O nome citado será preservado.

e que esses espaços são cercados de recursos simbólicos, fazendo com que uma mesma pessoa exerça diferentes tipos de identidades, como a identidade familiar, a identidade social, a identidade laboral, e assim por diante. Ou seja, “diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais” (WOODWARD, 2009, p. 30). A autora também debate sobre as identidades serem construídas pelas diferenças, de se ver diferente do outro, e coloca que estas são construídas no tempo e na história.

Entre vários aspectos interessantes da entrevista com Violeta, um ponto alto é quando ela trouxe, para sua narrativa, as questões de escolaridade, bem como a dos seus familiares, pois relata que sua vó, mãe e tia trabalharam como operárias no antigo frigorífico Anglo, que funcionou até meados de 1980, justamente no prédio que hoje abriga a reitoria da UFPel. Ela diz que não tem o Ensino Fundamental completo, e que isso fez com que acabasse trabalhando como faxineira, em grande parte de sua vida. Violeta conta que começou a trabalhar no ramo porque:

*foi o que surgiu, né? Uma porque eu não tinha estudo, como que eu vou escolher emprego, (inaudível) uma que eu não tenho estudo, como que eu ia tá escolhendo emprego, e aí o primeiro serviço que eu peguei foi na rua, na Delta, que era na varreção da rua, eu tinha os guris tudo pequeno, tinha que comer também, né?*

Azaleia comenta que tem o Ensino Médio incompleto, que sua mãe não era alfabetizada e que seu pai tinha o Ensino Fundamental, correspondente de sua época<sup>47</sup>, completo. Ele era motorista da prefeitura, funcionário público contratado direto, um cargo que hoje em dia é tipicamente terceirizado. Ela tem uma irmã que também é trabalhadora terceirizada na UFPel, no Centro de Epidemiologia. Azaleia comenta que, antes de atuar na UFPel, trabalhava como comerciária, em um cartório e que, atualmente, ela faz os chamados “bicos”, trabalhos informais que buscam complementar a renda, como revendedora de produtos do

---

<sup>47</sup> As primeiras medidas que formaram as Leis das Diretrizes e Bases da educação são criadas em 1961, porém, só em 1996 é que as definições contemporâneas de Ensino Fundamental e Ensino Médio são criadas. Informação retirada da reportagem sobre História da Educação no site do jornal Gazeta do Povo. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/>>. Acesso em: 13 de junho de 2021.

Boticário, Natura e, às vezes, trabalha em eventos como garçom. Ela fala que *“só o dinheiro do terceirizado é muito pouco”*.

Amarílis diz que tem Ensino Médio completo, e que mãe e pai também concluíram os estudos equivalentes à época. Seu pai era militar, ocupando o posto de Sargento, e sua mãe era dona de casa. Antes de 2014 nunca havia trabalhado na vida pois, primeiro, recebia a pensão de filha de militares, que foi cortada na vigência do governo estadual do Olívio Dutra<sup>48</sup>, e que *“depois, vivia com a renda do marido (...) tinha vó com vida boa que dizia que não era pra mim trabalhar, que foi o maior erro da minha vida, né?”* pois, de acordo com ela, por não ter dado atenção aos estudos teve que trabalhar como terceirizada, sem previsão de se aposentar. Em 2014 entrou na UFPel estando até hoje. A experiência de trabalho que ela conta é de um estágio que fez no prédio do INSS, à época do seu 2º Grau, onde atendia guichês. Amarílis também faz “bicos”, trabalha no João Gilberto aos finais de semana lavando louças, cortando frutas para coquetéis e, eventualmente, limpando as lixeiras dos banheiros.

É interessante porque há um segundo caso de narradoras com o pai militar. Begônia conta que seu pai é aposentado e que trabalhou como musicista na banda da Brigada Militar. Já sua mãe é dona de casa e sem muita escolaridade. Antes trabalhou na limpeza na Panvel, como contratada direta, mas não gostou e pediu demissão para voltar à UFPel. Diz que nessa experiência era *“muita gente metida”*. Begônia conta que faz “bico” de faxina aos sábados, *“aqui pras professoras aqui, duas que eu faço”*.

Jasmim coloca que o pai era pedreiro, tendo estudado até a sétima série, e que mãe é servidora pública aposentada, que atuava como servente em uma escola estadual, e que só estudou até a quarta série. Antes de se tornar concursada, trabalhou muitos anos como doméstica e o *“primeiro concurso que teve ela fez”*. A narradora comenta que ela fazia faxina antes de trabalhar na UFPel e diz também que: *“trabalhei em loja [como comerciária], mas trabalhei muito mais na faxina”*. Mais adiante, também falou que já trabalhou em

---

<sup>48</sup> Essa questão é um exemplo do quanto as narrativas, versões sobre os fatos do passado, podem ser projeções e até criações dos narradores. A partir da investigação sobre esse corte descrito por Amarílis, foi visto que nunca houve nada parecido, haja visto que quem se encarrega sobre verbas e demais assuntos dos militares é o Governo Federal, sendo do assunto do Governo Estadual apenas as delegações vinculadas à Brigada Militar, por exemplo.

restaurantes fazendo sucos e sanduíches. Diz que não está fazendo “bicos”, mas que está pretendendo fazer.

Rosa, antes de ser apresentada à pesquisa diretamente, era lembrada por ser uma senhora que vendia deliciosos bolos de pote como meio de complementar a renda. Quando perguntada sobre isso, ela diz “*eu não vendo doces. Antes eu vendia quando eles deixavam ali na... quando tinha evento, aí eu pegava e botava uma pessoa pra vender doce, né?... Doce de Pelotas. Mas quando tinha evento ali na frente...*”. O depoimento de Rosa, em todos os momentos, traz algo que pode acontecer em qualquer entrevista de história oral: a pessoa simplesmente não quer conversar e contar sobre suas vivências e histórias. Pelo medo, desconfiança, falta de um ambiente amistoso, falta de intimidade, enfim, uma entrevista de história oral que busca entender trajetórias pode se realizar em um curto período de tempo, e questões que constavam no roteiro podem não receber respostas. Um exemplo disso é quando houve a conversa com Margarida, que pelo que ela relata, havia atrasado seu salário no mês de junho. Ela diz que estava envolvida em consultas com um advogado, além de estar com um parente adoentado, e que por isso não poderíamos realizar a entrevista. Entretanto, como consta na entrevista de Rosa quando citado o assunto de atrasos, prontamente ela diz: “*não, salário sempre em dia. Não atrasou salário ainda*” mesmo que Margarida e Rosa fossem próximas e atuantes no mesmo prédio, na FAEM, ou seja, mesmo que Rosa estivesse com seu salário em dia, ela afirma que não há atrasos de maneira geral para nenhum funcionário. Pode ser que Rosa não sabia, de fato, de atrasos. A questão é que toda entrevista com ela foi cercada de falas titubeantes, e isso parece estar relacionado ao medo ou ainda ao desagrado com a gravação.

Nas entrevistas, que têm o intuito de entender trajetórias de vida, que nesse caso são de trabalhadoras terceirizadas da UFPel, algumas questões no roteiro são feitas a fim de se analisar se, nas trajetórias de vida, há fatos significativos, traumáticos, entre outras possíveis situações. Nesse intuito, houve justamente uma pergunta nesse viés, e é onde a entrevista com Rosa ganha uma reviravolta, já que até esse ponto da entrevista, suas falas estavam diretas e de respostas monossilábicas. Ao perguntar sobre uma história marcante de infância, ela diz:

*Não, a gente sempre viveu na cidade, né? Aí... a gente... meu pai era ferroviário, e... a gente tinha uma vida, eram dez filhos, né? Então era uma vida mais... como é que eu vou te dizer, uma vida... dava um pouquinho de trabalho para eles, né? Imagina... era escola, né... alimentação, tudo, mas... não tivemos, não foi ruim, mas também teve um pouquinho de dificuldade, né? (...) Da infância... eu lembro assim óh, que meu pai era, ele trabalhava nos carrinhos aqueles... parecia um jipe, né? Ele era motorista daquele... então ele viajava, então ele pegava, levava a gente, né? E uma viagem que ele fez ele não nos levou, e nós ficamos chorando em casa né? Pra gente ir viajar com ele, aí quando ele chegou de madrugada ele nos acordou e disse assim: "olha aqui que eu trouxe um presente pra vocês" e era um porquinho, um porquinho mesmo, né? E aí ele botou no galinheiro e "amanhã o pai vai fazer um chiqueirinho pra... pro porquinho" né? Daí nós fomos deitar feliz da vida, né?... quando nós acordamos, cadê o porco? Ele tinha feito um buraco, e fugiu. Olha, nós chorávamos tanto [RISOS] até hoje eu me emociono com isso [e fala isso com lágrimas nos olhos]. É isso aí, que eu lembro assim foi isso...*

Quando houve uma pergunta similar na entrevista com Amarílis, esta conta que o gato do qual ela e as colegas cuidavam, que morava no Centro de Artes, morreu. Essa é uma memória marcante e triste que envolve seu local de trabalho e seus colegas, mesmo que indiretamente, e ela conta com um tom melancólico sobre o ocorrido:

*Ah, que tristeza. Eu crio ele desde que nasceu lá. Pedi pra diretora pra ficar... era um amorzinho. Os alunos tudo tiravam foto (...) o meu amor, pobrezinho... morreu. Apareceu machucadinho, o pessoal não sabia o que fazer, botaram spray de prata na perninha dele, e medicaram ele, e aí intoxicaram ele. Ele lambeu o spray, ah uma função! Pobrezinho, nem me fala... (...) a veterinária quando ele morreu, ela ligou avisando, a gente foi lá e buscou, e fizemos o enterro dele lá. Tá enterrado lá na arvorezinha que ele ficava.*

Por ser um relato pessoal sobre a própria história de vida, Rosa se coloca nas situações narradas. Nesse momento da entrevista, ela traz outros personagens, também, como os irmãos, o pai, o próprio porquinho, além dos aspectos sobre o cenário, como o chiqueiro e o jipe que seu pai dirigia. Amarílis traz a questão sentimental por um bichinho que tinha o carinho de toda comunidade, e que quando morreu, mobilizou os colegas inclusive para realizar o ato simbólico de enterrá-lo na árvore onde ele deitava e prendia a atenção de quem passada pelo pátio. Ou seja, Rosa e Amarílis têm memórias individuais que são permeadas por outras pessoas e elementos que são marcantes em sua vida, pelas lembranças da infância carregadas com nostalgia, e pelas lembranças de luto de uma perda, mesmo que seja de um animal. Essas memórias, embora individuais, acabam se tornando, também, memórias

coletivas. Esse aspecto é levantado pelo sociólogo Halbwachs (2013), a partir do qual discorre que jamais estamos sós, pois nossas lembranças são construídas coletivamente e influenciadas por outros fatores, tanto do passado, quanto do próprio presente. A memória individual é um ponto de vista e uma lembrança da memória coletiva, segundo o autor.

### 3.2.4 Luta por direitos

Para além de tudo que foi debatido até aqui sobre as trajetórias, espaços físicos, emoções e tudo mais que envolve os ambientes de trabalho, as relações dadas envolvem disputas. Disputas de poderes, mesmo que sejam de micropoderes<sup>49</sup> em vestir um macacão de cor diferente, de ter um contato direto com chefias, de ter mais tempo na hora do café. Disputas que, também, são disputas de narrativas, já que alguns falam sobre tudo aparentemente ser tranquilo, quando outros precisam dar uma suspirada ao demonstrarem profundo descontentamento. Um campo de disputas que é presente nos ambientes de trabalho é o dos direitos trabalhistas, e isso significa não só, mas também, a luta por direitos em campos judiciais. Há estudos, como o de Biavaschi (2011), que debatem e analisam esse espaço de tribunais para entendimento das disputas com interesses de classe, sobretudo pensando no marco da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943.

Vindo para recortes temporais e históricos mais recentes, nos quais as trabalhadoras terceirizadas se localizam, as ações judiciais são presentes entre estas e entre outras categorias e setores da classe trabalhadora contemporânea. Corrêa (2011) traz que, a partir de estudos feitos próximos ao ano de 2007, o Brasil ocupou o primeiro lugar no ranking mundial em números de ações trabalhistas. Tal fato acarretou em medidas, as quais dialogam com as de flexibilizantes de hierarquias e direitos, como o tratamento do trabalhador como

---

<sup>49</sup> Para Foucault (1989) o poder não é necessariamente centralizado em um soberano, e sim exercido por todos os indivíduos sendo uma força que age, também, sobre os indivíduos, que a partir de uma interferência em sua autonomia, os tornam mansos e subexistentes. Esse poder é gerado por influência de instituições de poder, como a escola e as igrejas. A leitura do livro citado, *Microfísica do poder*, de Michael Foucault, foi realizada ao longo do mestrado, e os estudos do autor contribuem para o entendimento dos mundos do trabalho, mas essa pesquisa não se deterá nesse viés teórico.

“colaborador”<sup>50</sup>, bem como o incentivo de medidas em que trabalhadores e empregadores dialoguem diretamente para chegar em acordos, sem a necessidade de envolvimento da justiça, já que a justiça é sempre posta como ultrapassada, por uma burocracia desnecessária. Mas é só pensar que “se sabemos [os historiadores] que os interesses dos industriais e empregados caminham de sentidos opostos, o fato de a classe patronal estimular a extinção da Justiça do Trabalho dá-nos indícios da importância de seu papel na defesa dos interesses da classe trabalhadora” (CORRÊA, 2011, p. 17).

No mundo dos trabalhadores terceirizados, a luta por direitos é ainda mais necessária, tendo em vista que nas narrativas aparecem dificuldades e percalços maiores. No universo das seis mulheres entrevistadas pela metodologia de história oral, juntamente com as duas conversas de campo, apenas uma afirmou que não tinha movido processos na justiça contra empresas terceirizadas em que já havia atuado. Margarida já no primeiro contato relata sobre atrasos e diálogos com advogados para a tentativa de solução desse problema, dando a entender que o processo poderia ter sido aberto; Rosa comenta que “*por qualquer coisinha essa empresa demite*”, e por já trabalhar há longa data na UFPel, há a possibilidade de já ter movido processos (muito embora, como já foi dito, em sua narrativa gravada ela apenas apontou que não há problema algum em seu trabalho, de maneira geral). Violeta, Amarílis, Azaleia e Jasmim afirmam que elas e muitas colegas têm processos em curso contra as empresas anteriores à Sulclean, a Click e a Marinoni, a mais antiga que citam, e comentam sobre demandas em que elas e demais colegas estão envolvidas, a partir de dissídios individuais e coletivos. Begônia conta que não colocou nenhuma na justiça, mas que têm várias mulheres que colocaram e ainda cita que “*algumas que tão ganhando, né?... sempre bom uns troco [RISOS]*”. Pelo que apareceu em seus relatos, as trabalhadoras revelam que a maior motivação para a abertura de processos na justiça é o atraso de salários.

Azaleia diz que nos três anos na UFPel “*não [não atrasou salários], espero que continue assim [RISOS]*”. Ela conta que anteriormente trabalhou como

---

<sup>50</sup> Essa noção mostra ser um senso comum entre gestores, haja visto que Everton em muitos momentos de sua narrativa se refere as trabalhadoras terceirizadas da UFPel como “colaboradoras”. Isso mostra, também, o traço empresarial que uma universidade pode tomar em alargar os contratos e contatos com o setor privado.

servente em uma escola infantil, mas que a situação do cumprimento de direitos foi desrespeitada:

*[...] essas firmas, no começo são boas, depois... eu mesma trabalhei numa firma que atrasou e até hoje não recebi. Trabalhei cinco anos e não recebi até agora... eles deram, tipo, de falidos, e não pagaram; a maioria dos funcionários eles não pagaram, nessa outra firma que trabalhei. Tá todo mundo na justiça, mas... pode ser que talvez um dia a gente consiga receber”.*

Violeta relata sobre suas questões judiciais, as quais exemplificam como as questões dos vínculos entre as firmas prestadoras de serviços e os locais de atuação são complexos, já que, muitas vezes, o trabalhador acaba sendo um refém:

*[do outro trabalho] não recebi até hoje. [...] era a Tradição, ela tinha um contrato com o município, não com a federal. Mas como ela tinha mais duas firmas, que era a Click e a Marinoni, que era pela federal, eles me mandaram pra cá, eu sendo do município eles me mandaram pra cá. Da Tradição não recebi até hoje. [...] vai fazer quatro anos agora em agosto que eu tô esperando.*

Amarílis e Jasmim também citam problemas com essas duas firmas, Click e Marinoni. Amarílis diz que ela e algumas de suas colegas ficaram com pendências com todas, “*todos tão na justiça*”. Jasmim conta que entrou com três processos contra empresas anteriores à Sulclean, mas que até então não recebeu resposta sobre nenhuma.

*A mais antiga é a da Marinoni, que faz seis anos, que até umas já receberam, eu até hoje não recebi nada. Aí tem a da Click também que saiu e não nos pagou direito. São duas causas na Click e uma na Marinoni e até hoje não recebi nada. Nada, nada, nada!*

É interessante pontuar o tom da entrevista de Violeta, que por ter sido demitida há pouco tempo da data em que a narrativa foi construída, estava mostrando um tom de revolta sobre tudo que envolvia sua rotina, seu trabalho, suas atuações anteriores como terceirizada, sua condição de adoentada, que busca por direitos pela sua sobrevivência e de seus filhos.

Com esses e outros relatos, pode-se perceber que o campo da justiça é um importante espaço de demarcações de lutas de direitos para os trabalhadores. Mas não o único. No ano de 2015, os trabalhadores terceirizados da UFPel tiveram um momento de mobilização e paralisação que tomou visibilidade em todo o estado do Rio Grande do Sul. Por conta de atraso de salários, os funcionários do Restaurante Universitário (RU) pararam entre os dias 9 de abril e 10 de abril. Violeta conta sobre as manifestações: *“teve manifestação, aqui teve por causa da Marinoni e da Click, tá? Lá no Pelotense parou por causa da Tradição também, porque não pagavam em dia, era transporte atrasado, era alimentação atrasada, era salário atrasado”*. Quando questionado se ela havia participado, ela responde: *“participei. E até quando eu não tava mais eu vim aqui apoiar as gurias também [RISOS], mas não adiantou de nada, porque o sindicato até vinha, acompanhava, tá ai ó: tamo esperando até hoje pra receber”*. Orquídea e Amarílis contam que também participaram das manifestações, nas quais elas e colegas saíram caminhando do ICH até o Campus Anglo.

Na entrevista com Maria Tereza Fuji, esta conta da participação de professores, alunos e técnicos administrativos da Universidade. Maria relata que em 2015 foi o primeiro movimento organizado dos terceirizados na UFPel, mas que desde que os cargos terceirizados começaram a ser criados mais largamente, que ela comenta ser em 2002, já há procura dos trabalhadores pela ASUFPel em busca de ajuda, orientação e solidariedade:

*Logo que iniciou a situação das empresas, a gente teve uma menina lá do Campus [Campus Capão do Leão] e foi a primeira vez que a gente [da ASUFPel] interferiu, entendeu? Ela foi colocada pra rua porque tava doente. Tá, daí a gente conseguiu através do setor jurídico da Asuf, né? É... defendê-la, fazer com que pagassem os direitos dela, e ela acabou falecendo por conta da doença, mas pelo menos ela e a família receberam o que era devido. Simplesmente colocaram ela na rua. Foi a primeira vez que a gente teve mais contato em defesa do terceirizado, foi essa (...) foi logo que começou, 2002... foi logo que começou a terceirização em massa. [...] O primeiro movimento que a gente fez foi em 2015. O salário deles tava atrasado... movimento assim, de massa mesmo, né? E eles não tavam recebendo, não tinham mais como trabalhar, não tinham mais como comer, porque não recebiam nada, né? Nem vale alimentação, a empresa tava fazendo uma baita de uma sacanagem com eles, e aí um pessoal veio nos procurar no sindicato, né? Daí a gente falou ‘a gente faz uma reunião, uma assembleia com vocês’ ‘ah, porque nosso sindicato não tem condições’ [ela fala se referindo a resposta que o grupo de terceirizados deu à ideia da assembleia] mas a gente faz uma assembleia, não patrolamos o sindicato, chamamos o sindicato de vocês e a gente vê no que pode ajudar. Daí a gente fez essa assembleia, daí a gente fez o movimento de greve, né? Eles pararam,*

*a gente [ASUFFPe] deu todo apoio, né? Conseguimos, então, negociar com a reitoria, invadimos a reitoria lá um dia [RISOS] era na época da gestão Mauro Del Pino, 2015 isso. E a gente tinha bastante gente como terceirizada na Universidade. E não saímos da reitoria enquanto não apareceu o cara da empresa, porque ficava assim, a empresa ativava pra Universidade dizendo que a Universidade não pagava, a Universidade atirava pra empresa dizendo que a empresa não pagava, 'não vamos sair daqui enquanto não aparecer a empresa!' ai foi, foi, foi, lá pelas cansadas apareceu a empresa. E aí ali então a gente fez o primeiro movimento. De fazer uma movimentação de poderem se proteger, né? Porque aí todo mundo junto é mais fácil pra gente proteger um movimento desses, né? Porque se um e outro reclamam eles vão pra rua. É difícil a situação deles.*

Maria, ao longo da entrevista, comenta se havia interesse em fotos que registraram os momentos da “invasão da reitoria”, como ela nomeia, e logo em seguida as encaminha. Abaixo há Imagem 1 e Imagem 2, nas quais os rostos aparecem borrados para fins de preservação das identidades:

#### **Imagem 1: Manifestação e registro da “Invasão da Reitoria”, em 2015**



Fonte: Acervo pessoal de Maria Tereza Fuji

#### **Imagem 2: Homem mostrando Carteira de Trabalho em manifestação e registro da “Invasão da Reitoria”, em 2015**



Fonte: Acervo pessoal de Maria Tereza Fuji

Esse período de lutas ocorrido em 2015, nas quais os trabalhadores terceirizados da UFPel tiveram um momento de mobilização e paralisação, acabou tomando visibilidade em todo o estado do Rio Grande do Sul. Por conta de atraso de salários, os funcionários do RU pararam nos dias 9 de abril e 10 de abril. De acordo com a notícia intitulada “A reitoria recebe trabalhadores de empresas terceirizadas” encontrada no *site* da UFPel no dia 9 de abril;

[...] trabalhadores de empresas que prestam serviços para a Universidade nas áreas de limpeza e também no Restaurante Escola, que paralisaram suas atividades em função de atrasos nos pagamentos de salários e direitos trabalhistas, como vales transporte e alimentação. O grupo, que fez uma manifestação em frente ao Gabinete da Reitoria, estava acompanhado de estudantes da Universidade e de técnico-administrativos que aderiram aos três dias da paralisação nacional do serviço público<sup>51</sup>

Esse acontecimento toma proporções estaduais e no dia 10 de abril, a notícia com a manchete “Após dois dias sem servir refeições, funcionários do RU UFPel recebem salários” aparece no *site* GaúchaZH. No corpo do texto é explanado que:

<sup>51</sup> Notícia de quando a reitoria recebeu os trabalhadores de empresas terceirizadas para diálogo. Publicizado em: 9 de abril de 2015. Disponível em: <<https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2015/04/09/reitoria-recebe-trabalhadores-de-empresas-terceirizadas/>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

funcionários do Restaurante Universitário da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) começaram a receber os salários integrais nesta sexta-feira (10). [...] durante reunião nesta manhã dos trabalhadores no RU do Centro, representantes da empresa terceirizada Tradição anunciaram o reembolso. Cada funcionário foi chamado pelo nome, assinou contracheque e recebeu vale transporte. Segundo a prestadora, o motivo do atraso foi o não repasse do recurso federal. [...] segundo funcionários, é a primeira vez que ocorre atraso na remuneração. Eles afirmam que ainda não fizeram exame admissional e muitos haviam recebido salário parcelado<sup>52</sup>

Contudo, essas informações se tornam controversas quando se lê a notícia de alguns dias depois. No *site* da ADUFPEL (sindicato dos docentes federais da UFPEL), dia 13 de abril é publicada uma nota com a seguinte manchete: “Trabalhadores terceirizados continuam sem receber os auxílios; apesar da paralisação e das promessas da reitoria, nem todos os funcionários do RU e da limpeza receberam seus direitos”. No texto é exposto que a situação continuava a mesma, até a data, para os funcionários responsáveis pela limpeza que faziam parte do mesmo grupo da Tradição. De acordo com uma funcionária, que não quis se identificar, desde a paralisação apenas receberam o pagamento dos salários e parte dos vales transporte e alimentação (R\$100,00). Por medo do acúmulo de serviço, resolveram retornar ao trabalho<sup>53</sup>.

O sindicato que atende aos trabalhadores terceirizados na cidade de Pelotas é o dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação de Pelotas (SEEAC), mas, dado os relatos vindos nas narrativas das terceirizadas, a participação da ASUFPEL acabou por prestar grande ajuda em momentos de lutas que vieram, sobretudo, para dar respaldo jurídico e militante às causas.

É interessante o enfoque da narrativa de Maria Tereza Fuji quando esta fala que “*a empresa atirava pra Universidade dizendo que a Universidade não pagava, a Universidade atirava pra empresa dizendo que a empresa não pagava*”. Para se entender como funciona a questão do repasse de verbas é importante dizer que a universidade paga a empresa e a empresa honra com o

<sup>52</sup> Fragmento da notícia publicada no *site* da GAÚCHAZH. Publicizado em: 10 de abril de 2015. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/04/aposdoisdiassemserveirrefeicoesfuncionariosdoruufpelrecebemsalarioscj5vx68o60zm1xbj0hesr9bi3.htm>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

<sup>53</sup> Fragmento da notícia publicada no *site* da ADFPEL. Publicizado em: 13 de abril de 2015. Disponível em: <<http://www.adufpel.org.br/site/noticias/trabalhadores-terceirizados-continuam-sem-receber-os-auxilios>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

compromisso do pagamento dos salários individuais, e essa relação é estabelecida no contrato feito, a partir de uma licitação pública. Contudo, pelo trabalhador terceirizado atuar em um espaço sem ser empregado direto daquele local, as situações de atrasos de salário acabam por gerar esse tipo de demanda, em que, na prática, ninguém se responsabiliza diretamente por aquele empregado, fazendo com que sua situação seja precária ao ponto de ocupar o espaço da reitoria e, com a presença do próprio reitor e de algum representante da empresa, essas três partes consigam, por fim, chegar a um acordo, mesmo que provisório, na maior parte das vezes.

Everton Bonow relata que há uma plataforma no site da UFPel que é chamada de “Fale com o NUGEST”, na qual os trabalhadores podem entrar em contato para relatar alguma situação desfavorável a eles. Ele comenta que, olhando por alto, pode dizer que as mulheres são a maioria das pessoas que buscam relatar algum problema, seja os de comunicação, abusos de hierarquias e, pelo que ele fala, um caso de abuso moral. A radicalidade relatada pelo ocorrido da ocupação do andar da reitoria vem pelo fato da precariedade ser mais intensa e mais aguda do que a estabilidade de uma vida comum. E que, assim como o grupo de terceirizadas atuantes na UFPel, que precisam muitas vezes pensar em si e em seus filhos, a luta é, além de tudo, uma necessidade cotidiana. Basta pensar que, no caso da UFPel, elas falam aliviadas sobre a Sulclean “*ser boa*”, “*pagar tudo direitinho*” e relatos afins, mas que isso pode mudar a qualquer momento, pois a terceirização permite que a instabilidade na vida dos trabalhadores seja uma constante.

O alívio é, para além de ter seus direitos garantidos, uma tranquilidade de quem, digamos, não vai precisar se incomodar pelo menos por algum tempo. Não há romantizações da luta dos trabalhadores. Esta só acontece porque a vida das pessoas, muitas vezes, está insustentável e sua força de trabalho está sendo explorada sem um retorno minimamente satisfatório. E, em geral, as pessoas só querem ter a tranquilidade de pagar suas contas, de dar comida os filhos e, se sobrar algo, ter algum conforto e experiências de lazer. Se isso, o mínimo, não é garantido, a luta se torna algo para além de uma reivindicação de direitos, se torna uma luta pela vida.

### 3.3 Educação e trabalho: a experiência da educação no projeto PELEJA e as perspectivas para o futuro

*“- Eu achei interessante, ela explicava... até tinha aquela autora, aquela senhora, né? Era escritora. Não sei como que era o nome dela, que era muito famosa. Esses dias até vi num livro ela... uma que fazia uns poemas, era pobre...”*

*- Ah, a Carolina Maria de Jesus?*

*- Isso!”*

Fragmento de diálogo com Begônia

*“Pra mim foi uma autoestima... quando eu vi que concluí [o Ensino Médio] foi melhor ainda” [...] saber que alguém da faculdade se interessou pelos terceirizados, entendeu?”*

Fragmento da fala de Jasmim

Começar o quarto e último capítulo dessa dissertação com essas duas falas dá o tom para o que se quer concluir: que, muito embora tenha-se feito considerações de que a vida das mulheres trabalhadoras terceirizadas é marcada por precariedades, a partir do acesso à educação, os horizontes começam a se abrir. Begônia e Jasmim foram duas mulheres que participaram do projeto PELEJA, ao longo do ano de 2019. Begônia começou a participar na metade do ano para o final, quando o foco das atividades se vinculou às temáticas que dialogam com as vivências do trabalho, sendo a fala emblemática onde ela cita Carolina Maria de Jesus, a atividade de abertura dessa nova etapa, justamente quando foi debatida a questão da importância da educação, da leitura e da alfabetização. Já Jasmim participou desde o início do projeto para concluir os estudos do Ensino Médio, sobre o qual ela fala que fala que concluiu *“graças ao Encceja, ao Peleja...”*.

Para além de um espaço que frutificou o trabalho de campo da pesquisa, o PELEJA traz uma nova ótica para um estudo sobre terceirizadas da limpeza, que passou a caminhar, a partir de 2019, lado a lado com um projeto de extensão com público-alvo no mesmo grupo. Parece uma velha máxima a ideia de que o único caminho para a transformação social e das pessoas passe pela educação, mas se tratando de um setor social que vive do trabalho terceirizado muito em função da baixa escolaridade e esse fato ser um impeditivo para almejo de novas oportunidades de trabalho, essa máxima se mostra ser, empiricamente, uma

realidade. A educação abre portas. Abriu para algumas mulheres do universo das entrevistadas dessa pesquisa.

O projeto PELEJA visa realizar ações educativas direcionadas aos trabalhadores terceirizados que atuam na UFPel. Trata-se de promover atividades e cursos de formação que possam qualificar estes trabalhadores e garantir acesso a conhecimentos produzidos na universidade. Um dos eixos do Projeto é a organização de aulas preparatórias específicas para a realização da prova ENCCEJA, um exame gratuito ofertado a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos em idade própria. Além da preparação para o ENCCEJA, direcionada aos terceirizados de Serviços de Limpeza, as ações também incluem o desenvolvimento de atividades de formação sobre temas vinculados às áreas da educação, saúde, direito e trabalho, que foram desenvolvidas ao longo do ano de 2019 e durante o ano de 2020 de forma remota, dado o isolamento social. Desta forma, busca-se oportunizar momentos de formação para os terceirizados no seu espaço de trabalho, de forma a qualificar este ambiente e garantir uma melhor integração destes trabalhadores na Universidade.

Rogéria Garcia, em uma conversa de campo, relatou que o PELEJA surgiu de uma demanda pontual das trabalhadoras quando estas foram impedidas de usar o transporte oferecido pela UFPel, por ser um recurso a ser usado apenas por alunos. Unindo uma iniciativa da professora Alessandra Gasparotto, ocorrida no ano de 2018, junto com a ideia de vincular as trabalhadoras como estudantes, o projeto de educação popular de preparatório para as provas do ENCCEJA e temas pertinentes dos mundos do trabalho se ampliou em 2019 como um projeto de extensão que abrangeu entre 25 e 30 pessoas desde seu início até o final do ano, sendo mais de 90% desse grupo as mulheres serventes de limpeza<sup>54</sup>.

Nos primeiros encontros houve muito receio vindo dessas trabalhadoras por não saberem do que se tratava. Contudo, ao longo das atividades, aconteceu uma apropriação desse espaço e uma vivência diferente enquanto estudantes. Rogéria comenta sobre “*o ritual de tirar o uniforme, vestir a roupa comum e passar batom*” para assistir a aula que ela percebeu depois de um tempo – dialogando com a questão da autoestima de Jasmim. A grande questão é que,

---

<sup>54</sup> Dado levantado a partir de um formulário inicial de diagnóstico do público de terceirizados que procurou o projeto.

antes dessa experiência, muitas não se viam como capazes, como importantes, e sabiam que sua situação de estudos incompletos acabava por preteri-las de cargos de trabalho melhores. No subtítulo no qual é explanado um pouco das trajetórias de trabalho das mulheres, há as falas já citadas que servem de exemplo para esse impeditivo de pensar em “voos maiores”, como a de Violeta que diz: “*eu não tinha estudo, como que eu vou escolher emprego?*”; Amarílis, que tinha “*vó com vida boa que dizia que não era pra mim trabalhar, que foi o maior erro da minha vida, né?*”.

Trazendo a situação escolar de todas entrevistadas, Rosa relatou que tem “*até a sétima série só [do Ensino Fundamental]*”, Violeta citou que “*a quinta série nem terminei*” e Azaleia comentou que tem o Ensino médio incompleto. Amarílis discorreu que tem Ensino Médio completo, mas que o maior erro foi não ter seguido e feito mais, como alguma graduação e/ou curso técnico, Begônia colocou que tem o Ensino Médio completo, que começou a fazer alguns cursos técnicos, como o de Enfermagem, mas não concluiu. Jasmim relatou que, antes do PELEJA, pensou eu retomar os estudos para concluir o nível médio, “*mas que faltava ânimo*”. Para todas elas, quando em vias de concluir a entrevista, houve uma pergunta sobre o que pensavam da universidade, e qual conselho que dariam para os jovens sobre os estudos. Sobre a universidade, várias falas foram ao encontro de dizer que era seus espaços de trabalho. Sobre o conselho aos mais jovens, que “*até para correr atrás de caminhão de lixo precisa do Ensino Médio*” como falou Jasmim.

Indo na linha da educação de jovens, é interessante pontuar a importância que elas dão para que seus filhos estudem. Alguns, inclusive, são estudantes da UFPel, como o filho de Amarílis que estuda Biologia; a filha de Begônia que faz Enfermagem, e a mãe orgulhosa assim diz: “*fazer em federal conta mais*”; e dois filhos da Jasmim que são estudantes de Dança. No dia 02 de junho de 2021 o Uol Notícias veiculou uma reportagem sobre uma faxineira atuante há oito anos como terceirizada da limpeza na UNESP, chamada Maria Helena Rosa, de 54 anos, que foi aprovada no vestibular para Licenciatura em Biologia, na mesma universidade. A partir de oportunidades oferecidas pela própria universidade, o Projeto Unesp de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e o cursinho preparatório Primeiro de Maio, um projeto de extensão da própria universidade voltado ao vestibular, Maria consegue acessar aulas preparatórias e realizar o

sonho antigo de se graduar. Para obter êxito no vestibular, ela cita a importância da ajuda dos filhos. Nas palavras dela:

Meus dois filhos estão sempre dando força, sempre do meu lado, apoiando. Minha filha é professora pedagoga, e meu filho é engenheiro mecatrônico. Então assim, eu apoiei, dei todo o básico para eles estudarem, e continuei trabalhando. Aí agora eu falei: 'bom, meus filhos já estão formados, por que não aproveitar esse espaço? Se eu trabalho em um lugar em que há a possibilidade?'" , detalhou ela.<sup>55</sup>

É interessante pensar nessas ações extensionistas promovidas por universidades federais, com a finalidade de oportunizar que públicos de trabalhadores e trabalhadoras consigam acessar à educação. Isso vai ao encontro de debates que colocam a centralidade de se pensar num espaço acadêmico menos elitista e mais sensível às questões sociais. hooks (2013) debate sobre a necessidade de se repensar os espaços das universidades por serem lugares, que reproduzem a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo. A autora coloca que:

nós, que estávamos à margem [pessoas de cor, gente da classe trabalhadora, gays, lésbicas e por aí afora] sempre tivéssemos sentimentos ambivalentes sobre nossa presença numa instituição onde o conhecimento era partilhado de modo a reforçar o colonialismo e a dominação (hooks, 2013, p. 45).

A autora coloca que a entrada de debates de gênero, raça e classe, bem como de discussões sobre novas pedagogias (a autora se baseia em grande parte no pensamento de Paulo Freire e a ideia de pedagogia para a libertação) deu entrada para o “reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimento e pela desconstrução das antigas epistemologias” (hooks, 2013, p. 45).

Trazendo as entrevistas com Begônia e Jasmim, por serem as duas narradoras da pesquisa que participaram do PELEJA, no tempo em que foi conversado, mais da metade foi sobre impressões do projeto PELEJA, questões

---

<sup>55</sup> Reportagem “Faxineira da Unesp é aprovada em vestibular: 'Conquistei esse espaço'” no site Uol Notícias. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/06/02/faxineira-da-unesp-ira-estudar-na-faculdade-conquistei-esse-espaco.htm?cmpid=copiaecola&fbclid=IwAR146EZ4cfdXoZEsKpyzA3feGYKyxF4AETOcCbAJoeMdy27IoSARjpyV2Q> >. Acesso em 10 de junho de 2021.

para o futuro, as vivências da educação, suas e de seus filhos, e um tom otimista com as possibilidades do amanhã. Jasmim ainda cita que está fazendo o curso de Radiologia “*não que meu serviço não seja digno (...) é mais pra melhorar minha autoestima...*”. “Autoestima” é uma palavra que a narradora traz recorrentemente em sua fala, para dizer que a volta aos estudos trouxe esse bem quando ela percebeu que tinha concluído e quando ela viu que tinham alunos, professores e TAs da universidade que se dedicaram a um projeto voltado aos terceirizados, como a citação inicial desse capítulo traz. Autoestima está correlacionada com a autoimagem, o autoconceito que se faz e é um tema largamente debatido em áreas como a Psicologia da Educação. Cremers-Laurent (2015) traz a importância de três pilares para esse entendimento, o do autoconhecimento, que é a imagem que se tem de si; o ego ideal, que é o que se gostaria de ser; e a autoestima, que é a distância dessa suposta ideia do que se é, para o que se gostaria de ser, bem como o que se sente em relação a essa distância.

Na fala de Jasmim, o que se pode interpretar da “autoestima”, citada por ela, é um aspecto de que, a partir de concluir os estudos e sentir a valorização dos terceirizados pela iniciativa do projeto, ela vê com positividade o que ela pode ser, e o que ela já é, e isso se dá porque a educação foi colocada como uma meta a ser cumprida por ela, meta para a qual ela teve êxito. Begônia, em dado momento, cita o desejo de fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), trazendo a autoestima positiva de alguém que almeja novas conquistas.

O debate sobre educação, vinculado com as questões de gênero, raça e classe é uma discussão que cabe para muitas pesquisas acadêmicas, em diferentes áreas e níveis. Como foi observado anteriormente, a questão da divisão sexual do trabalho e da reprodução são dois aspectos onde as mulheres saem em desvantagem, já que têm, supostamente, a vocação natural para mães e esposas. Acrescentando sobre o debate,

a divisão sexual do trabalho e, por conseguinte, a atribuição de funções domésticas e da esfera privada à mulher, conciliadas com o trabalho assalariado, implica não apenas em menos tempo para investir na formação e na carreira, mas também é responsável por subvalorizar econômica e socialmente a atuação das mulheres na esfera pública (DRESCH, ZANARDINE E FAUX, 2015, p. 122).

Entre as entrevistadas, todas relatam ser mães, mas todas se disseram solteiras ou divorciadas. Tal situação colabora com o argumento de que as mulheres trabalhadoras podem ser consideradas boa parte das provedoras do lar, sobretudo no Brasil contemporâneo. Biroli (2018, p. 39) traz que “em 1995, 22,9% das famílias brasileiras tinham mulheres como chefes; em 2013, esse percentual havia subido para 38,8%”. Contudo, o papel da maternidade é algo que necessita de um foco especial, sobretudo em como isso influencia em como e porque essas mulheres tiveram que lidar no que atuam, e aí entra a questão do trabalho terceirizado e, também, da necessidade de fazer atividades extra, os chamados “bicos”.

É inegável a diferença de realidades e situações de vida das mulheres do universo da pesquisa. Begônia e Jasmim são mulheres negras, mas que tiveram uma certa estabilidade na vida, onde, respectivamente, um pai militar e uma mãe concursada, trouxeram uma realidade relativamente mais livre de precarizações, ou seja, filhos acessando o ensino público superior também marcam essa realidade. Algo muito sério, e que destoa dessas duas situações é a relatada por Violeta que, sendo a mulher parda, com nível de escolaridade mais baixo do universo das entrevistadas, relata ter um filho em situações precárias ao ponto de estar em uma situação de ilegalidade. Ela narrou sobre seus filhos que *“um mora aqui do lado, um mora em Santa Catarina, um mora comigo e um tá na FEBEM por andar por aí cometendo atos infracionais. Faz seis meses que ele tá lá...”*. Alguns meses depois, em informações coletadas em campo, foi relatado que Violeta havia sido presa, mas não foram apuradas maiores informações pela absoluta premência de finalização desse trabalho.

Essa situação traz a questão da vulnerabilidade social contemporânea debatida por Castel (1997), a partir da qual o autor a caracteriza como sendo a conjunção da precarização do trabalho com a fragilização dos apoios relacionais, que se dão por famílias monoparentais sem empregos estáveis e formais, que encontram dificuldades em se manter. O autor coloca a questão da criminalidade correlacionada com a precarização do trabalho entre os jovens, que, ou por viverem em situações de desemprego, ou por sua família viver, acabam por “matar o tempo’ com pequenas provocações e pequenos delitos para superar o tédio de uma temporalidade sem futuro” (CASTEL, 1997, p. 32, grifos do autor).

Em tempos pré-reestruturação produtiva, Castel (1997) coloca que a questão da vulnerabilidade social era mais facilmente sanada por uma base relacional onde houvesse apoio, seja pela família, seja pela comunidade. A situação comentada por Amarílis, a partir da qual ela cita que, mesmo sem focar nos estudos, e mesmo sem trabalhar, ela conseguia se manter pela estabilidade da família e o apoio financeiro da vó, exemplifica essa questão. Contudo, em decorrência da precarização do trabalho, advinda da reestruturação, bem como os parâmetros individualistas do neoliberalismo, que vem a desestabilizar a vida profissional e pessoal da classe trabalhadora, as pessoas não mais têm garantias profissionais sobre seu futuro e nem sempre tem garantias relacionais ou, pelo menos, estas não estão presentes, como em outros tempos.

Refletindo sobre a questão da maternidade, Biroli (2018) cita o exemplo de como ela é vivida e sentida por mulheres negras e brancas:

Quando se levam em consideração raça e classe, outras dimensões de maternidade são reveladas em suas conexões com a cidadania, a precariedade e a luta política. Entre as feministas negras, a mobilização da maternidade como símbolo de poder vem sendo compreendida como a reação à violência e ao racismo que oprime seus filhos, não como uma forma de ação política de menor valor ou maturidade (BIROLI, 2018, p. 37).

Pensando nas vivências de mulheres no mercado de trabalho, Gonzales (1984) diz que a realidade das mulheres negras, pobres e periféricas, ou a negra anônima, como cita é justamente a

mulher que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, "mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja quem é a maioria da população carcerária deste país) (GONZALES, 1984, p. 231).

Tanto como mães, quanto como professoras, enfermeiras, babás, faxineiras e essa lógica estendida, também, para trabalhadoras terceirizadas da limpeza, o papel da mulher enquanto alguém que cuida, que resguarda, que é vigilante sobre os acontecimentos do espaço, de maneira geral é algo muito presente, tanto no contexto privado de suas relações familiares quanto no contexto público, de suas relações laborais. Everton, em sua narrativa, pontua

sobre as funções que algumas trabalhadoras desempenham além de suas obrigações, como o de passar o café, buscar lanches e preparar refeições para professores, e demais atividades que vem a servir. Rogéria relata, também sobre isso, e situações mais extremas, como a de um professor que pediu para uma servente da limpeza limpar o carro dele em tom de “*pedir um favorzinho... ah, passa um paninho*”, bem como de servidores e professores que tomam café, chá, e ou deixam as xícaras para as serventes lavarem, ou, em caso de sujar o chão ou as mesas, pedir para que limpem. Rogéria conecta essas situações como sendo muito similares com as do trabalho doméstico, no qual alguns de hierarquia superior acham que uma servente que é contratada para limpeza e manutenção dos espaços estivesse ali para servir, como uma subalterna. Muitas vezes isso acontece porque há um abuso por parte de alguém de hierarquia superior que solicita esse tipo de “favor”. Mas, muitas vezes tal fato se dá pela iniciativa própria dessas mulheres, que pensam, que “não custa nada” realizar tal função. Mas custa. Na verdade, todos trabalhos desempenhados por mulheres, que fazem isso muitas vezes por uma atitude naturalizada, é um trabalho não remunerado de serviços tratados superficialmente como cuidados para com os outros. Biroli (2018) comenta que cuidar exige tempo e energia, retirados do exercício de outros trabalhos, ou do lazer ou do descanso, fazendo com que haja uma alocação de responsabilidade desmedida sobre quem cuida, no caso sobre as mulheres, em grande medida.

Pensemos sobre as questões de gênero, de classe, das peculiaridades de raças, do trabalho não remunerado que, muitas vezes, atende por favores e cuidados, e coloquemos o horizonte da educação, escolarização, leituras e alfabetização. Woolf (1985) discorre sobre a necessidade de as mulheres terem condições favoráveis para escrever literatura, como uma estabilidade financeira, propriedade que a autora coloca como um teto seu. Ela argumenta que mulheres de classe trabalhadora não têm essas condições e cita o exemplo de que Willian Shakespeare não teria sido um grande dramaturgo e escritor se não tivesse nascido em uma família abastada – sendo um exemplo de questão relacional que dá maiores garantias-, e essa condição ser ainda mais favorável por se tratar de um homem. A situação pode ser colocada em paralelo com as mulheres trabalhadoras terceirizadas que querem acessar a educação, ou com as que

nem querem, porque não sentem isso como possível. Trata-se de mulheres que, muitas vezes, não tem a autoestima positiva narrada por Jasmim.

Esse grupo de mulheres é assolada por questões múltiplas de precariedade da vida, por estarem propensas à violência, à criminalidade, a poucas oportunidades de emprego pela baixa escolaridade, dificuldades por doenças e pelos cuidados com os outros. Para que o mínimo de horizontes intelectuais sejam possíveis, como o conhecimento sobre a Carolina Maria de Jesus, ou o gosto pela leitura de livros espíritas, que Jasmim comenta em entrevista, o mínimo de estrutura de vida é preciso. Se, como diz Woolf, é necessário que a mulher tenha um teto todo seu para que consiga escrever literatura, na realidade da mulher trabalhadora terceirizada é necessário que o mínimo de possibilidades de vida se abra para que elas consigam garantir o término dos estudos básicos, apenas para se citar um exemplo.

O bem viver da classe trabalhadora passa por empregos dignos, por políticas de combate ao machismo e ao racismo, e por medidas de incentivo às mulheres negras, pardas, brancas, indígenas, amarelas, de conseguirem acessar a educação, como é o exemplo do projeto PELEJA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa é realizada em um momento muito delicado da história da humanidade, o período da pandemia do novo coronavírus. O Brasil é um dos países que pior lida com a pandemia, sobretudo por alguns de nossos governantes ter uma postura negacionista sobre a gravidade dessa doença, que contabiliza o total de 556.886 mil mortos até o dia 1º de agosto de 2021.

Para além do negacionismo em falas contra o uso de máscara, de medidas de isolamento, e a deslegitimação das vacinas e da ciência como um todo, o momento é de negacionismos sobre os saberes acadêmicos, científicos e intelectuais, nos quais qualquer pessoa que traz esses pontos de vista é reduzida a um “comunista”, que foi doutrinado pelas universidades e pela escola. Esse fenômeno toma força sobretudo após as manifestações de junho de 2013, onde houve um *boom* de organizações e de figuras identificadas com ideias de direita cunhadas, muitas vezes, através de ideias do senso comum. Praticar pesquisa

em ciências humanas, nessa conjuntura, não é nada fácil. Mas, em contrapartida, se faz cada vez mais necessário.

Os ataques aos direitos dos trabalhadores vêm se alargando com medidas de desmontes da previdência, com cortes orçamentários do serviço público, acarretando em momentos de grave instabilidade sobre o andamento das atividades acadêmicas, como aquelas efetivadas em Universidades Públicas, por exemplo. Contudo, as pessoas estão seguindo com suas vidas da maneira que têm encontrado, mesmo com tantos ataques, agora agravados pela questão da pandemia.

Os trabalhadores que desempenham serviços essenciais, como de entregas de comidas, medicamentos e demais produtos, os motoristas de transporte público e de aplicativos, os trabalhadores que atuam fazendo a limpeza da cidade, como os garis, além de, claro, os trabalhadores da área da saúde, são pessoas que, muitas vezes, são invisíveis na fotografia geral dos espaços, como dito no início dessa dissertação sobre os trabalhadores da limpeza das universidades, nesse caso específico, da UFPel. Essa situação se agrava, contudo, a partir do momento em que esse trabalho é desempenhado por mulheres e havendo similaridades com o trabalho do lar, o trabalho do espaço privado, o trabalho doméstico. E o trabalho doméstico sempre foi visto como invisível, mas que, como todos outros acima citados, são atividades essenciais para que a vida produtiva e a vida da sociedade, em geral, consiga se manter.

A reflexão inicial do trabalho era pensar o porquê de haver uma presença feminina majoritária no setor de serviços, que é mais afetado pela precariedade do emprego e da desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais. A partir das narrativas, pode-se perceber que, perto de outros trabalhos desempenhados pelas trabalhadoras, que construíram a teia de narrativas dessa pesquisa, a atividade desempenhada na UFPel é considerada como tranquila, às vezes sendo melhor que trabalhos desempenhados anteriormente.

Há um sentido subjetivo de se sentir pertencente ao espaço acadêmico, à comunidade e de ser, então, um membro ativo do mundo acadêmico e educacional da Universidade, já que muitas trabalhadoras terceirizadas fazem elos com professores, alunos, técnicos administrativos e constroem relações a

partir disso. Contudo, foi visto a partir de relatos, que só o salário do trabalho terceirizado é pouco, fazendo com que muitas procurem desempenhar trabalhos extra para a complementação da renda. Há, também, a fragilidade, a partir do qual esse trabalho pode passar a ser ruim, já que em outros momentos, as empresas contratadas pela Universidade deixaram de cumprir com obrigações trabalhistas. Ou seja, esse bem-estar é muito inconstante, sendo ainda mais fragilizado pela falta de uma representação sindical considerável, que atenda os interesses dos empregados.

Talvez o mais interessante do estudo seja justamente as narrativas de protagonistas construídas através da história oral, a partir das quais pode-se descortinar algumas questões que trouxeram subjetividades, numa visão positiva sobre o trabalho terceirizado, a partir da qual a tranquilidade no local de trabalho é o principal ponto. Mas há também aspectos negativos como abusos de poder, assédios, atrasos de salários, os quais remetem à precarização do trabalho e da vida. As vivências do mundo do trabalho, em geral, são atravessadas por questões objetivas e subjetivas, no trabalho terceirizado desempenhado por essas mulheres.

A partir de um olhar mais atento sobre o Brasil neoliberal, as origens dessas políticas e ideários, e a conjuntura na qual a terceirização é trazida e legalizada amplamente em 1993, a lógica do público convivendo com o privado está mais naturalizada, sobretudo quando serviços meio de universidades são terceirizados para uma maior otimização de verbas e mão de obra, conforme o receituário do capitalismo. Porém, por essa pesquisa ser um estudo desenvolvido em um Programa de Pós-Graduação em História, muito embora sendo esse um tema contemporâneo do mundo do agora, há um processo histórico que remonta tanto as questões específicas sobre o trabalho terceirizado, quanto nas análises que percebem este enquanto uma maneira de precarizar a vida e as relações laborais. Tratando-se do setor da limpeza, a precarização ocorrida é pautada nas desiguais divisões sexuais e reprodutivas da sociedade, pois às mulheres é delegado esse trabalho invisível, na origem, que permanece oculto, sobrecarregado e mal remunerado.

Todavia, não se pode fazer uma análise simplista dos engendramentos de trabalho e de vida das mulheres. Estas passam por questões individuais e identitárias, como marcas de gênero e raça, que fazem as vivências de trabalho

não serem homogêneas. Na verdade, a classe trabalhadora nunca foi homogênea, pois como visto, o trabalho formal é datado, a partir de períodos históricos específicos. O que se vê e se entende por precarização das relações de trabalho é uma institucionalização de direitos, vínculos e relações instáveis, flexíveis e até imprevisíveis, no qual “a corda costuma arrebentar do lado mais fraco”, como no caso das mulheres.

Pode-se dizer, que, muito embora as classes dominantes e o empresariado insistam em dismantlar os direitos e respaldos legais, como a CLT, os trabalhadores, da sua maneira, seguem se mobilizando quando sua paz é ameaçada. Para o trabalhador comum, a luta se faz por necessidade em função de ameaças a sua sobrevivência e de suas famílias. A velha máxima sobre a luta de classes ser o motor da história talvez seja uma realidade conferível, sobretudo se levada em conta as experiências e construções de classe em dado momento, conjuntura e condições objetivas e subjetivas.

Neste trabalho o horizonte da educação é colocado como mais uma das grandes batalhas da classe trabalhadora: o acesso à educação que lhe é negada, muitas vezes. Mulheres terceirizadas que, em alguns casos trabalharam anteriormente como domésticas, babás, vendedoras e afins, prestando serviços subalternos, veem em projetos como o PELEJA uma possibilidade de abrir os horizontes para uma nova realidade em suas vidas, já que em muitos casos foi dada a garantia da educação somente a partir de seus filhos.

As famílias trabalhadoras, muitas vezes monoparentais, que tem a figura da mãe como chefe de família, colocam como prioridade assegurar a educação dos filhos e, a partir disso, param para pensar em sua própria educação, em uma perspectiva de elevação de autoestima e de terem a possibilidade de viver outras experiências laborais.

Os tempos parecem ficar cada vez mais difíceis para a maior parte da população. Ao darmos uma breve lida nas chamadas das notícias e reportagens cotidianas, os índices de pobreza, desemprego, inflação e violências, agravadas pela má condução da pandemia no país, parecem crescer a cada dia mais, e isso se dá por conta de uma classe política que, em sua maioria, só pensa na sua autoconstrução, que reproduz padrões escravistas até os dias de hoje, simplificando esse traço estrutural como sendo apenas uma questão de cultura

de corrupção (SOUZA, 2017). Ou seja, não se trata apenas de um governo vigente, mas de um país que reproduz uma ideia antipovo.

Para demarcar um espaço de resistência, de mostrar que a educação e a pesquisa acadêmica são algumas das saídas para o combate de situações naturalizadas na sociedade, como a ocupação dos piores cargos às mulheres, no mundo do trabalho, é que essa pesquisa vem a colaborar. Para além do entendimento do recorte sobre um grupo da classe trabalhadora contemporânea, as mulheres do setor de limpeza terceirizado da UFPel, essa dissertação procura abordar questões que deveriam tocar toda a sociedade brasileira, ou seja, a necessidade de se ter melhores condições de vida para a maior parcela da população mundial, ou seja, as mulheres.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Orais:

Amarílis. Trabalhadora terceirizada. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva, realizada na plataforma virtual Webconf UFPel, Pelotas, no dia 16 de novembro de 2020.

Azaleia. Trabalhadora terceirizada. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva, realizada no pátio do prédio da Odontologia, Pelotas, no dia 16 de novembro de 2020.

Begônia. Trabalhadora terceirizada. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva, realizada no saguão principal do prédio Anglo, Pelotas, no dia 17 de novembro de 2020.

Cravo. Trabalhador terceirizado. Conversas de campo com Caroline Cardoso da Silva. Ocorridas na frente de sua casa, Pelotas, em mais de um dia do ano de 2020.

Jasmim. Trabalhadora terceirizada. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada na plataforma virtual Webconf UFPel, Pelotas, no dia 18 de novembro de 2020.

Margarida. Trabalhadora terceirizada. Conversa de campo com Caroline Cardoso da Silva. Ocorrida no Campus Capão do Leão – UFPel, Pelotas, no dia 19 de junho de 2018.

Orquídea. Trabalhadora terceirizada. Conversa de campo com Caroline Cardoso da Silva. Ocorrida na Padaria A Popular, Pelotas, no dia 27 de junho de 2018.

Rosa. Trabalhadora terceirizada. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada no Campus Capão do Leão – UFPel, Pelotas, no dia 20 de junho de 2018.

Violeta. Trabalhadora terceirizada. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada em frente ao prédio Anglo, Pelotas, no dia 28 de fevereiro de 2020.

Ernestina dos Santos Pereira. Vice-presidente do Sindicato das Domésticas – CUT. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada na Casa do Trabalhador, Pelotas, no dia 25 de junho de 2018.

Everton Bonow. Técnico Administrativo da UFPel, chefe do NUGEST. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada na plataforma virtual Webconf UFPel, Pelotas, no dia 16 de dezembro de 2020.

Maria Tereza Fuji. Técnica Administrativa da UFPel. Entrevista concedida à Caroline Cardoso da Silva. Realizada na plataforma virtual Webconf UFPel, Pelotas, no dia 6 de julho de 2021.

Rogéria Garcia. Técnica Administrativa da UFPel. Conversa de campo com Caroline Cardoso da Silva. Ocorrida na plataforma virtual Webconf UFPel, Pelotas, no dia 14 de junho de 2021.

### **Bibliográficas:**

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**: coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 – 2015, p. 19 – 40. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>> . Acesso em: 03 de abril de 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/FSqZN7YDckXnYwfqSWqgGPP/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 25 de maio de 2019.

ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses do mundo do trabalho. In:\_\_\_\_\_. GOMES, Álvaro (Org.). **O Trabalho no Século XXI**: Considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

ASSUNÇÃO, Diana (Org.). **A precarização tem rosto de mulher**: a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP. 2. ed. São Paulo: Iska, 2013.

BEDNARSKI, Cristiane. **Terceirização no Serviço Público**: estudo de caso na universidade federal do rio grande do sul. 2012. 87 f. TCC (Graduação) - Curso

de Administração, O Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Cap. 6. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72992>>. Acesso em: 05 junho 2021.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**, v. 3. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIAVASCHI, Magda Barros. Direito e justiça do trabalho no Brasil: notas sobre uma trajetória com bem mais de 70 anos. **Revista TST**, Brasília, vol. 77, no 2, abr/jun 2011. [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/25349/007\\_biavaschi.pdf?sequence=4](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/25349/007_biavaschi.pdf?sequence=4). Acesso em 22 de agosto de 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, Ruy. **A reestruturação do capital**: um estudo da crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.

CARDOSO, Adalberto. **A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil**. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2 ed. Rio de Janeiro, Amazon, 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2002.

CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Os novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Social-Democracia**: O que é, o que propõe para o Brasil. 1ª edição, São Paulo, março de 1990. Disponível em: <<http://static.psd.org.br/wp-content/uploads/biblioteca/36575470.pdf>>. Acesso em: 03 de junho de 2021.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, nº 2, ano 3, 1995, p. 544-552. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16472>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2021.

CARRION, Raul K. M.; VIZENTINI, Paulo Fagundes (Org.). **A crise do capitalismo globalizado**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiro. “A Nação Tem Pressa”: Estratégias da burguesia empresarial para a dilapidação dos direitos trabalhistas e a naturalização do discurso neoliberal no Brasil, nos anos 1990. **Revista História & Luta de Classes**. Marechal Cândido Rondon, Paraná, ano 9, edição nº15, março de 2013.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997. Disponível em:

<[www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1012&article](http://www.cadernocrh.ufba.br/include/getdoc.php?id=1012&article)>. Acesso em 12 de julho de 2021.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Claudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Felipe. **Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo (1868-2012)**. São Paulo: Editora Faísca, 2013.

CORRÊA, Larissa Rosa. **A tessitura dos direitos: Padrões e empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964**. São Paulo: LTr, 2011.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: dilemas da interpretação. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2014.

CREMERS-LAURENT, Alice Jacqueline. **A importância da autoestima para um desenvolvimento harmonioso: sinto-me amada e capaz, vou alcançar as estrelas!**. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Escola Superior de Educação e Comunicação, Universidade do Algarve, Faro, Portugal, 2015. Disponível em: < <https://sapiencia.ualg.pt/handle/10400.1/8051> >. Acesso em: 06 de maio de 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: Memória, Tempo, Identidades**. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.4, n. 1, jan/jun. 2012, p. 5-22. Disponível em: < <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005/2014>>. Acesso em 11 de dezembro de 2021.

DRESCH, Gabriella Ane; ZANARDINE, Lincoln Renato Vieira; FAUX, Stéphanie. As trabalhadoras da limpeza de uma instituição pública de ensino superior: gênero, terceirização e precarização. **Revista Vernáculo**. Dossiê Gênero e Trabalho: desigualdades reconfiguradas, n. 36, 2.º sem./2015. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/38003>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

DRUCK, Graça; SENA, Jeovana; PINTO, Marina Morena; ARAÚJO, Sâmia. A terceirização no serviço público: particularidades e implicações. In:\_\_\_\_\_. CAMPOS, André Gambier (Org). **Terceirização do trabalho no Brasil: novas e distintas perspectivas para o debate**. Brasília: IPEA, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.

FERREIRA, Marieta. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018. Disponível em <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/issue/view/2175180310232018>>. Acesso em 11 de julho de 2021.

FILLETI, Juliana de Paula; GORAYEB, Daniela Salomão; CARDOSO DE MELO, Maria Fernanda Godoy. Mulheres Negras no mercado de trabalho no 4º trimestre de 2020. In FACAMP: **Boletim NPEGen Mulheres Negras no Mercado de Trabalho**. Campinas: Editora FACAMP, volume 01, número 01, abril de 2021.

FIORI, José Luíz. A Política Social do Governo Collor. **Revista Sociedade e Estado**. O Estado em questão: teoria e prática. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Vol. VI (2) – jul-dez de 1991. Edição em revista física.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GILL, Lorena e Silva, Eduarda. Perspectivas para a História Oral. In: Pedro Robertt; Carla Rech; Pedro Lisbero e Rochele Fachineto. (Org.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje**: Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação. Jundiaí, Santa Catarina: Paco Editorial, 2016, v. 2, p. 107-126. <https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2021/05/Perspectivas-para-a-Historia-Oral-.pdf> Acesso em: junho de 2021.

GOMES, Álvaro (Org.). **O Trabalho no Século XXI**: Considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod\\_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf)>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

GRAMSCI, Antônio. **Literatura e vida nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Bárbara Amorim. **A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL**: Desmascarando a flexibilização e precarização. 2013. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2013. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/4955>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. A sociologia dos mercados de trabalho, ontem e hoje. In: **Novos estudos**. 85. 2009. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/nec/a/CBmmFgL4pyFB35p5HRHRJFN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de maio de 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22), 2004: pp. 201-246. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkrGkCBftnpY7qgHmzYCgd/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 de março de 2020.

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In:\_\_\_\_\_. **Sobre História**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 364-379.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HORN, Carlos Henrique, COTADA, Fernando Coutinho (Org.). **Relações de trabalho no mundo contemporâneo**: ensaios multidisciplinares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual Do Trabalho E Relações Sociais De Sexo. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003. **Dictionnaire critique du féminisme**, Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, Danièle Senotier (Org.). Paris, França: Ed. Presses Universitaires de France, 2000. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345998/mod\\_resource/content/0/KERGOAT.%20Divisao%20sexual%20do%20trabalho%20e%20relacoes%20sociais%20de%20sexo.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/345998/mod_resource/content/0/KERGOAT.%20Divisao%20sexual%20do%20trabalho%20e%20relacoes%20sociais%20de%20sexo.pdf)>. Acesso em: 30 de março de 2021.

KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Vêras de; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. 222 p.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LIMA, Jacob Carlos. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2010, vol. 13, n. 1, pp. 17-26. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25735>>. Acesso em: 26 de abril de 2021.

LINDER, Marcel van der. São Precário: uma nova inspiração para historiadores do trabalho. In:\_\_\_\_\_. MATTOS, Marcelo Badaró, TERRA, Paulo Cruz (Org.). **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequências, 2017.

LINEBAUGH, Peter, REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. Tradução Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Reflexões sobre s História Do Tempo Presente: Uma História Do Vivido. In:\_\_\_\_\_. REIS, Tiago Siqueira et al. **Coleção história do tempo presente: volume 1**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LONER, Beatriz; GILL, Lorena e MAGALHÃES, Mario (Orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/3735/1/Dicion%a1rio%20de%20Hist%b3ria%20de%20Pelotas.pdf> Acesso em 8 de agosto de 2021.

MAEDA, Patrícia. Terceirização no Brasil: histórico e perspectivas = Outsourcing in Brazil: history and perspectives. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**. Campinas, SP, n. 49, p. 127-150, jul./dez. 2016. Disponível em: < <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/103358>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. O sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e estado no Brasil. **Tempos Históricos**. V. 05/06, p. 11-34, 2003/2004. Disponível em: < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/8009>>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo**. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró, TERRA, Paulo Cruz. Relações de trabalho no Brasil (1970-2010): inserindo a precarização e a informalização em um quadro mais amplo. In:\_\_\_\_\_. MATTOS, Marcelo Badaró, TERRA, Paulo Cruz (Org.).

**História das relações de trabalho:** Brasil e Portugal em perspectiva global. Rio de Janeiro: Consequências, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. **Revista de História** 155, n. 2º, São Paulo, 2006, p. 191-203. Disponível em: <  
[https://www.researchgate.net/publication/313776830\\_Os\\_novos\\_rumos\\_da\\_historia\\_oral\\_o\\_caso\\_brasileiro](https://www.researchgate.net/publication/313776830_Os_novos_rumos_da_historia_oral_o_caso_brasileiro) >. Acesso em: 10 de maio de 2021.

Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE. **Assédio moral e sexual no trabalho**. Brasília: MTE, ASCOM, 2009. 44 p. Disponível em: <  
<https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/norma%20sem%20numero/Cartilha%20MTE%20assedio%20moral%20e%20sexual.pdf> > . Acesso em 10 de julho de 2021.

MIRANDA, João Matheus Soares. **O futuro pede passagem e vem de moto?: a experiência dos mototrabalhadore**s em pelotas-rs. 2017. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <  
<https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2017/07/Joao-Matheus-Miranda-Disserta%C3%A7%C3%A3o2017.pdf> >. Acesso em: 02 de julho de 2020.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **AURORA**. Ano IV número 6, agosto de 2010. Disponível em: <  
<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/6%20NOGUEIRA,%20Claudia%20Mazzei.pdf> >. Acesso em: 07 de abril de 2020.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Quezia Galarca de; LANGHANZ, Milena da Silva; GILL, Lorena Almeida. “SINTO FALTA DE ABRAÇOS”: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA COTIDIANA DOS ALUNOS E ALUNAS DA UFPEL. **História em Revista**, Pelotas, 230-239, v. 26/1, dez./2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/20622>. Acesso em 28 de junho de 2021.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PED, **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE. 2018. Disponível em: <

<https://www.dieese.org.br/analiseped/2018/2018pedmulherpoa.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

PEDRO, Joana Maria; FREITAS, Idalina Maria Almeida de; VERAS, Elias Ferreira. Diálogos (im)pertinentes: as categorias gênero, sexualidade, raça e classe na historiografia brasileira contemporânea. In: \_\_\_\_\_. REIS, Tiago Siqueira et al. **Coleção história do tempo presente**: volume 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

PINSKY, Carla. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**. 17 (1): janeiro-abril, 2009, p. 159-189. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000100009>>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 3 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: **Projeto História**. nº 15. São Paulo, PUC, 1997, p. 13-50. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>>. Acesso em: 09 de abril de 2021.

RODRIGUES, Francisco Demetrius Monteiro; SANTOS, José Márcio dos; SILVA, Priscila de Souza. Perfil dos trabalhadores terceirizados no Brasil. **Revista da ABET**, v. 19, n. 1, Janeiro a Junho de 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/44773/31263>>. Acesso em 10 de julho de 2021.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** – Tomo 1. São Paulo: Papyrus, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAMPAIO, Plínio Arruda. **Por que participar da política?** São Paulo: Editora Sarandi, 2010.

SANTIAGO, Ricardo e MAGALHÃES, Valéria. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90**, Porto Alegre, 2020, p. 1-18. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/102266>>. Acesso em: 01 de abril de 2021.

SANTOS, Dulcineia Esteves; ÁVILA, Allef Algemiro Gawlinski de; GILL, Lorena Almeida. REFLEXÕES ACERCA DO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL EM UMA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL DO BRASIL. **XXIX CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**, 2020, Pelotas. Pelotas: UFPel, 2020. 4 p. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cic/anais/anais-2020/>. Acesso em: 06 julho de 2021.

SEVERO, Renata Vieira Rodrigues. **As relações de trabalho e a terceirização:** um estudo com as trabalhadoras do setor de conservação e limpeza em um órgão público. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/5403>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2021.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.18, n .2, jul./dez. 1990. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 04 de agosto de 2018.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo (16), fev 1998. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194> > . Acesso em: 02/08/21.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital:** acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), 1ª edição, Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.

SILVA, Gustavo Jorge. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades Em Diálogo**, 6, 149-162. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

STANDING, Guy. **O precariado:** A nova classe perigosa. Ed. Autentica, 2013.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à lava-jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TERRA, Paulo Cruz. Caminhos e perspectivas recentes da história social do trabalho no Brasil (2000-2018). In:\_\_\_\_\_. REIS, Tiago Siqueira et al. **Coleção história do tempo presente:** volume 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In:\_\_\_\_\_. SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4284077/mod\\_resource/content/1/cap%C3%ADtulo%201%20-%20Woodward%20-%20IDENTIDADE-E-DIFERENCA-](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4284077/mod_resource/content/1/cap%C3%ADtulo%201%20-%20Woodward%20-%20IDENTIDADE-E-DIFERENCA)

UMA-INTRODUCAO-TEORICA-E-CONCEITUAL.pdf>. Acesso em: 01 de agosto de 2021.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO**

Eu, Caroline Cardoso da Silva, matrícula nº 19104252 declaro para todos os fins que o texto em forma de ( x ) Dissertação de Mestrado ou ( ) Tese de Doutorado, intitulado “Trajetórias de trabalhadoras terceirizadas da limpeza na Universidade Federal de Pelotas (UFPel)” é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal (“Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos”).

Pelotas, 26 de outubro de 2021.



---

**ASSINATURA**